

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 101 • 6 a 19 de março de 1980 • Cr\$ 20,00

Quase 300.000 desabrigados no país enquanto uns poucos metem a mão no dinheiro para as enchentes

Sindicatos e Igreja denunciam:

TUBARÕES GANHAM BILHÕES COM A INDUSTRIA DA CHEIA

A CONTAG — Confederação dos Trabalhadores da Agricultura e setores da Igreja, denunciam a bandalheira: políticos desviam verbas destinadas aos flagelados, acobertados pelo governo federal. Só com as «cheias» do ano passado foram gastos mais de 1,5 bilhões de cruzeiros e este ano está sendo muito mais. E exigem: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e punir aqueles que estão lucrando com a desgraça alheia. (Pág. 24)

**8 de março: Dia Internacional
da Mulher** (Págs. 12 e 13)



Assembléia do 1º Congresso da Mulher Paulista. Agora, dia 8, é o segundo.

Frei Betto:

O dominicano, hoje na Pastoral Operária, fala da libertação do aborto e do PT. (Págs. 4 e 5)

Veja também nesta edição

- Os próximos passos do Partidos dos Trabalhadores (Pág. 3)
- ABCD: de volta as assembléias dos metalúrgicos (Pág. 9)
- Conheça as piadas do leste europeu (Pág. 19)
- COLINA: o que foi o Comando de Libertação Nacional (Págs. 16 e 17)

EM TEMPO:

agora quinzenal

O Conselho Editorial da Editora Aparte S/A resolveu, temporariamente, fixar o jornal EM TEMPO numa periodicidade quinzenal ampliando seu número de páginas para 24. Ao mesmo tempo convida aos mais variados setores das oposições hoje situados na perspectiva dos trabalhadores a somarem-se ao nosso esforço para, tão cedo quanto possível, relançarmos o semanário hoje necessário.

Fevereiro foi um mês de intensos debates para a equipe do jornal EM TEMPO. O Conselho Editorial da Editora Aparte S/A havia decidido, em sua reunião de 20 de janeiro último, lançar ao longo do mês apenas duas edições especiais de EM TEMPO para, simultaneamente, poder jogar-se num profundo debate sobre os rumos da imprensa alternativa junto às variadas áreas de apoio ao jornal.

Agora, no último dia 2 de março, uma nova reunião do CEA deu um balanço nos resultados deste debate. As consultas e discussões junto a colaboradores, assinantes, leitores, etc., confirmaram e aprofundaram as linhas do diagnóstico que fazíamos: o Jornal EM TEMPO tem já assegurado seu papel na imprensa nanica e, sobretudo, no seu futuro. Ao colocar-se ao lado dos trabalhadores e de sua expressão política máxima, o Partido dos Trabalhadores, nosso semanário introduziu no campo da imprensa brasileira aquilo que o ascenso dos movimentos de massa significou para o conjunto da sociedade: a perspectiva de classe dos trabalhadores.

Este saldo — foi a resposta consensual que escutamos — tem que ser preservado e desenvolvido.

Mas os debates confirmaram também o outro lado de nossa realidade. O esforço necessário para se fazer hoje no Brasil um semanário nacional que possa ser realmente uma alternativa de informação à grande imprensa, desde o ponto de vista dos trabalhadores, está muito além daquele que, de imediato, dispõe a imprensa alternativa. E o que é mais grave, este semanário é indispensável, sua ausência se tornando cada vez mais sentida e sofrida pelo conjunto dos setores populares em emergência na cena política do país.

De várias consultas ouvimos a promessa perspectiva: EM TEMPO, pelo seu passado, pelas suas definições atuais e pela sua estrutura democrática de funcionamento é quem reúne hoje as melhores condições para se pensar a partir dele a reunião dos esforços requeridos por aquele semanário necessário. E vários foram os companheiros, organismos e forças sociais que, a partir destas discussões, já hoje se encontram em processo de integração à nossa equipe com vistas àquele objetivo.

Mas todos foram unânimes em avaliar que, de imediato, temporariamente, o melhor seria concentrar esforços produtivos em um projeto menos ambicioso

para, numa segunda etapa, podermos entrar firmes na faixa do semanário competitivo em termos de informação.

As ampliações do quadro de colaboradores foram significativas, mas ainda muito aquém do necessário para a viabilização de um projeto deste porte que possa realmente superar as limitações que vínhamos enfrentando em nossa fase mais recente. Além do que, avaliou-se que os resultados obtidos pelas edições especiais de periodicidade quinzenal foram bastante positivos, a diversidade de assuntos apresentada pelo jornal aumentou, sua qualidade melhorou, seu orçamento promete um equilíbrio em face do aumento das vendas e queda dos custos, etc.

Tendo em vista estas avaliações é que o CEA decidiu em sua última reunião o seguinte:

- 1) Intensificar o processo atualmente em curso de consultas, debates e convites com vistas a ampliar o contingente de apoiadores do jornal nos mais variados níveis, acumulando os esforços necessários para o projeto jornalístico descrito anteriormente;
- 2) Temporariamente, fixar a periodicidade do EM TEMPO enquanto quinzenal, com uma edição entre 20 e 24 páginas;
- 3) Reajustar o preço de capa do jornal para Cr\$ 25,00 a partir da edição nº 102 tendo em vista que já há mais de 6 meses o preço vinha sendo congelado que, face ao aumento de páginas e à inflação do período, o recurso agora a um aumento de 25% é, efetivamente, compatível com nossa política de não tentar transferir ao leitor as dificuldades econômicas por que vínhamos passando. Além do que, a venda direta continuará sendo realizada a Cr\$ 15,00 em geral e a Cr\$ 10,00 nas áreas de menor poder aquisitivo.
- 4) Reajustar o período de validade das assinaturas de nossos leitores com vistas a adequá-las, em termos de número de edições adquiridas, à periodicidade agora quinzenal do EM TEMPO;

Enfim, EM TEMPO dá um passo atrás, em termos de sua periodicidade tradicional. Mas, ao mesmo tempo melhora seu produto jornalístico, adequa-o a suas forças atuais e cumula reforços novos para reunir condições de, a médio prazo, poder trazer aos movimentos sociais dos trabalhadores o semanário necessário à continuidade de seu ascenso na cena política do país.

O convite está aberto a todos os que se situam na mesma perspectiva.

A Diretoria

PT solidariza-se conosco contra a «Veja»



A reunião do PT dia 10: os patrões entraram em pânico

Em sua edição nº 599 a revista *Veja* passou a ocupar a liderança da campanha hoje movida pelos patrões contra o Partido dos Trabalhadores. Batendo de longe todos os seus concorrentes em termos de falta de ética profissional, injúria, calúnia e difamação, a revista, além de atacar o PT por todos os lados de sua patronal imaginação, acusa o jornal EM TEMPO de ser representante da «extrema esquerda» dentro do partido. Aqui, a nota oficial divulgada pela diretoria da Editora Aparte S/A, subscrita também por várias lideranças do PT.

A O PUBLICO EM GERAL
Está em curso, hoje em dia no país, uma campanha contra o Partido dos Trabalhadores. Após um primeiro momento de tentativa de descrédito da viabilidade do partido, agora, seus adversários, diante da força que a proposta vem demonstrando, parecem mudar de tática. Tentam mostrar o PT como apossado por forças políticas denominadas de «ultra esquerda» as quais estariam manipulando o partido e levando-o pelas vias do radicalismo estéril e sectário.

A direção nacional provisória do PT já veio a público, através de nota oficial, rechaçar mais esta manobra contra os interesses dos trabalhadores emergirem na cena política do país.

No entanto, os adversários persistem na sua tentativa. A revista *Veja* da semana passada abre sua edição dando curso às intrigas contra o PT. Além de repetir a onda de boatos sobre o partido, veiculada pela imprensa diária na semana anterior — e, diga-se de passagem, sem nenhuma inovação a não ser a distorção da nota através da qual a direção do partido esclarecia sua posição sobre o assunto — *Veja* acusa, entre outros, o jornal EM TEMPO de ser o porta voz dos referidos grupos da extrema esquerda.

Repudiamos mais esta investida contra o PT bem como a tentativa de semear a discórdia e a intriga entre aqueles que hoje se acham engajados e solidários com a proposta do Partido dos Trabalhadores.

O jornal EM TEMPO, desde a primeira hora, há mais de um ano atrás, tem estado ao lado dos dirigentes sindicais que lançaram o PT. Ao longo de todo este tempo, contra o ceticismo e a ira de muitos, EM

TEMPO colocou clara e decididamente seu trabalho jornalístico em prol da viabilização do PT, sempre enfocando seu noticiário sobre o tema dentro do espírito o mais unitário e construtivo. Particularmente agora, ao comemorar sua centésima edição, EM TEMPO dedicou 7 páginas — dentre suas poucas 24 — a reportar positivamente os últimos lances do partido na sua fase de organização bem como o salutar debate político que hoje se trava em seu interior.

Nada mais artificial, descolado da realidade e, portanto, claramente intrigante, do que acusar a equipe do jornal de fazer um jornalismo faccioso ou fracional no interior do PT.

Veja insinua que a direção do jornal teria se recusado a explicitar quais organizações políticas acoberta por trás de seu título. Por outro lado, apesar desta suposta recusa da equipe do jornal, *Veja*, assim mesmo insinua ser EM TEMPO voz da «tendência» política denominada «Avalú».

Queremos deixar bem claro:

- 1) Que a equipe do jornal EM TEMPO sequer foi procurada pela reportagem da revista de forma que é mentira que ela tenha se recusado a responder seja o que for;
- 2) Que EM TEMPO não representa nem acoberta nenhuma organização, legal ou clandestina, e que aquela da qual *Veja* insinua ser ele porta voz, sequer é do conhecimento da direção do jornal;
- 3) Que, por fim, a equipe do jornal humildemente, se julga um meró conjunto de jornalistas, integrantes do PT ou não, como quaisquer outros cidadãos e que, é somente através de seu trabalho jornalístico que EM TEMPO pode, em alguma medida representar qualquer coisa. E que, nesta medida, se alguma coisa em termos de PF puder representar — o que aliás a equipe não reivindica nem tem mandato para tanto de ninguém — outra coisa não será senão a diversidade de opiniões, salutar e democrática, que hoje convivem no interior do PT. As quais, indiscriminadamente, as páginas do jornal sempre estiveram abertas.

São Paulo, 25/2/80
Diretoria da Editora Aparte S/A

Assinaram também, a mesma nota acima, em solidariedade à equipe do jornal, entre outras, as seguintes lideranças do PT:

Luis Inácio da Silva, Jacob Bittar, Paulo Skromov, José Cicote e Airton Soares.

Reabertura do Congresso

O PDS ficou nu

O carnaval do PDS, o novo Arenão, esbanjando durante todo o recesso parlamentar as qualidades "libertárias" de seu programa - da qual, a co-gestão foi a mais surpreendente - durou pouco. Às vésperas da reabertura do Congresso Nacional, os homens do Planalto entraram em pânico. É que a emenda do deputado Lobão - antigo arenista, hoje no PDS - pelo calendário parlamentar, seria apreciada e votada já em março, acabando com as eleições indiretas para governadores interventores dos Estados. O governo estava com a emenda atravessada na garganta. Cerca de 140 deputados arenistas bem como 38 senadores, além, é claro, de toda a oposição, já haviam assinado a emenda Lobão no ano passado. Além de que, o próprio programa do PDS cantava, loas às diretas. Inclusive o próprio ministro da Justiça, Abi Ackel, na época ainda não de todo domesticado pelo regime e portanto às voltas com as dissidências arenistas.

A aprovação era certa e ruiaria o esquema de controle do Planalto sobre as administrações da federação. Aparentemente, sinuca de bico.

Mas qual nada; para o regime não há situação sem saída, ou melhor, o cinismo não tem limites. Com toda a pompa que a situação requer, o governo convocou solenemente seu denominado Conselho de Desenvolvimento Político e, numa penada, baixou seu emendão.

As eleições para governadores passarão a diretas a partir de 82, os senadores biônicos serão extintos - ainda que se preserve os mandatos dos atuais até o fim, 1986 - e a lei Falcão será posta por terra.

A grande imprensa saudou o ato como uma demonstração da sinceridade das promessas democráticas do governo, escondendo o que há de essencial na jogada.

A emenda Lobão, pelo prazo já transcorrido desde sua apresentação, como dito acima, seria já agora em março votada e, dificilmente rejeitada pelo Congresso, a menos que o governo conseguisse domar a rebeldia arenista de outrora que dera curso à iniciativa e ao mesmo tempo encontrasse uma explicação pública minimamente coerente para o recuo dos parlamentares - o que era, de fato, bastante difícil.

Já o chamado emendão do governo, apresentado somente agora ao Congresso, haveria que aguardar o transcurso dos prazos internos que o regimento da casa estabelece para as mudanças constitucionais. Ou seja, a coisa é jogada para o além, certamente, 1981. E, até lá, muita água ainda poderia correr, fazendo da emenda nada mais do que uma manobra diversionista para jogar de escanteio a incômoda iniciativa de Lobão.

Lovou-se a iniciativa do governo como melhor, por ser mais abrangente. E foi com base neste imposto argumentativo que os arenistas, agora pedessistas, retiraram agora seu apoio a Lobão, inclusive o próprio, desobrigando moralmente os parlamentares que já haviam assinado sua proposta. Até mesmo na oposição, por exemplo Brizola, houve quem saudou a proposta de Figueiredo argumentando esta sua superioridade.

O oportunismo do regime, para quem não é cego é, no entanto, indistigável. Ele alega que a aprovação da emenda Lobão já seria inoportuna, pois deflagraria desde agora a disputa pelas governanças estaduais, o que não deve ser já o objeto primordial da política, haja vista a fase em que ainda se encontra a abertura, voltada para o processo de consolidação dos novos partidos.

Ora, o argumento se trai e é falso. Em primeiro lugar a disputa já estava acéssima desde o ano passado. Só que estando as próximas nomeações para os governos estaduais ainda na dependência do poder central, esta disputa vinha se dando não desde os partidos, mas sim batendo às portas do Planalto.

O que se assistiu assim, como ressaltaram os líderes da oposição, foi nada mais do que à quinta promessa dos generais do golpe de 64 jurando restabelecimento das eleições diretas para governadores.

Por outro lado, viu-se bem o alcance da "liberalização" que o PDS festejou ao longo do recesso parlamentar: um Congresso castrado, subjugado, comprado, ainda assim, apesar da "boa vontade" das maiorias parlamentares, é levado a armar arapucas das quais o governo não consegue escapar senão à custa de muita hipocrisia.

Partidos dos Trabalhadores

Neste parlamento, ele não tem vez

A única novidade de monta no Congresso é portanto o Partido dos Trabalhadores-PT. Nascendo de baixo para cima, em meio a tanta farsa, o PT, como era de se esperar, não teria seu lugar predileto de demonstração de forças no parlamento.

Seu bloco parlamentar federal é composto de 6 integrantes. Um senador, Henrique Santillo e cinco deputados: Edson Kahir, Antônio Carlos de Oliveira, Ailton Soares, Ademar Santillo e Luis Cechinel.

Ao contrário dos demais partidos, o PT preferiu desenvolver um amplo processo de debate e consulta e participação das bases antes de vestir a camisa de força da legislação partidária. De modo livre e democrático vem realizando encontros nacionais e regionais para, deste processo, retirar seu programa, estatuto, manifesto — este último já aprovado no dia 10 de fevereiro num encontro nacional em São Paulo — bem como sua direção.

Segundo enfatiza Jacó Bittar, Coordenador da Comissão Nacional Provisória do PT, "não podemos de forma alguma abdicar da estrutura dos núcleos da qual nascemos. Ela é a base do partido e é aí que nos diferenciamos dos demais, ao propormos uma militância política e não apenas um coro dizendo amém às lideranças auto-proclamadas." Jacó afirma que o PT irá se enquadrar dentro das normas estatutárias previstas pela legislação partidária, "mas encontraremos uma forma de se preservar ao lado do diretório a figura de base, o pilar mesmo do partido, que é o núcleo" conclui.

E lança uma advertência: "há gente hoje dentro do partido querendo pressa na sua organização e afirmando que os núcleos são inviáveis e que temos que partir logo para os diretórios etc. Posso afirmar que da parte da coordenação esta visão não é compartilhada."

Novos passos

Na sua última reunião do dia 21 de fevereiro, a Comissão Nacional Provisória, em São Paulo, deliberou sobre os próximos passos na organização do PT esclarecendo as datas definidas no encontro do dia 10.

Está confirmado para o dia 12 e 13 de abril em São Paulo, um novo encontro nacional onde serão aprovados o estatuto, o programa, as linhas de ação sindical, rural e comunitária — e eleita a Comissão Executiva Nacional Provisória do partido. No entanto este encontro será precedido de encontros estaduais que deverão se realizar até o dia 6 de abril. Destes, participarão 1 delegado por cada 21 membros de núcleo já formado e devidamente credenciado junto às secretarias de organização do partido. Estes encontros estaduais terão que aprovar estatuto e programa com base em discussões do ante-projeto — este último, já divulgado e o primeiro em fase final de elaboração — e eleger a Comissão Estadual Provisória que, por um lado será a própria delegação

do respectivo Estado no encontro nacional e de outro será posteriormente ratificada pela direção nacional como a Comissão devidamente formalizada. Estas Comissões deverão conter de 7 a 11 membros de forma que a participação dos Estados no encontro nacional fica assim definida nestes mesmos números. Afirma ainda a resolução da Comissão Nacional que do encontro nacional do dia 12 e 13 poderão participar além destes delegados estaduais, também convidados que, pela sua representatividade, poderão ser chamados diretamente por ela.

Estes avanços na organização do partido são positivos diante da paralisia que se viveu por um bom tempo. Mas, é impossível deixar de notar alguns problemas que ainda cercam as definições acima.

Primeiro, limitar a participação nos encontros estaduais a 1 delegado por 21 militantes de núcleo já plenamente constituído é estreitar demais a participação das bases nesta fase em que, somente de modo artificial, a maioria dos núcleos existentes poderia se considerar devidamente formalizada. Porque não ampliar esta participação com mais delegados por núcleo formado e contemplar ao mesmo tempo a figura do núcleo em formação, os quais, sem dúvida, são majoritários hoje na articulação?

Segundo, porque fixar entre 7 e 11 os representantes estaduais no encontro nacional e não fazê-lo proporcionalmente à força dos encontros regionais na base de, por exemplo, delegado nacional para cada 10 delegados presentes nos estaduais?

Terceiro, como em um partido que se pretende democrático, construído a partir das bases, recorrer a todo momento ao expediente de convidados para encontros decisivos para a vida interna. E note-se bem: se fossem mesmo convidados, no sentido exato da expressão, tudo bem. Mas ocorre que na verdade se trata de delegados cooptados, que votarão em igualdade com os delegados eleitos, o que é outra coisa bem diferente.

E, por fim, as orientações da Comissão Nacional Provisória, não deixa claro, pelo contrário faz muitas ambiguidades, sobre a relação a se estabelecer, a esta altura da organização do partido, entre os diretórios que deverão ser formados e os núcleos. Tanto assim que, frente à dúvida hoje de muitos, o Coordenador Jacó Bittar insiste hoje em esclarecer sua visão do problema. Mas o melhor seria que a própria Comissão Nacional deixasse estas questões claras de vez, de forma a evitar-se os encaminhamentos divergentes.

Mas enfim, estes são pontos que ainda podem ser levados ao debate para que se busque cortigi-los em tempo hábil. A Comissão Nacional Provisória tem nova reunião marcada para o próximo dia 8 em São Paulo, um dia antes da festa de Osasco, no dia 9 onde o PT será lançado massivamente. E é possível que estas questões voltem a ser apreciadas de forma a que o PT nasça efetivamente das bases, dando uma lição de democracia aos demais partidos.



O Congresso reabre com as cartas já marcadas

Partidos TSE mais realista que o rei

O regime não quer mesmo eleições e assim encomendou ao Tribunal Superior Eleitoral mais uma pá de cal no pleito municipal previsto para o fim do ano. Ao regulamentar a organização de partidos o Tribunal foi mais realista que o rei. Interpretou, não se sabe como nem a partir de onde que, para o pedido de registro dos partidos, é necessário apresentar como pré-requisito, além do estatuto, programa, manifesto e ata de fundação com um mínimo de 101 subscritores designando já a Comissão Diretora Nacional Provisória, além disto, as Comissões Provisórias Regionais em pelo menos 9 Estados e com um mínimo de 1/5 dos municípios já contando também com Comissões Provisórias Municipais. Ou seja, colocou como prévio ao pedido de registro a obtenção daquilo que era na lei apresentado como o resultado final a que deveriam chegar, minimamente, os partidos para se organizarem. Somadas às outras dificuldades que já haviam sido levantadas para a organização de partidos em tempo de se cumprir as exigências do calendário eleitoral deste ano, esta agora, parece vir enterrar de vez quaisquer expectativas quanto à realização das eleições.

A atenção se volta desta forma para a formação dos partidos, onde o governo, é claro, tem uma vantagem — ou poder de compra — ilimitada. O PDS, a esta altura parece contar com 225 deputados federais e 37 senadores. Parece, porque os ziguezagues ainda estão na ordem do dia, da tarde ou da noite. Sua presidência é a mesma da Arena — o grileiro maranhense José Sarney, e suas lideranças as mesmas: na Câmara, Nelson Marchezan e no Senado, o coronel Jarbas Passarinho. O PMDB tem 90 deputados e 17 senadores e, igualmente mantém a mesma direção: Ulisses Guimarães na presidência junto a Paulo Brossard no Senado e Freitas Nobre na Câmara. Já o PPB dos banqueiros, inovou: criou a presidência para Tancredo Neves e, ao lado, uma presidência de honra para Magalhães Pinto. Suas lideranças nas duas casas ficarão como arqui-fisiológico deputado Thales Ramalho e com o obscuro senador Gilvan Rocha, liderando um total de 69 deputados e 7 senadores. Finalmente o PTB, ainda às voltas com as disputas internas não tinha resolvido como liderar seus 21 deputados e 1 senador até o fechamento desta edição.

Folgado assim, com uma maioria absoluta, o governo, através de seu partido, tem corda solta para as manobras que julgar necessário. E, se a coisa apertar — os pedessistas sentindo saudades dos tempos das rebeliões arenistas — sempre haverá o recurso de se chamar à mesa "os das oposições".

Este o quadro que irá abrir a "democracia" de Figueiredo. No calendário para este ano, várias medidas já são tramadas: a introdução do voto distrital, há muito em pauta, para tentar esvaziar ainda mais a oposição; uma reforma constitucional, através do agora denominado Ato Adicional, visando polir um pouco as extravagâncias jurídicas contidas na Constituição decretada pela junta militar em 1969, depois de anos de sucessivos remendos, buscando assim dar a "mão por cima" da pressão pela constituinte; e, finalmente, o adiamento das eleições municipais deste ano, o que se sabe ainda como. Mas isto é questão de detalhe.

Fala Frei Betto

Na pauta: a Igreja e a libertação, as comunidades de base, o aborto, a esquerda, o socialismo e o Partido dos Trabalhadores

Frei Betto foi um dos principais organizadores do Congresso Internacional Ecumênico de Teologia recentemente realizado em São Paulo e que se destacou sobretudo pelas suas conclusões claramente classistas, ao lado dos trabalhadores.

No começo da década de 60 Frei Betto era dirigente nacional da Ação Católica Brasileira. Preso depois do golpe, ele no entanto, logo volta a se engajar e, entre 1969 e 1973 é trazido de volta aos cárceres da ditadura. É por então que ele escreve um de seus vários livros já publicados — Das Catacumbas. Saindo da cadeia, "mergulha" no trabalho de base.

Aqui, seu pensamento.

Como você avalia estes recentes encontros da Igreja: a CNBB em Itaici, o Congresso Ecumênico, a Semana de Teologia e, agora, o Encontro Latino Americano de Comunidades de Base em Volta Redonda?

— Estes encontros são uma espécie de ponta do iceberg daquilo que as comunidades cristãs da América Latina vêm vivendo nos últimos anos. Em Itaici a Igreja tirou um documento bastante crítico sobre a questão da terra, na medida em que ela ocupa um papel de destaque, senão único, nos movimentos dos lavradores.

O Congresso Internacional Ecumênico de Teologia contou com representantes de 42 nações, todos os países latino-americanos presentes, exceto Cuba que não veio porque não é permitida a entrada de cubanos no Brasil.

Este Congresso (1) se inscreve dentro de um processo que vem ocorrendo, de formulação de uma teologia do terceiro mundo e que deve, proximamente, culminar num congresso mundial conjunto de teologia do primeiro e terceiro mundos. O Congresso contou com a presença de bases — era de teologia e não de teólogos. Tivemos aqui índios, operários, lavradores, padres, pastores, bispos, agentes de pastoral etc.

Sobretudo tivemos a presença da delegação da Nicarágua — o comandante Ortega e o padre Miguel D'Escotto, ministro das Relações Exteriores.

A Semana Teológica da PUC foi como um anexo ao Congresso, aproveitando a presença dos grandes teólogos da libertação que vieram ao Brasil.

O evento foi importante para ajudar muita gente a entender o novo processo que a Igreja vem vivendo. Nossa ótica de análises ainda é do século passado.

No Brasil tem sido as classes dominantes que sempre se apropriaram do fenômeno da Igreja, e só agora estamos vivendo um momento de desapropriação, de recuperação desta energia libertadora que havia nas comunidades primitivas.

Por fim, agora nesta semana, o Encontro de Comunidades de Base Latino-americanas onde, mais de base ainda que os outros, os presentes irão trocar experiências sobre o desenvolvimento que estas comunidades vêm tendo.

— O documento final do Congresso Ecumênico é claramente classista na sua visão da realidade social. Que significado esta posição tem?

A Igreja, reconheça-o ou não, está fazendo uma opção de classe

— O documento reconhece a existência de pobres e oprimidos e nós sabemos que eles necessariamente formam uma determinada classe. É evidente que existe ainda na Igreja alguma resistência ao emprego da classe social como categoria de análise. Mas a Igreja, ao fazer uma opção preferencial pelos pobres, ela, queira ou não, está fazendo

um opção por uma determinada classe social.

Há uma campanha que visa incompatibilizar Roma com o episcopado do Brasil

— E a carta de Roma a D. Paulo Evaristo Arns, uma espécie de advertência pela realização do conclave...

— Segundo consta o Cardeal Baggio teria escrito uma carta de advertência a D. Paulo. Pelo que eu conheço da vida interna da Igreja, ela tem um referencial que é a comunhão com o bispo de Roma, o Papa. Então é normal que Roma diga uma palavra sobre acontecimentos importantes nas igrejas locais: não é estranho que Roma tenha se manifestado. No entanto posso garantir que não houve proibição. Por outro lado temos percebido atualmente que existem algumas pessoas em Roma interessadas em criar um conflito entre a Igreja do Brasil e Roma. Há uma série de episódios: O Leonardo Boff tem um processo em Roma, já há quatro anos, mas há pouco tempo alguém lá desengavetou-o e soltou o processo para a limpeza. Depois o fato de que o Cardeal Scherer teria denunciado também a Boff — isto vazou em Roma.

Existe portanto uma campanha articulada que visa criar uma incompatibilidade entre o episcopado brasileiro e Roma. Então esta carta de D. Baggio — se é que ela existe — é parte desta tentativa de queimar, em especial, D. Paulo.

— Que efeitos você acha que terá a vinda do Papa ao Brasil neste contexto?

— Acho que ela será extremamente positiva, uma oportunidade do Papa

tomar contacto com nossa realidade. As desconfianças de Roma são em boa parte fruto da falta de conhecimento direto de nossa realidade. É só entendendo como é dura esta realidade que se entenderá como são justas as duras posições do episcopado brasileiro. Acho que a vinda do Papa será confirmadora de nossa evolução recente. No entanto tenho receio de que o governo possa conseguir transformar o evento num grande acontecimento turístico que traga legitimação para sua política. Uma espécie de reapropriação da Igreja — é um risco forte, e temos que evitá-lo de todas as maneiras.

— Fala-se muito das comunidades de base da Igreja hoje no Brasil. O que é de fato esta realidade?

— A comunidade de base é um grupo de cerca de 10 a 20 pessoas. Na zona leste de São Paulo, por exemplo, há uma paróquia com mais de 100 destes grupos. 10 a 20 pessoas porque não há uma rigidez no seu funcionamento; a coisa vai bem no ritmo popular. Já na roça, na zona rural, as comunidades se organizam em torno de capelas e, como as distâncias são grandes, elas são maiores, reunindo cerca de 100 a 300 pessoas. O centro estatístico da Igreja fez uma pesquisa a cerca de 4 anos atrás e constatou a existência de 40.000 comunidades o que, por projeção, daria atualmente por volta de 80.000 comunidades.

A comunidade não está voltada para os trabalhos específicos; ela é um núcleo gerador destas atividades que, ao se formarem, a partir de membros seus, se tornam autônomas, como foi o caso do Movimento do Custo de Vida em São Paulo.

No Brasil hoje se assiste à entrada de uma série de novos temas na ordem do dia: aborto, divórcio, homossexualismo etc. Como você vê este fenômeno?

— Meu referencial é o engajamento com as comunidades populares e o que posso ver é que estes temas não estão sendo debatidos pelos setores populares; são temas da classe média e alta. Não digo que estes temas não sejam importantes; simplesmente para mim, hoje, eles não têm importância porque não sinto que tenham para os setores populares.

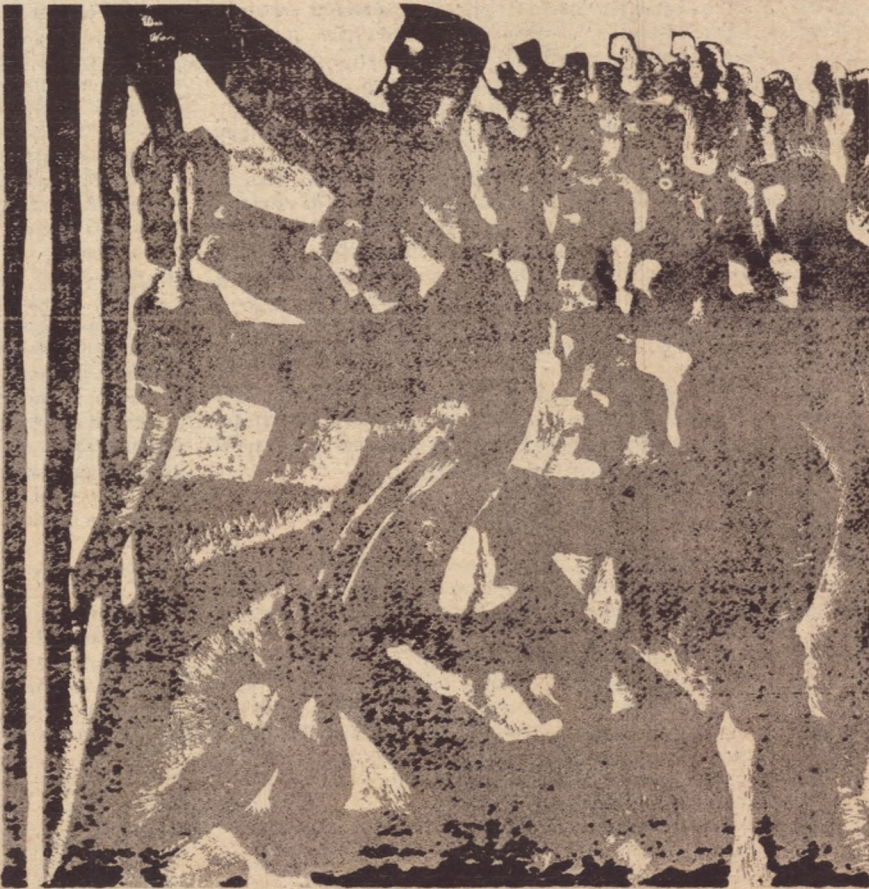
Há hoje em dia 80.000 comunidades eclesiais de base

Há outros problemas. Tomemos o caso do aborto: trata-se da legalização da imperfeição do sistema capitalista. Nunca se vai direto às causas e o sistema capitalista tem uma incrível capacidade de absorção dos efeitos. Uma jovem não vai ter um filho porque não dispõe de condições sócio-econômicas para criá-lo; é portanto de um problema político. A legalização do aborto vem para nos cegar na busca desta causa mais profunda do problema. Por exemplo, hoje nos países que já fizeram sua transformação social, uma mulher pode ter 1 ou 10 filhos que isto não altera absolutamente nada no seu ritmo de vida ou no orçamento da família. Portanto lá não se coloca o problema como aqui no Brasil, que é um problema de legalização do egoísmo, de não responsabilidade com a vida.

Portanto o grande problema destas bandeiras é que elas desviam a atenção das questões que hoje interessam ao movimento popular; que, no caso, não é a questão do uso do corpo, mas a questão de como vestir e alimentar o corpo.



Frei Betto no Congresso



Comunidades populares exploradas durante o regime militar

O PT é o único partido que pode vir a servir aos movimentos populares

— Tomando agora a questão partidária, gostaria de começar pelo seguinte: qual a avaliação que você faz da esquerda brasileira pós-64.

— A esquerda brasileira inicialmente teve uma efetiva participação na resistência à ditadura através dos movimentos armados e com isto ela conseguiu que a ditadura se desmascarasse revelando seu verdadeiro caráter. E colocou na pauta o problema dos recursos globais num processo de libertação.

Mas por outro lado este processo se deu sem vinculação com as classes populares, portanto de forma vanguardista e por isto mesmo ele foi arrazado.

A autocrítica foi feita e hoje compreendemos que não fazemos a libertação para as classes populares mas é a partir delas que elas mesmas a farão.

— Frente a este fato, como você vê a questão do Partido dos Trabalhadores?

— O fundamental, do meu ponto de vista, no quadro partidário atual, é ver qual partido surge a partir dos movimentos populares e que poderá, portanto, contribuir para o seu

desenvolvimento. Por este critério, o único partido que passa é o PT. Agora, evidentemente que o PT não tem ainda uma feição pronta e é por isso mesmo que nós devemos participar da discussão dele. Eu, pessoalmente, não me considero um militante do PT e não pretendo me inscrever no partido pois minha área de atuação é o trabalho pastoral da Igreja.

O importante é que os movimentos de base possibilitem a maior discussão possível sobre os partidos de forma a que os militantes de base possam fazer com consequência suas opções partidárias.

A hegemonia dos trabalhadores no partido é vital

— O que lhe parece prioritário hoje no PT?

— O fundamental hoje no PT não é tanto a representação parlamentar que ele poderá vir a adquirir, mas sim o espaço de organização política, pela base, que ele promete. E temos que nos jogar nisto para garanti-lo e ampliá-lo pois não podemos ficar só na crítica de fora. Por outro lado, acho que o PT tem que ser um partido dos trabalhadores e não para os trabalhadores ou junto aos trabalhadores. Para mim é uma questão fechada que se o PT não tiver a hegemonia dos trabalhadores ele não servirá como o conduto político que falávamos acima. Isto não quer dizer que ele se feche à participação de indivíduos

provenientes de outras classes sociais, desde que eles assumam efetivamente a perspectiva dos trabalhadores que deverá estar expressa nos seus documentos básicos.

É muito importante que os trabalhadores se convençam de que eles são capazes de se dirigirem e não fiquem dependentes de outras classes nem de intelectuais que de fato não têm nenhuma ligação prática com os movimentos sociais. Pois no Brasil durante muitos anos esperamos que os homens de terno e gravata conduzissem o processo político e o resultado é uma prova de total incompetência. Assim, prefiro hoje correr o risco de errar com a classe trabalhadora do que permanecer na ilusão de acertar sem ela.

— Você está acompanhando de perto o processo do PT. Como avalia as discussões hoje no seu interior sobre os ritmos e formas de organização que o partido deveria assumir?

Hoje, a pressa na sua organização, é a maior inimiga do PT

— Acho que o PT tem que surgir de núcleos, como inicialmente proposto. Aí é que está a possibilidade dele se ligar efetivamente com a mobilização popular. Por outro lado, o calendário de formação dos partidos é de tal forma rígido que não permite aos movimentos populares participar deste processo de formação dos partidos.

A pressa hoje é a maior inimiga dos propósitos iniciais do PT. Veja a questão do programa. No mínimo 6 meses seriam necessários para que a base efetivamente pudesse discutí-lo, de forma a que o debate não fosse um mero referendo formal, mas sim a absorção e contribuição reais ao processo.

Concretamente temo que os parlamentares que hoje estão dentro do partido possam forçar a sua agilização em detrimento da participação das bases.

Devemos lutar por um socialismo à brasileira

— E em termos de programa, a seu ver, o PT deveria falar do socialismo?

— O programa deve ter a meu ver uma definição que aponte para uma alternativa social que não o capitalismo. Mas o importante é levarmos esta discussão para a base. Do meu ponto de vista pessoal acho que deveríamos nos bater por uma sociedade socialista mas sem copiar nenhum dos modelos existentes. Quer dizer, construir um socialismo à brasileira segundo a nossa índole, exigências etc. Portanto não tenho nenhum medo da palavra socialismo. O que temo é a transposição mecânica de experiências, como o insucesso chinês a partir da tentativa stalinista de sovietação da China.

Agora eu não acho que devêssemos nos antecipar à discussão nas bases pois de pouco vale a palavra, o que vale de fato é a mobilização popular.

Novos caminhos para os CBAs

O Encontro das Entidades de Anistia, realizado este fim de semana em Belo Horizonte, além de discutir a retomada da campanha pela libertação de Flávia Schilling, dedicou-se a discussão de dois grandes temas.

O primeiro deles foi a implementação da linha política tirada no 2º Congresso Nacional pela Anistia, realizado no final do ano em Salvador, que decidiu aproximar a Luta pela Anistia com os movimentos populares. Neste Encontro tratava-se de consolidar esta ligação.

Algumas propostas surgiram neste sentido: como por exemplo, a de formação de um Comitê de Apêlo ao Movimento Popular Contra a Repressão. A justificativa para a formação deste Comitê é parte da visão que prevaleceu em Salvador, para qual na atual conjuntura deve-se privilegiar as ligações com os movimentos de massas, comandos de greves, sindicatos, associações de bairro etc. Esses Comitês seriam organizados a partir de núcleos dos CBAs e dariam apêlo político e material aos movimentos populares. Outra proposta surgida foi de se ampliar as denúncias da repressão policial e da questão da prisão cautelar.

Deliberou-se também não deixar passar em branco o dia 31 de março e indicou-se como sugestão a organização de debates com denúncias dos crimes da ditadura, nos Estados onde for possível. Outras sugestões foram, da participação no 1º de Maio Unificado e o levantamento dos dissídios em cada Estado, visando preparar o apêlo a estes movimentos.

Em relação à campanha sobre os mortos e desaparecidos propôs-se a organização de uma caravana ao Araguaia, com a participação dos familiares dos mortos e foi criada uma secretaria nacional para cuidar da centralização desta questão.

O segundo tema discutido no Encontro, foi sobre a organização dos Movimentos de Anistia. Decidiu-se pela ampliação da Executiva Nacional, que será composta: da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Sociedade Alagoana dos Direitos Humanos, Sociedade Matogrossense de Defesa dos Direitos Humanos e CBAs do Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Sorocaba e Rio Grande do Sul

campanha pela liberdade de Flávia

A campanha pela libertação de Flávia Schilling, brasileira presa nos cárceres do Uruguai há mais de oito anos, tem vivido até agora de falsas notícias e expectativas frustradas. Depois do intenso movimento realizado pelos CBAs de todo o Brasil durante o ano de 1979 em favor desta jovem (condenada aos 18 anos de idade a mais de 10 anos de prisão num processo em que o menos que se pode dizer é que as normas jurídicas não foram respeitadas) boatos diziam que ela seria libertada no natal, depois no carnaval e assim por diante. Agora a próxima data é a páscoa e caso isso não aconteça, Flávia será a única estrangeira a permanecer confinada nos porões da ditadura Uruguia, demonstrando-se de forma inequívoca o pouco empenho do governo brasileiro na resolução de tão doloroso problema.

Frente a este impasse, os Movimentos pela Anistia reunidos neste final de semana em Belo Horizonte, decidiram retomar com renovado vigor a campanha pela libertação de Flávia Schilling. Começará a percorrer todo o Brasil um abaixo-assinado exigindo sua liberdade e até o final do mês uma caravana, com a participação do Paulo Schilling, pai de Flávia, irá até a embaixada do Uruguai em Brasília, para pressioná-la.

ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NOS É RESPONSÁVEL.



LIBERDADE PARA FLÁVIA

C.B.A

Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

Porque não PT

Com o fracasso do «partido popular», e o PT correndo o risco de se transformar numa «seita», a opção foi a aliarmó-nos com «os liberais democráticos». Assim, Edgar Amorim, deputado federal pelo ex-MDB mineiro e atual integrante da Tendência Popular do PMDB, explica sua opção partidária.

Por Juarez Guimarães

Como você analisa a evolução mais recente do movimento pela constituição do PT?

— Como você sabe as nossas candidaturas surgiram muito em torno a uma discussão sobre o quadro da reformulação partidária e eu tenho para mim que talvez tenha sido uma das pessoas que mais se empenhou durante o ano de 1979 inteiro no sentido de que a articulação que começou no Encontro de São Bernardo no dia 2 e 3 de junho do ano passado desse como resultado um fórum político de expressão nacional capaz de representar uma alternativa partidária. Infelizmente isto não aconteceu e, a partir de setembro/outubro ficou claro para nós aqui que o espaço diante da reforma partidária tal qual ela vinha sendo implantada, de cima para baixo, não dava lugar a um partido mais definido no sentido ideológico. Então, a partir daí, optamos por uma aliança entre os liberais - democráticos e aqueles que estão comprometidos com os interesses das maiorias, os trabalhadores e assalariados - e este partido para mim é o PMDB. Feita esta premissa que justifica a opção que fizemos neste momento pelo PMDB, eu diria que, apesar de ter conhecimento de adesões importantes ao PT, eu continuo achando que é difícil para o PT afirmar-se nacionalmente, implantar-se nacionalmente...

— Mas o PT, ressaltada a dificuldade comum da implantação, não reuniria em seu interior as lideranças mais expressivas de movimento sociais e, portanto, não teria mais chances de implantação?

— A consideração é a seguinte. Como ele surgiu com o perfil que surgiu, ele está um pouco fora da realidade brasileira atual, o espaço para ele é pequeno ainda. Eu tenho medo - a idéia é muito boa: um partido que seja a expressão da autonomia da classe operária - mas corre-se o risco do PT ficar em muitos lugares quase como um gueto, uma seita. Dado que ainda estamos sob um regime autoritário, onde não se vê uma transição como em 46 quando já se tinha à vista uma constituinte.

— Que relação a Tendência Popular pretende manter como Movimento pró-PT?

— O primeiro assunto que se coloca são as eleições municipais deste ano. Eu acho que nós temos que estabelecer uma forma de luta comum para garantir estas eleições este ano. Uma segunda questão seria o trabalho comum nos movimentos sociais, procurando respeitá-los, sem estabelecer uma disputa partidária tal que impeça praticamente o povo de falar.

EM TEMPO 101 • 6 a 19 de março de 1980

Nordeste Mineiro Encontro de Movimentos Populares

Realizou-se em Teófilo Otoni no dia 24 de fevereiro mais um Encontro dos Movimentos Populares. Contando com a presença de mais de 600 pessoas da região nordestina mineira, lá se debateram as experiências de luta, as formas de organização e o problema dos novos partidos políticos.

O encontro possibilitou um maior conhecimento das experiências, das organizações e dos movimentos populares daquela região e trouxe esclarecimentos sobre a conjuntura, mostrando as mudanças da situação social e política do Brasil, destacando os pontos em que estas mudanças favorecem o crescimento do povo.

Os participantes vinham dos mais diferentes grupos populares: pastoral da terra, pastoral indigenista, sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades eclesiais de base (CEBs), grupos de jovens, pequenas comunidades de bairros, clubes de mães, movimento de casais (MFC), de creches, mutirão de construção de casas para flagelados, grupos operários, grupos favelados, associação de lavadeiras, associação de artesões populares, professores da cidade, professores rurais, movimento estudantil (secundaristas e universitários), pequenos comerciantes, alguns vereadores, médicos, engenheiros, advogados e religiosos (padres e freiras). De Belo Horizonte participaram dois deputados do PMDB, representantes do PT, do Movimento das Favelas e do *Jornal dos Bairros*.

Os debates tiveram início às 8 horas da manhã. Havia camponês que fizera 15 e

até 18 quilômetros a pé para participar. Durante a parte da manhã, divididos em grupos de 18 pessoas, todo mundo pode contar suas experiências de luta popular, como nasceu e como está organizado o seu trabalho de comunidade, sindicato ou associação.

Foi visto também quais entidades - sindicato, Igreja, associação, imprensa, câmara municipal, prefeito, políticos etc - que estão ajudando ou atrapalhando o crescimento dos movimentos populares. Em seguida, os participantes opinaram como o povo participa nas eleições e partidos. Finalmente deram sugestões de como unir os movimentos populares para ajudar o povo a tomar atitudes novas nas eleições e nos partidos.

Mais de uma hora depois do almoço foi dedicada a uma confraternização entre as comitativas. Muitos violeiros da roça e da cidade levaram suas violas e violões. Canções eram apresentadas pelos próprios autores. Houve apresentações individuais, por grupos e não faltou o "canto geral", com todo mundo participando. Um batuque fechou o instante recreativo.

O restante da tarde foi dedicado à discussão sobre política partidária. Houve de início, no plenário, um painel sobre os partidos de Oposição. Representantes

do PMDB, do PT e do PTB fizeram uma breve exposição de propostas de seus partidos e dos encaminhamentos que estão sendo dados na sua constituição.

Em seguida os mesmos grupos de composição diferenciada da manhã voltaram a se reunir para a questão de política propriamente partidária. Neles, os partidos da situação ficaram caracterizados por todos como os que querem o poder para manter o sistema capitalista de opressão e os de oposição como partidos que de uma maneira ou de outra querem a mudança do sistema e a queda do regime.

A maioria dos participantes viu no PT - Partido dos Trabalhadores - a esperança para a construção deste partido do povo. Uma parte mostrou a importância de uma continuidade do PMDB na luta contra o regime. Na plenária final, populares manifestaram-se em ambos os sentidos.

O Encontro de Movimento Populares em Teófilo Otoni foi precedido por outro realizado em João Monlevade em janeiro e pequenas reuniões prévias em Valadares e outras localidades. O primeiro Encontro de Movimentos Populares de Oposição foi realizado em Belo Horizonte em outubro do ano passado.

AVISO AOS ASSINANTES

O Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte S/A resolveu que, por tempo indeterminado, **EM TEMPO** passará a ter periodicidade quinzenal. Assim, como é lógico, nossos assinantes atuais terão a vigência temporal de suas assinaturas reajustadas de forma a receberem o mesmo número de edições que adquiriram na fase do semanário.

(A Diretoria

Leia e assine:

EM TEMPO:

EM TEMPO:

EM TEMPO:

UM

JORNAL
AO LADO

DOS

TRABALHADORES



Nome Profissão
Endereço Bairro
Cidade Estado CEP
Por assinatura: anual Cr\$ 500,00
Exterior: INDIVIDUAL US\$ 40,00 INSTITUIÇÕES US\$ 80,00
Rua Mateus Grou, 57 — São Paulo — SP — CEP: 05415
Fones: 853-6680 280-4759

O TSE diante do PT "classista"

Apesar do Partido dos Trabalhadores se propor a representar os explorados, o Tribunal Superior Eleitoral não encontrará condições de vetá-lo como um partido "organizado com base em preconceitos de classe." É o que afirma Plínio Mello, advogado, ex-militante do PSB e atual membro do PT em colaboração com a Coordenação Provisória do partido na elaboração de seus estatutos.

Por Plínio Mello

Desde o início da proposta de fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), e, mormente depois da aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 6767, de 1979, alterando alguns dos dispositivos da antiga Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 5682, de 21-7-72), surgiram algumas dúvidas sobre a possibilidade ou não de enquadramento do PT entre as organizações partidárias criadas pela nova lei. É que, pelo disposto no § 3º do inciso III do art. 3º desse diploma legal, "não se poderá utilizar designação ou denominação partidária, nem se fará arregimentação de filiados ou adeptos com base em crédos religiosos ou sentimentos de raça ou classe".

Como é sabido, a idéia do PT surgiu após as grandes greves dos metalúrgicos da região do ABC, e, principalmente, depois da intervenção do Ministério do Trabalho em seus sindicatos, com o afastamento do exercício de suas funções de suas diretorias, visando pressioná-las, senão coagá-las, a aceitarem as propostas patronais para um rápido término do movimento grevista.

Mas, o caráter "classista" que assumiu, desde logo, a proposta de fundação do PT, agravado pela insistência de alguns de seus líderes em restringir seus quadros partidários apenas aos "trabalhadores assalariados", deu motivo a que o governo tomasse a iniciativa de bloquear a legalização do mesmo, através do dispositivo acima citado. Por isso, se impunha, como certamente está ocorrendo, que a Comissão Coordenadora Provisória, ao elaborar seu Estatuto não mais deixasse pairar qualquer dúvida a respeito, fixando claramente sua estrutura partidária, de modo a afastar, de uma vez por todas, aquele malicioso obstáculo legal.

No Anteprojeto de Estatuto, ora em mãos da Comissão Coordenadora Provisória, já em seu art.1º, por exemplo, se declara: "O Partido dos Trabalhadores (PT), organizado nos termos da legislação em vigor (Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979), destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos humanos fundamentais definidos na Constituição (Lei nº 5.682, art. 2º, conforme redação da lei acima citada).

O art. 2º do Anteprojeto completa o pensamento acima enunciado, dizendo: "Organizado como pessoa jurídica de direito público interno, em âmbito nacional, com sede e domicílio na cidade de Brasília (DF), o Partido dos Trabalhadores tem como objetivo principal a arregimentação política e eleitoral dos brasileiros das camadas mais pobres da população do País, para a realização de seu programa, de acordo com as normas

previstas neste Estatuto". "Com esse objetivo - completa o art. 3º do Anteprojeto - o PT se propõe defender, dentro da mais ampla democracia interna, os interesses fundamentais dos que vivem do próprio trabalho, pertencentes às mais diversas categorias profissionais, inclusive dos pequenos proprietários urbanos e rurais, sem quaisquer preconceitos de raça, classe, cor, sexo, crédos religiosos ou convicções filosóficas".

Conseqüentemente, como se vê, trata-se, não de um partido propriamente "classista" ou que alimente "sentimentos de raça ou classe", como prevê a lei, mas de uma organização partidária inteiramente aberta à arregimentação política das grandes massas trabalhadoras do País, ou seja, um partido tipicamente popular, no melhor sentido a ser dada a essa expressão.

Mas, não bastando tal caracterização do PT, ainda outro dispositivo do Anteprojeto de seu Estatuto enfatiza: "Poderá ingressar no Partido todo brasileiro que, mediante apresentação de membro já inscrito, sem distinção de raça, classe, cor, crêdo religioso ou convicção filosófica, declarar por escrito estar de acordo com o programa partidário, comprometendo-se a cumprir fielmente o presente Estatuto" (Art. 14º). Se a admissão do filiado não estabelece nenhuma discriminação para o ingresso em suas fileiras, nem quanto a "raça", nem quanto a "classe", bem como a cor, sexo, crêdo religioso ou convicção filosófica, fica inteiramente excluída a hipótese negativa prevista na Lei. E, como última providência estatutária, visando o mesmo objetivo, existe o dispositivo no art. 35º, § 1º, ao declarar, expressamente: "O Partido desconhece, em todos os atos de sua vida, quaisquer distinções entre os seus membros, seja qual for sua origem social". É, como se vê, a última pá de cal na pretendida objeção que algumas pessoas, de boa ou de má fé, vêm fazendo a propósito da legalização do Partido dos Trabalhadores, de modo a dificultar-lhe seu trabalho de proselitismo.

Como afirma o Manifesto de lançamento do PT, "este nasce da necessidade sentida por milhões de trabalhadores de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o povo brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas próprias mãos ou não virá". Daí, a firme resolução em que se encontram suas lideranças de fazer do Partido dos Trabalhadores o grande partido das massas exploradoras e oprimidas do povo brasileiro, como se espera venha a ocorrer dentro de dois anos, por ocasião do primeiro "test" eleitoral a que vai ele ser submetido, no pleito de 1982.

O ABC da lei partidária

Aqui, Almino Affonso, advogado, ex-ministro do Trabalho do governo Goulart e líder da Tendência Popular do PMDB, explica o processo de constituição de partidos segundo a nova lei e alerta para as dificuldades que ela impõe aos partidos populares.

Que apreciação geral você faz da atual legislação partidária quanto aos obstáculos que ela impõe para a organização de partidos efetivamente populares e comprometidos com uma real democracia interna?

— Com freqüência, fala-se que a nova legislação facilita a construção de partidos de "cima para baixo" e dificulta a de "baixo para cima". A primeira possibilidade estaria configurada na hipótese do partido em formação contar, dentre seus fundadores, com 10% de Deputados Federais e Senadores; e a segunda, contrariamente, na hipótese do partido não lograr o referido apoio no ato de sua fundação, vendo-se, assim, na necessidade de articular-se a partir das bases.

Para maior clareza, é bom recordar que, segundo a Lei Orgânica dos Partidos, há três etapas na construção de um partido político: a) fundação; b) organização; c) funcionamento.

1) A fundação é o ato praticado por um conjunto de cidadãos, em número não inferior a 101, consistente na definição da proposta partidária, expressa em três documentos básicos: o manifesto de lançamento, o programa e o estatuto. O colégio dos fundadores deve eleger a Comissão Diretora Nacional Provisória e esta, por sua vez, se incumbirá de comunicar ao Tribunal Superior Eleitoral a fundação do partido e pedirá o seu registro provisório, bem como o prazo para organizá-lo.

O pedido de registro provisório só pode ser formulado depois de estarem constituídas as Comissões Diretoras Regionais Provisórias de, pelo menos, 9 Estados; e as Comissões Diretoras Municipais Provisórias de, pelo menos, 1/5 dos municípios dos referidos Estados.

2) A organização é o conjunto de atos praticados (pelas Comissões Diretoras Provisórias, no plano nacional, estadual e municipal), ao longo do prazo de um ano, cujo coroamento é a realização das convenções municipais, regionais e nacional, com a aprovação do manifesto, do estatuto e do programa e a eleição dos respectivos diretórios e comissões executivas.

O partido em formação (já com o registro provisório) que, no prazo de um ano, não tenha realizado convenções em, pelo menos, 9 Estados e em 1/5 dos respectivos municípios, bem como eleito em convenção o diretório nacional, terá sem efeito os atos preliminares praticados desde a sua fundação. Vale dizer, volta à estaca zero.

3) O funcionamento (usando a expressão no exato sentido da lei e seu Regulamento) é a etapa final da construção do partido, supõe a sua fundação e a sua organização, e se caracteriza pelo direito à representação na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Legislativas (Resolução nº 10.785, TSE).

Cumpridos os requisitos da fundação e da organização, o partido obtém o registro definitivo e entra em funcionamento: a) de imediato, caso tenha contado com o apoio de 10% de Deputados Federais e



Senadores no ato de sua fundação; b) na hipótese contrária, dependerá de que, nas próximas eleições, obtenha 5% do eleitorado que haja votado na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos, pelo menos, por 9 Estados, com o mínimo de 3% em cada um deles.

Como se vê, nessa etapa é que o processo de formação partidária se diferencia, conforme o partido conte ou não com o apoio dos 10% do Congresso Nacional. Descendo à aplicação das normas à realidade política brasileira, pode-se dizer que logrará o funcionamento imediato (com certeza absoluta) apenas dois partidos: o PMDB e o PDS. É provável que o PP também o consiga. E é certo que dois outros deixarão de obtê-lo, ficando na dependência das próximas eleições: o PT e o PTB.

Saltadas as duas primeiras barreiras, a fundação e a organização (sobretudo esta última, pela exigência das convenções em 1/5 dos municípios em 9 Estados), o funcionamento dependente das eleições para a Câmara dos Deputados é um obstáculo intransponível? Creio que não. Embora sem números precisos, faço os seguintes cálculos: a) devem ter votado, nas últimas eleições parlamentares, 32.000.000 de cidadãos; b) 5% desse total significam 1.600.000 votos, a serem conseguidos em 9 Estados pelo menos; c) 3% dessa votação em 9 Estados, distribuídos em cada um deles, significa um total de 48.000 votos. Está claro que me refiro ao mínimo em cada Estado, porque, no conjunto, o partido terá que lograr 1.600.000 votos provenientes de 9 Estados pelo menos.

— A lei fala que o estatuto e programa inicialmente apresentados para o pedido de registro teriam que ser "aprovados" ao longo da fase de organização dos partidos pelas convenções, da municipal à nacional. Isto implica em que eles não poderão ser alterados pelas convenções?

— No meu entender, cada convenção municipal aprova o programa e os estatutos, incorporando as emendas que achar correto; o conjunto desses programas e estatutos, em suas novas versões que as convenções municipais tenham dado, sobe à convenção estadual (uma em cada Estado é óbvio) que consolida tudo isso num só programa e num só estatuto; por fim, sobe à convenção nacional o conjunto desses programas e estatutos, provenientes de cada Estado, e nessa instância dá-se a aprovação final, o que supõe, uma vez mais, discussão e possibilidade de emendas.

— Você avalia que o Tribunal Superior Eleitoral poderia indeferir o pedido de registro do PT sob alegação de tratar de um partido com base em "preconceito de classe"?

— Não considero que a expressão "sentimento de classe" possa ser levantada para impedir o registro do PT. Por tudo o que tenho lido, não se pode dizer que o PT seja um partido de classe, no sentido que lhe dá a teoria dos partidos políticos. O PT assume a defesa dos interesses sociais dos assalariados em geral, abrangendo, portanto, operários, trabalhadores de campo, empregados no comércio e serviços em geral, funcionários públicos, etc. Não me parece correto considerá-lo um partido classista, no sentido estrito.



Serpro/RJ

Demissões em massa

O próprio Delfin Neto foi para os jornais e TV falar que mais importante, hoje, no Brasil, do que conceder reajustes salariais mais elevados é garantir o emprego dos trabalhadores. Mas, como diz o velho ditado: "casa de ferreiro, espeto de pau". Basta ver o que está acontecendo no Serpro (empresa dedicada ao processamento de dados, do governo Federal): 421 dos 2.530 funcionários no Rio de Janeiro já foram demitidos a título de eliminação da mão-de-obra ociosa. Segundo o noticiário, afirma — se que um facão semelhante deverá correr no Serpro de São Paulo, onde trabalham outros 3.900 funcionários.

Cosipa

Pode sair greve

O tempo anda quente na baixada Santista, e não é só por causa do verão, que por sinal está acabando. É que os metalúrgicos que trabalham na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), em Cubatão, não parecem dispostos a arredar pé de suas reivindicações feitas à empresa: 50 por cento de reajuste, mais um fixo de Cr\$ 2 mil para todo mundo, além de piso salarial de Cr\$ 12 mil. Na última sexta-feira, 29 de fevereiro, eles rejeitaram firmemente a proposta da COSIPA que pretendia conceder-lhes um fixo de apenas Cr\$ 1.500,00 além do INPC (40,9%), em assembléia realizada no Colégio Santista (tinha gente saindo pelo ladrão de tão lotado que estava o lugar).

Justamente na hora em que o EM TEMPO estava sendo rodado, na quarta, 5 de março, a moçada estudava uma nova contra-proposta da empresa, decidindo se entrava em greve ou não.

Wallig/POA

BB paga os salários

Como já ocorreu em janeiro, os salários de fevereiro dos 1.200 operários da Metalúrgica Wallig, de Porto Alegre, vão receber seus salários diretamente do Banco do Brasil, que já destinou Cr\$ 16 milhões para essa finalidade. Entretanto, essa medida, funciona apenas como paliativo, não acabando com a incerteza dos trabalhadores quanto ao seu futuro; com dívidas conhecidas de Cr\$ 2,2 bilhões, a Metalúrgica é um autêntico abacaxi a ser descascado pelo governo, que não sabe como vai resolver o problema. Mas de uma coisa, os trabalhadores têm certeza: no caso da Wallig, se combinam dois fatores, a incompetência da direção da empresa em gerenciá-la e a irresponsabilidade e a megalomania do governo federal, que praticamente obrigou a Wallig a dar passos maiores que as pernas, expandindo-se para o Nordeste do país, incorporando outras empresas (como a fábrica de fogões Cosmopolita, de São Paulo), quando não tinha condições para fazê-lo. O abacaxi, na verdade, é mais um fruto podre do milagre, que começa a cheirar mal.

Funcionalismo/SP

Salários Miseráveis

Paulo Maluf não desistiu de construir a "malufândia", ou de sair por aí, fazendo buraco atrás de petróleo (atribuição da Petrobrás, salvo engano). Por isso, o governador das arábias tem di-

nheiro. Mas para pagar o funcionalismo público, que anda ganhando salários miseráveis, o dito cujo, depois de ter arrancado da Assembléia Legislativa um aumento de 1 por cento na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) justamente para melhorar a vida dos barnabês, diz que não há verba. Com todo o aumento do custo de vida (69,8 por cento entre janeiro de 1979 e fevereiro deste ano na capital) o governo pretende conceder apenas 56,25 por cento de reajuste.

A situação fica mais gritante, quando se compara o aumento dos funcionários públicos com os das empresas privadas (que, não é preciso o Piquetão dizer, também são vítimas da política salarial do governo). A comparação foi feita pela Folha de São Paulo (2/3/80) tomando dois funcionários (um público e um privado) como exemplo que recebiam Cr\$ 10 mil em março do ano passado, segundo o jornal, o da empresa privada terá, computados os reajustes de 22 por cento em novembro passado, os 40,9 por cento do INPC de março, mais uma taxa de produtividade estimada em torno de 3 por cento, um reajuste total em torno de 80,1 por cento (próximo da inflação). Enquanto seu salário sobe para Cr\$ 18.076,15, o do funcionário público alcançará, no mesmo período, apenas Cr\$ 15.625,00.

Servidores/SP

Interditada Associação

Não contente com demitir sumariamente dezenas de funcionários, de suspender outras dezenas de médicos (vinte e três apenas na sexta-feira, 29 de fevereiro), o fascistão que dirige o Hospital dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, coronel Francisco de Assis Freitas, mandou fechar a sede da Associação dos Médicos do Hospital (AMIAMSP), impedindo o mais elementar direito de organização. Para o Chicão, a Associação tinha que ser interditada por tomar atitudes "políticas subversivas e de desrespeito ao governador do Estado". Isto é, a Associação defendia os interesses dos seus filiados. Enquanto 10 médicos resistiam à intervenção, ocupando a sala da Associação, localizada no 16º andar do Hospital, o coronel mandava sitiar o local, através da ação de guardas de segurança e agentes do DEOPS, chegando, mesmo, a tentar impedir a entrada do próprio presidente do sindicato dos Médicos, Agrimeron Cavalcanti.

Professores/SP

Querem 95 por cento

Mas quem pensa que os funcionários públicos vão ficar parados (afô, alô seu Maluf, puf!, puf!) está muito enganado. No domingo, 9 de março, eles estarão reunidos para discutir como levar em conjunto a luta salarial deste ano. Os professores, por exemplo, decidiram, no sábado, 2 de março, em assembléia promovida pela Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOESP), exigir um reajuste de 95 por cento (56,25% oferecidos pelo governo, mais 24 por cento a título de complementação e 15 por cento de aumento, a exemplo dos metalúrgicos do ABC).

Motoristas/BH

Aceitam contraproposta

A casa estava cheia na assembléia dos motoristas e cobradores de Belo Horizonte, realizada no domingo, 2 de março, a maior já realizada pela categoria. Numa votação difícil e até certo ponto

tumultuada, foi aprovada a contraproposta patronal que concede salários de Cr\$ 10.500,00, auxílio de Cr\$ 320,00 para transporte e Cr\$ 150,00 para uniformes aos motoristas e salários de Cr\$ 5.000,00 e Cr\$ 4.500,00 para fiscais e cobradores, respectivamente. Não faltaram, depois da assembléia, acusações de manobras que teriam sido feitas pelo presidente do sindicato da categoria, José Teodoro Guimarães.

Fumageiros/BH

Acordo com a Souza Cruz

Também acabou em acordo a campanha dos fumageiros de Belo Horizonte, empregados da Companhia de Cigarros Souza Cruz. Além do INPC, eles vão receber Cr\$ 300,00 fixos a título de produtividade, bem como o adicional de 6 por cento, que a empresa ficou devendo desde o último dissídio, para os trabalhadores contratados após março de 1979. O piso salarial, que era de Cr\$ 3.540,00; foi elevado para Cr\$ 5.750,40.

Bebidas/SP

Vai para dissídio

Já os trabalhadores nas indústrias de bebidas do interior de São Paulo não chegaram a resultado algum nas negociações com os patrões, recebendo, inclusive, a proposta do presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) que previa um percentual de 4 por cento a título de produtividade, além dos 38,7 por cento referentes ao INPC de fevereiro. Agora, será aberto dissídio, e o índice final será decidido pelo próprio TRT nas próximas semanas.

Unibanco/SP

Galãs à solta

Esta piqueteada começa se dirigindo às companheiras que trabalham no Centro Administrativo do Unibanco (CAU), em São Paulo (km 16,5 da Raposo Tavares). Olho no tal de doutor Errol Alves Borges, médico da Semic, empresa que presta assistência médica aos funcionários do banco dos Moreira Salles. Não é que o dito, talvez influenciado pelo nome (quem não ouviu falar no famoso galã Errol Flynn?) tem um péssimo costume: não pode ver mulher sem que tente passar a mão boba. Aliás, o Errol não está sozinho. Que o digam as funcionárias do CAU, tratadas como franginhos de galinheiro por muitos chefetes que tem por lá.

Mas além disso, há muita coisa digna de ser registrada lá no CAU, garantem os funcionários. Por exemplo, o regime de trabalhos forçados imperante, com a adoção de sistemas de cotas de produção estafante, (o pessoal não pode sequer levantar-se das cadeiras para fazer o lanche ou tomar um cafezinho, o que contraria a própria legislação trabalhista que concede aos que trabalham em serviço de datilografia, direito a intervalos de 10 minutos a cada duas horas de serviço). Ainda por cima, ninguém está aguentando mais a lavagem servida no restaurante (?) do CAU, que não só é péssima, como insuficiente e sem nenhum teor nutritivo.

Conclat

Reunião dia 17

Embora um pouco atrasada, a articulação do 1º Congresso Nacional das classes Trabalhadoras (CONCLAT) vai

avancando. Segundo Hugo Peres um dos integrantes da comissão organizadora, em São Paulo, a iniciativa já obteve o apoio de três Confederações (Trabalhadores Rurais, Comunicações e Publicidade e Estabelecimentos de crédito). Também já aderiram 11 das 23 Federações existentes em São Paulo.

No dia 21 de março deverá ocorrer uma reunião nacional de sindicatos (foram enviados convites para participação do CONCLAT a 4.500 sindicatos em todo o país), quando deverá ser discutido o ante-projeto de regimento interno e pauta do Congresso previsto para o fim de setembro deste ano. No mesmo dia, os dirigentes sindicais deverão fazer um balanço acerca dos preparativos para a comemoração do 1º de Maio Unificado.

Professores/SP

22% de produtividade

Os professores da rede privada de ensino (1º, 2º grau e universitário) representados pela Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo e pela Associação de Professores (como é o caso dos de nível universitário) não deixam por menos: além dos 40,9 por cento do INPC de março, eles querem receber mais 22 por cento a título de produtividade, o que resulta num montante de 62,9 por cento. A primeira reação dos patrões foi negativa já estando marcada uma audiência para conclusão do TRT. Se não sair um acordo, a questão vai a dissídio.

Santo Dias

Julgamento adiado

Está causando a maior indignação o adiamento do juri do policial militar que assassinou o operário Santo Dias, durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo, em novembro do ano passado. Mais de 400 pessoas compareceram à Auditoria Militar (na rua Vila Nova), no dia previsto, 25 de fevereiro, protestando contra o que foi classificado como manobra protelatória da Justiça Militar, para esvaziar o julgamento.

Metalúrgicos/SP

Calúnias rechaçadas

Dirigentes como Augusto Campos (Bancário/SP), Luís Inácio da Silva (Metalúrgicos São Bernardo), João Paulo (Metalúrgicos de João Monlevade), Olivio Dutra (Bancários/POA), Pedro Sampaio (petroleiros de Cubatão), entre outros, rechaçaram energeticamente as calúnias policiais, publicadas em documentos apócrifos contra os metalúrgicos Cleodon Silva, Franco Farinazzo e Vito Giannotti, integrantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Vestuário/RS

Patrões apelam

Se os patrões recorrerem ao Tribunal Superior do Trabalho será pior para eles, já que os trabalhadores se revoltarão mais ainda", afirmou ao Piquetão o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Vestuário de Porto Alegre, João Paulo Marques, ao comentar, a decisão dos patrões de recorrerem àquele tribunal, pedindo a revisão do dissídio coletivo da categoria, em protesto às deliberações do Tribunal Regional do Trabalho gaúcho.

Para João Paulo, a categoria será derrotada no TST, "pois o Tribunal é composto de jurízes nomeados pelo presidente da República". Entretanto, o sindicato, assim mesmo pretende travar a luta no judiciário, baseado em estudos feitos pelo DIEESE revelando que as empresas tiveram lucros superiores a 500 por cento nos últimos dois anos. Segundo ele, serão três as conquistas mais ameaçadas pelos patrões: o piso salarial, o delegado sindical e a estabilidade para o empregado que retorna ao trabalho após o gozo de benefício previdenciário. Até agora, devido ao pouco trabalho após o gozo de benefício previdenciário de março que começaram a produzir as encomendas de inverno) a operação-tartaruga desencadeada pela categoria (10 mil trabalhadores), surtiu pouco efeito, reconhece João Paulo. Mas esse é um problema menor se comparado ao representado pelo pego Edir da Silva, presidente da Federação do Vestuário. Além de fazer o jogo dos patrões, forçando os sindicatos do interior a acordos ruins, vem impedindo-os de se reunir em sindicato da capital para uma melhor coordenação das lutas.

Além disso, o sindicato está reivindicando aumento de 15 por cento acima do INPC para o reajuste de junho, a título de recuperação da perda do poder aquisitivo, desde 1964, bem como a redução da periodicidade para três meses, ao invés de seis, como ocorre com a nova política salarial.

O sindicato está protestando também contra a auditoria que vem sendo feita pelo Ministério do Trabalho, a partir de denúncias feitas por um antigo diretor, Artur Quadros expulso justamente por malversação de fundos. De acordo com o Luisinho, membro da diretoria, trata-se de mais uma forma de intimidação contra os sindicalistas, praticada pelo ministro Murilo Macedo, que já afastou quatro diretores do sindicato após a última greve.

Metalúrgicos/Rio

Preparam Campanha

Muitas das lideranças das 13 áreas em que foi dividida a categoria na greve do ano passado, deflagrada pelo sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, deverão propor um aumento de 15 por cento acima do INPC, na próxima campanha salarial, a exemplo dos metalúrgicos do ABC. No dia 29, houve uma reunião com a diretoria do Sindicato onde se discutiu o encaminhamento da campanha e foi defendida a necessidade de que os responsáveis pelas atuais e futuras delegacias sindicais sejam eleitos democraticamente pelos trabalhadores de cada área.

Bancários/SP

Voltam à carga

Reajuste do salário de ingresso e fim imediato das demissões, são os dois eixos da campanha desencadeada pelo sindicato dos bancários de São Paulo. Após o último acordo firmado com os patrões, os salários de ingresso foram fixados em Cr\$ 3.700,00 (funcionários de portaria) e Cr\$ 4.200,00 (escritório ou tesouraria). Com a aplicação do índice oficial do INPC para essa faixa (44,99%) o salário ingresso deveria subir para Cr\$ 5.300,00 e Cr\$ 6.100,00, respectivamente, o que vem sendo negado pelos banqueiros, sob a alegação de que não se pode "rever o acordo". Segundo o sindicato, os bancos estão promovendo demissão em massa dos funcionários mais antigos, situados na faixa inicial, contratando outros que, de acordo com a lei, não teriam direito ao reajuste.

METALÚRGICOS DO ABC

A campanha depende de São Bernardo

Os metalúrgicos de São Bernardo voltam a Vila Euclides, no dia 16. A força de sua mobilização contrasta com a apatia e o desânimo generalizados existentes em Santo André e São Caetano. Este ano, eles promovem uma campanha diferente, com ênfase na organização e agitação pela base.

Por Tom Duarte

Diferentemente do que ocorreu nas assembleias do ano passado, nenhuma faixa ornamentava as paredes do amplo auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, nas três sessões da assembleia geral (duas no dia 29 sexta e a terceira no sábado, primeiro de março, pela manhã) que discutiu e aprovou a pauta de reivindicações a serem encaminhadas aos patrões.

Mas quem se deixar levar pelas aparências poderá se enganar redondamente. Nem o boicote declarado da grande imprensa, já alertado na edição de fevereiro de "Tribuna Metalúrgica", órgão oficial do Sindicato, na tradicional coluna do "João Arrador", nem a falta de faixas ou cartazes tiveram contrapartida em desânimo e apatia dos trabalhadores de São Bernardo. Pelo contrário: cerca de 5 mil metalúrgicos assinaram o livro de presença nas três sessões, que revelaram, num crescimento extraordinário de combatividade e o desejo de ir até o fim na luta pelo que acham justo.

E esse ir até o fim, significa, como frisou a todo o momento o próprio Luis Inácio da Silva, o Lula, seguir um só caminho: preparar clima de greve e desencadeá-la, caso a intransigência dos patrões tornarem a paralisação inevitável.

Mais unidade

Praticamente não houve discussões em torno das reivindicações, aprovadas por unanimidade ao final de cada sessão. Redução da jornada para 40 horas, reajustes trimestrais (ao contrário dos semestrais estabelecidos pela política salarial do governo), 15 por cento de aumento acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março, fixado em 40,9%, o que perfaz um reajuste de 62,3% por cento sobre os salários de novembro de 1979, piso salarial de Cr\$ 12 mil, foram as principais reivindicações aprovadas por aclamação. O representante sindical das empresas da mesma forma foi aceito, desaparecendo a polarização ocorrida no ano passado, quando foi contraposta a formação de Comissões de Fábrica.

Por isso, não era de estranhar a euforia dos dirigentes do sindicato, logo ao término da última assembleia da sexta-feira. A ausência de disputa, longe de significar apatia, representava a existência de um razoável grau de unidade entre os ativistas sindicais que atuam em São Bernardo. Conseguida, principalmente, em função dos avanços consideráveis na condução da atual campanha, sem dúvida bem diferente da anterior e que resultou na greve de 14 dias, a "greve que abalou o país".

Campanha diferente

Se no ano passado, o peso maior foi dado às assembleias, em 1980, esgotados com a experiência, os dirigentes do sindicato de São Bernardo resolveram modificar a tática. Centraram fogo na reunião por empresas, atingindo, até o começo de março 236 das 520 empresas da região, notadamente as maiores, onde trabalham 105 mil dos 126 mil operários de São Bernardo e Diadema. Dessas reuniões, feitas nas fábricas, na sub-sede de Diadema, na sede do sindicato,

associações de bairros e clubes recreativos foram tirados delegados que passaram a integrar a Comissão de Mobilização, formada por 425 trabalhadores.

É justamente essa ênfase ao trabalho de base, o ponto mais importante da campanha, afirma Osmar, o Osmarinho, um dos mais ativos militantes da base sindical. Osmar, aponta também os verdadeiros comícios realizados diariamente nas portas de fábrica (ver o box), com a participação de milhares de trabalhadores atingidos pelo alto-falante da perua do sindicato, como fator importante para a criação do "clima de greve", preconizado pelo Lula.

Encher a Vila Euclides

Ele destaca, também, o maior nível de consciência alcançado pelos trabalhadores de São Bernardo. "Hoje, passada as experiências das greves de 1978, o peão está mais consciente de sua força", diz Osmar. E sabe que para conseguir alguma coisa é preciso estar disposto a sacrificar-se. Por isso, com o ânimo atual, se os patrões não cederem, força nenhuma será capaz de segurar a categoria".

Se há euforia, isto não quer dizer que existe irresponsabilidade ou incoerência. Aventureirismo é palavra riscada do dicionário dos sindicalistas de São Bernardo. Eles sabem que têm uma imensa responsabilidade sobre os ombros. Pois não se trata só de lutar por sua categoria, pela base de São Bernardo e Diadema. Parece haver a consciência generalizada de que cabe a São Bernardo puxar o resto do ABC, haja visto a apatia existente em Santo André e São Caetano, durante a preparação da campanha e que se materializou no número diminuto de participantes nas assembleias do dia 29.

Em Santo André, por exemplo, que congrega 55 mil trabalhadores espalhados por 800 empresas, pouco mais de 400 pessoas estiveram no sindicato, onde a tônica predominante foi a desmotivação e a falta de maior vigor da direção sindical (salvo raras exceções) a começar pelo presidente Benedito Marcellio. O mesmo ocorreu em São Caetano (25 mil trabalhadores pertencentes a 270 empresas), onde sequer foi composta a Comissão de Mobilização.

O seguidismo com relação a São Bernardo foi confirmado pelo próprio presidente do Sindicato de São Caetano, João Lins. Para ele, "a greve aqui só sairá empurrada por São Bernardo, pois sozinho não temos força". O que parece confirmar as palavras do Lula, na sexta-feira, dia 29, consciente da força de seu sindicato: "nada vai mudar nosso Brasil velho de guerra, sem passar pelos metalúrgicos do ABC".

Confiança em suas próprias forças (de alguns poucos sindicatos do Interior, como Jundiá, Taubaté e, possivelmente Campinas, que poderão romper com a Federação Metalúrgica do Estado de São Paulo), a campanha prossegue em São Bernardo. Agora, a meta é levar 50 mil trabalhadores ao Estádio de Vila Euclides, cenário de tantas assembleias durante a greve do ano passado e, testemunha da combatividade da categoria. Se isso for conseguido, representará, também uma mudança na tática dos sindicalistas mostrar previamente a força para os patrões, que pensarão duas vezes antes de pagar para ver.



A pauta de reivindicações, já na mão dos operários durante a assembleia.

Os grandes lucros

Os patrões não podem chorar miséria, sobretudo os da indústria automobilística. É só ver os dados levantados pelo DIEESE, revelados pelo Lula, na assembleia do dia primeiro. Em dois anos (1976-78) o capital da Mercedes-Benz passou de Cr\$ 1,6 bilhão para Cr\$ 3,4 bilhões (acréscimo de 112,5 por cento). O lucro cresceu 116,4 por cento, subindo de Cr\$ 796 milhões para Cr\$ 1,5 bilhão. Já o lucro da Volkswagen cresceu de Cr\$ 1,4 bilhão (1976) para Cr\$ 4 bilhões (1979), o que representa um incremento de 169,9 por cento. Finalmente, na Ford, enquanto o faturamento teve um acréscimo de 123 por cento em dois anos, o lucro líquido aumentou em 495 por cento, em tres anos.

Com relação à produtividade, os resultados também foram excelentes: 210 por cento na Ford, 150 por cento na Volks, e 184 por cento na Mercedes.

Entusiasmo nas fábricas

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema intensificou nas últimas semanas a distribuição de volantes nas portas das fábricas visando a convocação para as assembleias. Numa maratona impressionante foram feitos 22 reuniões, com a entrega de 60 mil boletins convocatórios, 160 mil jornais, "Tribuna Metalúrgica", 160 mil suplementos informativos, 5 mil cartas, além de 15 mil livretos demonstrativos de reivindicações".

Em várias dessas reuniões chegou a haver conflito com os elementos de Segurança das fábricas. Na Polimatic, uma indústria de Diadema, o diretor do Sindicato, Manoel Anísio Gomes, chegou a ser agredido. Na Mercedes-Benz, em uma assembleia realizada há 15 dias, vários trabalhadores foram violentamente empurrados pelos guardas. E na Schuller (situada na Vila São José, em Diadema) a reação dos elementos de Segurança também foi violenta e um deles, conhecido pelo nome de Francisco, tentou tomar o filme de um fotógrafo que trabalha para um jornal da região.

Também na Friz Moldu Car, uma empresa que vem se destacando pelo não cumprimento de várias obrigações legais com os trabalhadores, houve incidentes quando um PM que chegara ao local em uma RP tomou um exemplar do jornal "Tribuna Metalúrgica" e um livreto da campanha salarial das mãos de um operário. Um diretor do Sindicato pediu então ao policial que tivesse compreensão com o trabalho ali desenvolvido pelo Sindicato, pois era perfeitamente legal. O policial respondeu que, segundo a direção da empresa, estava havendo tumulto na porta da fábrica e anotou em seguida o número da carteira profissional dos dois líderes sindicais: Manoel Anísio Gomes e Mariano Palma Vilalba.

Na Assembleia realizada na porta da indústria Commander, um jipe com elementos do DOPS também apareceu para intimidar os trabalhadores. Um investigador que disse se chamar "Euclides" solicitou aos líderes sindicais que "maneirassem" e não tocassem em problemas ligados à empresa (os operários da indústria estão exigindo a saída de um chefe de nome Lareti que

vem cometendo várias arbitrariedades contra os operários).

Na Termomecânica, em assembleia realizada na quinta-feira passada, o guarda de Segurança conhecido pelo nome de Valim não permitiu a presença de repórteres no interior da fábrica, obrigando-os a permanecerem do lado de fora, na chuva, enquanto se realizava a reunião no pátio.

RECEPTIVIDADE

Apesar das perseguições e agressões sofridas pelos trabalhadores, as reuniões nas portas das fábricas feitas com alto-falante e, em muitas delas, com a presença do Lula, foram bastante expressivas. Numa panfletagem realizada na Volks participaram cerca de 8 mil trabalhadores que respondiam entusiasmados à pergunta dos líderes sindicais: "É greve?" "É", respondiam.

Na porta da Ford, o presidente do Sindicato, Luis Inácio da Silva, advertiu que "se a classe patronal quiser pagar para ver e não atender às reivindicações dos trabalhadores haverá greve", no que foi interrompido por aplausos.

Na Ferro-Peças Villares, a assembleia teve a participação de 1.200 trabalhadores. As palavras de ordem giraram em torno da demissão de vários trabalhadores por um engenheiro de nome Vicente.

Na Volkswagen forma feitas várias reuniões. Na última, cerca de 20 mil operários participaram, recebendo o jornal "Tribuna Metalúrgica" e os suplementos informativos. Os trabalhadores da Volks informaram à direção do Sindicato que iriam às Assembleias nos próprios ônibus das empresas exigência que iriam fazer à direção da indústria.

Outras reuniões também foram realizadas na Borg-Warner e na Autometal. Na última reunião realizada na porta da Schuller, os trabalhadores saíram depois em grupos pelas ruas centrais de São Bernardo até o Sindicato, convocando os operários que estavam nos pontos de ônibus da Avenida Brigadeiro Faria Lima, para participarem das Assembleias. (Vilma Amaro)

TUPI: Perdida uma rara oportunidade de auto-gestão

Na recente crise da TV-TUPI de São Paulo, os trabalhadores da empresa bem como as direções sindicais perderam a chance de assumir o controle da empresa.

Por Antônio Carlos Felix Nunes

Os funcionários da Tupi e respectivos sindicatos não souberam aproveitar uma excelente oportunidade para testar a legislação vigente, e também as intenções do governo no que diz respeito à sua abertura política. Agora é tarde para qualquer tentativa nesse sentido, uma vez que a corporação trabalhadora fora desarmada com as dispensas por justa causa, enquanto seus sindicatos, diante do fato consumado, viram-se reduzidos juridicamente à impotência. Os ingredientes de tal oportunidade estão nestas indagações que, em tempo hábil, deveriam ter sido respondidas pelos atos dos interessados:

1) Por que o governo, na condição de detentor dos canais de televisão e, por isso, com grande respaldo na legislação específica, não promoveu uma auditoria na empresa a fim de que fosse detectada a causa real de sua crise? 2) - Por que não se exigiu que o controle acionário da empresa fosse transferido aos empregados, o que poderia ser feito com base nos dispositivos legais? 3) Por que razão não se tentou insistentemente o governo no sentido de que, como prova de sua boa intenção, fizesse um teste prático da co-gestão, prevista no programa de seu partido, o PDS? 4) Por que não se vasculhou detalhadamente o testamento do sr. Assis Chateaubriand, com o propósito de se descobrir alguma indicação que, mediante interpretação jurídica, permitisse a participação dos empregados na administração da empresa? 5) Por fim, na hipótese de não haver outra solução, não seria lícito (seguindo-se exemplos do que já aconteceu em outros setores de trabalho) que os funcionários e respectivos sindicatos, num lance mais ousado, assumissem a direção da empresa à revelia de qualquer decisão judicial? No caso, poderiam contar com o apoio da legislação?

Creio que faltaram essas iniciativas para que o movimento tivesse um encaminhamento eficiente. Na verdade, funcionários e sindicatos permaneceram na defensiva; o que se viu foram choros e esperneios inconseqüentes. Limitaram-se a pedir, ao invés de exigir com a autoridade de quem está seguro dos seus direitos. A ofensiva coube à direção da empresa. Aproveitando-se das falhas berrantes da legislação trabalhista, ela despediu por justa causa o carro-chefe da corporação - os artistas das telenovelas. Dessa forma, ficou descompromissada temporariamente com os empregados, logrando o congelamento da dívida salarial. O conflito, agora, transfere-se para o judiciário trabalhista, que só dará uma decisão daqui a muitos meses.

Eis o golpe baixo da empresa. Em matéria de direito, essas dispensas não passam de um enorme disparate, um ato malandro da pior espécie. Entretanto, os empregados terão de contestá-lo no Tribunal, ante a ausência de qualquer recurso administrati-

vo (ou policial) que obrigue a empresa a revogar tais dispensas. Certamente, se o atraso dos pagamentos tivesse sido questionado à luz das nossas perguntas, ter-se-ia impedido esse golpe. Pois, é bastante válido o conceito segundo o qual, em qualquer disputa, quem tem a ofensiva sempre leva a melhor. Assim, se o governo fosse pressionado para fazer valer o seu poder no tocante à aplicação das leis, todo o esquema burlados da empresa seria desmontado.

São inúmeros os casos em que os trabalhadores, via legislação, sem ferir princípios do regime capitalista, apoderaram-se das administrações empresariais visando a salvar seu mercado de trabalho. Em São Paulo, lembramos de dois exemplos significativos do setor metalúrgico. Em ambos, os trabalhadores assumiram a empresa e reativaram a produção até conseguirem o faturamento necessário para o pagamento de suas indenizações e salários atrasados. Na fábrica de cimento Portland Perus (caso bastante conhecido), o governo interveio com finalidade idêntica, e sua primeira preocupação foi colocar os salários em dia e normalizar a atividade da empresa. É importante anotar que essas intervenções se deram em empresas totalmente privadas. No caso da Tupi, ou qualquer outra emissora, poder-se-ia contar com um amparo maior da legislação, dado o seu caráter de empresa agregada ao poder público.

Por outro lado, é difícil acreditar que uma emissora de televisão do porte da Tupi não proporcione resultados econômicos satisfatórios. Olha quanto custa o espaço em seu vídeo: coisa de dois mil cruzeiros por minuto! o que deve estar acontecendo é muita comilança, desvios de verba, corrupção administrativa. Irregularidade bastante para uma intervenção do poder estatal, a exemplo do que faz, por muito menos, nos sindicatos de trabalhadores, onde instala rigorosas sindicâncias para apurar vagas denúncias sobre malversações.

Um objetivo político maior é o que, com certeza, está por detrás dessa arrumada crise financeira: a venda do canal à rede particular de emissoras do governador Maluf. Entretanto, a concretização desse negócio depende da violentação do contexto jurídico vigente e pelo qual, segundo a mais elementar interpretação, a propriedade na transferência do canal seria dos empregados. Ademais, o próprio testamento de Chateaubriand dificulta a transação. Mas, de golpe em golpe, eles acabarão contornando os impecilhos da lei, e os empregados terão seu espaço político ainda mais reduzido com a mudança de patrão.

Um desastre à vista que poderia ser evitado caso o movimento seguisse outro rumo. Em outras palavras, trabalhadores e sindicatos perderam a oportunidade de realizar sua primeira e grande experiência de auto-gestão ou co-gestão.

Jornalistas do Rio Patrões abafam a campanha

Em plena campanha salarial, os jornalistas do Rio de Janeiro, como era de se esperar, não encontram espaço nos jornais dos patrões para divulgação de suas lutas. Abaixo, a nota do sindicato da categoria denunciando a hipocrisia da «liberdade de imprensa» burguesa.



Quando os metalúrgicos paulistas, cariocas ou mineiros desencadeiam sua campanha salarial, a cada ano, a imprensa brasileira abre espaço para comentar o dia-a-dia de sua luta. Criticados, apoiados ou simplesmente citados, os metalúrgicos - como também os professores, os aviários, os médicos, os funcionários públicos, os lixeiros, os bancários, os motoristas e outras categorias profissionais - merecem sempre algumas colunas nas páginas dos jornais, alguns segundos nos vídeos das tvs ou nos noticiários radiofônicos. De uma forma ou de outra, a população brasileira fica sabendo de suas reivindicações. Líderes sindicais são ouvidos, representantes patronais são entrevistados, as assembleias e os movimentos reivindicatórios são divulgados e analisados exaustivamente.

Os jornalistas têm menos sorte. Suas reivindicações e lutas entram em choque direto com os interesses dos donos dos jornais e, por isso, a chamada "grande imprensa" simplesmente fecha seus espaços à divulgação de qualquer movimento nascido nas redações. E, como se não bastasse esse sufoco de informações, os proprietários de jornais se dão ao luxo de criar uma imagem falsa ante a opinião pública.

Desde dezembro os jornalistas cariocas estão em campanha salarial. Lutam por uma remuneração mínima de Cr\$ 13.423,20 - exatamente igual à conquistada pelos jornalistas paulistas - e não consideram que essa seja uma reivindicação absurda. Afinal de contas, embora seja exigido o diploma universitário para o ingresso na profissão, os profissionais da imprensa passaram a ter, em 1º de fevereiro, com o reajuste compulsório efetivado pelos índices manipulados do Governo, um salário mínimo de Cr\$ 9660,45. Mas os patrões são inflexíveis, e chegaram a oferecer o ridículo acréscimo de 0,5%, a título de produtividade, enquanto um Tribunal Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul concedia 8% de produtividade em dissídio coletivo encerrado no início do mês e os jornalistas paulistas conseguiram 5% em dezembro passado, antes mesmo de serem divulgados os assustadores índices inflacionários do final do ano. Enquanto isso, o Sr. Roberto Marinho recebia títulos de "Homem de Visão", por seu desempe-

nho à frente do grupo Globo, o próprio jornal *O Globo* era considerado o "Veículo do Ano" pela Associação Brasileira de Propaganda, e o jornal *O Dia*, do Governador Chagas Freitas, era apontado em edições especiais da revista *Exame* e da *Gazeta Mercantil* como a empresa de maior rentabilidade do setor gráfico e editorial, em todo o país.

Outra falsidade escondida pelas palavras "oficiais" dos jornais cariocas está nos artigos do deputado Miro Teixeira, do PP, que usa as páginas de *O Dia* para proclamar diariamente sua demagogia eleitoreira, propondo, entre outras coisas, estabilidade para os assalariados, enquanto seu patrão e patrono, Chagas Freitas, impõe uma política de arrocho sobre os jornalistas que trabalham naquela empresa. Um dos itens das reivindicações dos jornalistas nesta campanha salarial é, justamente, a manutenção do nível de emprego nas redações cariocas, numa tentativa de evitar demissões em massa, como as que ocorreram no *Jornal do Brasil* e na Bloch Editoras durante 1979.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, por tudo isso, enfrenta, com toda a categoria profissional, uma luta difícil, mas não impossível de ser vencida. Uma luta que, além de defender um piso salarial digno, um mercado de trabalho estável e um acréscimo de 15,35% nos

índices oficiais de reajuste dos salários, defende também a antecipação da data-base para acordos e dissídios de 1º de fevereiro para 1º de dezembro, a não utilização de agências de notícias na substituição dos repórteres locais, diárias e seguros realistas para os jornalistas em viagem, adicional por republicação de matéria, fiscalização e controle dos contratos de trabalho, anuênio, melhores condições para as jornalistas gestantes ou em período de amamentação, abono para faltas de jornalistas doentes ou em período de provas escolares, imunidade para as Comissões Sindicais de Redação, liberação de horário de trabalho para diretores do Sindicato e, finalmente, espaço nos jornais, rádios e tvs para que a população brasileira possa tomar conhecimento das lutas e reivindicações daqueles que a mantêm informada durante o ano inteiro.

Associações de Docentes discutem greve geral

Os professores estão vivendo intensamente o reinício das aulas se organizando para enfrentar não só a luta por melhores condições de ensino e salário, mas também a campanha pelo ensino público e gratuito.

Durante cinco dias — de 25 a 29 de fevereiro — os professores universitários de 37 Associações Docentes de todo o país estiveram reunidos no campus da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Foi o 2º Encontro Nacional de Professores Universitários. As principais resoluções foram: fortalecimento da Coordenação Nacional das Associações Docentes e lutar por um aumento de 48% além dos índices concedidos pelo governo. Este foi o Encontro mais representativo realizado até agora e mostra bem o engajamento do professorado universitário no processo de democratização da Universidade e o questionamento da linha educacional e do poder do MEC.

Os docentes também apontaram a progressiva desobrigação do Estado com a manutenção e custeio da Educação. Neste sentido aprovaram uma campanha nacional pelo Ensino Público e Gratuito que poderá ser concretizada através da criação de Comitês de Defesa do Ensino Público e Gratuito. Também aprovaram a luta pela fixação do percentual mínimo de 2% do orçamento federal para a educação, conforme recomendação do UNESCO. Sobre as verbas públicas às instituições privadas o Encontro deliberou "que as verbas concedidas às instituições de ensino superior privadas sejam aplicadas estrita e diretamente na melhoria da qualidade das condições salariais e na redução das unidades, sempre sob a fiscalização da comunidade acadêmica, com a participação das Associações de Docentes."

Para lutar pelos 48% de aumento as Associações de Docentes promoverão assembleias gerais no mês de março. O dia 17 de abril foi escolhido como o dia nacional de luta pelo reajuste salarial, quando se discutirá a possibilidade de uma greve nacional. No dia 1º de maio o governo deverá responder sobre a reivindicação de reajuste salarial e durante a primeira semana de maio, as Associações deverão realizar assembleias para discutirem a resposta do governo.

Professores preparam campanha nacional

Minas Gerais

A União dos Trabalhadores do Ensino — UTE — de Minas Gerais já desenvolve intensa atividade para recepcionar cerca de 1500 professores de 16 estados brasileiros, que já confirmaram a presença no II Encontro Nacional dos Professores que terá como objetivo central a unificação das campanhas salariais para 1980. De acordo com um dos dirigentes da UTE é provável que a unificação dos professores se dê em torno da campanha pelo piso salarial nacional de 5 salários mínimos.

Rio de Janeiro

A diretoria do Centro Estadual dos Professores Cariocas convocou para o dia 8 de março a primeira assembleia geral dos professores da rede pública em 1980. Nesta assembleia a diretoria do CEP pretende definir as principais lutas da categoria este ano, que poderão ser: Campanha salarial; reabertura do CEP (o CEP foi fechado por decreto presidencial durante a greve dos professores cariocas, no semestre passado) e melhoria da qualidade do ensino.

Segundo Godofredo da Silva Pinto — presidente da entidade — "os professores cariocas deverão lutar este ano por um aumento de 56,25%. Este é o índice que está sendo reivindicado pelos funcio-

nários públicos estaduais e, apesar de ser um índice que não acompanha a alta do custo de vida, é importante que seja mantido para se levar uma campanha salarial em conjunto os demais funcionários estaduais". Sobre a reabertura do CEP a diretoria da entidade realizará um ato público em frente à Assembleia Legislativa no dia 27 de março, escolhido como Dia Nacional de Solidariedade do Magistério no encontro nacional de professores realizado em janeiro.

Rio Grande do Sul

Dia 15 de março os professores da rede de ensino particular do RGS realizarão assembleia para discutir o encaminhamento de sua campanha salarial. 100% de aumento sem o desconto do abono de agosto e o pagamento das janelas do horário são algumas das reivindicações decididas na Assembleia

de novembro do ano passado, que deu início à campanha da categoria em todo o Estado.

Como os padrões rejeitaram em bloco as reivindicações e não apresentaram nenhuma contra-proposta, a última assembleia do mês de dezembro resolveu suspender as negociações até o início das aulas e autorizou o sindicato a requerer a abertura do dissídio. A ativação do processo de dissídio tem como objetivo apenas o de não perder a data-base, pois os professores continuam dispostos a manter negociações.

A Comissão Especial eleita em assembleia sindical já está mobilizando as comissões por escola para preparar a assembleia do dia 15.

As reuniões da Comissão Especial são aos sábados na sede do sindicato na rua Leonardo Truda e a assembleia será realizada no salão nobre do Colégio Rosário, às 14 horas.

1980 começa quente para os estudantes

paulistas: bandeirão a Cr\$ 60,00 é roubo

Enquanto a situação das três universidades de São Paulo se agrava, com os cortes de verbas determinados por Maluf, o ano letivo começou quente na USP com o movimento em torno da reabertura do restaurante universitário e pela moradia estudantil (CRUSP).

Inicialmente uma reunião do CCA (Conselho de Centros Acadêmicos) definiu reivindicações apoiadas por todas as correntes do movimento estudantil: reabertura do restaurante com o preço de dez cruzeiros a refeição, pela moradia estudantil, por mais verbas, pelo ensino público e gratuito. As divisões ocorriam mais em termos das formas de encaminhar as lutas.

Posteriormente houve uma mudança. Em primeiro lugar as tendências estudantis Refazendo e Caminhando, com sólida presença na USP e atualmente na diretoria da UEE, propuseram mudar a reivindicação básica: não se trataria de lutar por um determinado preço da refeição, mas pela manutenção do subsídio às refeições com o mesmo índice de 1979, considerado uma conquista dos estudantes. Trocado em miúdos, isto daria um preço de refeição de quinze cruzeiros. Imediatamente a diretoria do DCE, que integra a corrente que concorreu à diretoria da UNE com o nome de "Unidade", passou a apoiar essa reivindicação de refeição a quinze cruzeiros. Para isso, começou a mudar os cartazes do DCE que já registravam a luta por refeições a dez cruzeiros.

Com isso, as assembleias que estão se realizando deverão escolher entre várias propostas, que podem ser divididas por três blocos. O primeiro, liderado pelo DCE, propõe a luta básica pela refeição a quinze cruzeiros, mantendo os mesmos índices de subsídio de 1979. O segundo, formado pelas tendências Liberdade e Luta e Política Independente que mantém a reivindicação de dez cruzeiros e propõe formas de luta que já começam com a greve geral universitária.

Finalmente, há tendências estudantis, como Vento Novo e Centelha, que mantém a luta pelos dez cruzeiros mas propõem formas iniciais de mobilização que não são a greve geral universitária.

gauchos: UEE X DEE

Também os estudantes da universidade federal estão enfrentando o aumento de preços do minguado bandeirão. Entretanto, a reitoria da Universidade adotou a fórmula de aumentos escalonados, onde os funcionários pagarão duas vezes mais que os estudantes Cr\$ 15,00 e os professores terão que pagar Cr\$ 45,00.

Por outro lado, será nos dias 28, 29 e 30 de março que os estudantes gaúchos darão mais um passo em sua organização, com a realização do Congresso Estadual de Estudantes para decidir a sua entidade representativa. O evento, convocado pela UEE-RS, recriada em outubro de 1979, tem uma importância particular por existir no estado um Diretório Estadual de Estudantes - DEE - criado pela ditadura em 1966. Esta entidade, que sempre funcionou como um aparelho da ditadura no meio estudantil manteve-se até agora com polpudas verbas do governo e hoje reivindica ser uma entidade representativa do estudantado gaúcho.

Para isto contam com aliados fortes como os representantes locais da chapa UNIDADE que concorreu às últimas eleições da UNE.

A hora e a vez do estudantes pró-PT

Eduardo Albuquerque*

Desde o congresso de reconstrução da UNE, quando foi inscrito na sua Carta de Princípios o item sete, onde afirmamos a irrestrita solidariedade aos trabalhadores de todo o mundo nas suas lutas contra a opressão e a exploração, tem ficado cada vez mais patente a necessidade de se assumir o ponto de vista de classe dos trabalhadores nas lutas estudantis. Com as eleições para a diretoria da UNE, isto foi novamente confirmado; mesmo enfrentando as forças que tradicionalmente tinham mais presença no movimento estudantil, a chapa NOVAÇÃO, a única que defendia claramente aquela perspectiva, obteve os expressivos votos de quase 60.000 estudantes, o 1º lugar em Belo Horizonte e Porto Alegre, o 2º lugar em São Paulo, Rio e Recife.

Se estes fatos comprovaram a existência de um espaço próprio para uma corrente estudantil desse tipo, hoje e, com novos dados, vemos que esse espaço se ampliou muito. O primeiro dado é o crescimento espantoso do movimento pró-PT, que como já afirmaram várias pessoas: o PT não é mais apenas uma idéia lançada pelo Lula.

Como consequência, vai aparecendo aos olhos de vários setores sociais, entre eles os estudantes, que os trabalhadores representam uma alternativa nova e real de resolução de inúmeras contradições provocadas pelo sistema capitalista. Uma alternativa que pode alterar profundamente as causas destes problemas.

E aqui está o segundo dado. Quem duvida hoje da existência de uma crise sem precedentes na educação brasileira? Ela está presente no corte de verbas sempre minguadas para a educação, saúde, e fartas para aqueles setores que aumentam a lucratividade das empresas. Ela está presente na

insatisfação da grande maioria da comunidade universitária com o autoritarismo, com a usurpação pela minoria dos frutos do trabalho coletivo atual e futuro de educadores e estudantes.

Para nós vai ficando claro que uma crise desse tipo não se resolve só com a pressão de estudantes e professores. Por isso nós achamos que o PT deve se preocupar com esta questão e que ele pode cumprir um importante papel na ampliação social deste debate, colocando-o ao alcance dos trabalhadores.

São estes novos dados que exigem hoje um esforço redobrado de todos os núcleos estudantis que já aderiram ao PT, ou que simpatizam com esta perspectiva, no sentido de se aproximarem para uma atuação comum. Mais do que necessária, esta proposta tem enormes possibilidades de se concretizar. É hora de formarmos a corrente estudantil pró-PT, baseada na mais ampla democracia interna. Desde já, lançamos uma idéia que seria um passo nessa direção: realizar um seminário nacional para debater uma linha política de intervenção na crise da educação brasileira, com a participação não apenas dos núcleos e estudantes universitários pró-PT, mas também de secundaristas, educadores e professores, e representantes dos trabalhadores. Os resultados deste seminário seriam levados ao congresso do PT, em abril, como subsídio para integrar o seu programa.

*Eduardo Albuquerque — Duda — é estudante da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-candidato à presidência da UNE pela chapa NOVAÇÃO.



Como no ano passado professores se preparam

8 de março:

Quando as mulheres fazem história

Por Beth Lobo

Em março de 1908, as operárias da fábrica textil *Cotton*, em Nova York, nos Estados Unidos, entraram em greve contra as péssimas condições de trabalho a que eram submetidas. Como era comum nesta fase da revolução industrial, as operárias trabalhavam de 14 a 16 horas por dia recebendo salários miseráveis. Frequentemente davam a luz nos próprios locais de trabalho e morriam aos 30 anos, de tuberculose.

As textéis da fábrica *Cotton* lutavam pela jornada de trabalho de 10 horas, melhores salários e melhores condições de trabalho.

Os patrões da *Cotton* recusaram-se a atender suas reivindicações. 129 mulheres ocuparam a fábrica, situada a leste de Manhattan. A polícia cercou a fábrica e pôs fogo ao edifício. As operárias da fábrica *Cotton* morreram queimadas.

Uma proposta que pegou

Em 1910 realizou-se em Copenhague, na Dinamarca, a Segunda Conferência das Mulheres Socialistas. Foi aí que Clara Zetkin, militante feminista e marxista alemã (1857-1933), lançou pela primeira vez a idéia de uma jornada internacional das mulheres cuja primeira data foi o dia 8 de março, em homenagem às operárias da *Cotton* assassinadas.

Para o 8 de março de 1911 Clara Zetkin redigiu um manifesto às mulheres. Este texto evoca a batalha em que estavam então envolvidas as mulheres na Alemanha: a igualdade de direitos civis e em particular o direito ao voto. Diz Clara Zetkin: "A mulher do século 20 tornou-se maior politicamente e reivindica seus direitos de cidadã com decisão... De pé mulheres e filhas do

proletariado. Levantem-se para dar combate pela obtenção do direito de voto. O 8 de março é seu dia, o dia em que vocês devem gritar bem alto que basta de ter os mesmos deveres sem dispôr dos mesmos direitos."

Neste dia, em Viena, Austria, mais de 30.000 trabalhadoras desfilaram nas ruas da cidade. Outras manifestações se realizaram em Berlim, na Suíça e na Dinamarca.

1917: Petrogrado.

1975: mais além das fronteiras

Em 1917, foi também em março que as operárias de Petrogrado, entraram em greve atendendo a chama da revolução russa.

Desde então as jornadas do 8 de março se transformaram numa tradição nas lutas dos movimentos de mulheres em todo o mundo até que em 1975, entre as comemorações do Ano Internacional da Mulher a ONU fez reviver o apelo de Clara Zetkin.

No Brasil, desde 1975, o 8 de março vem sendo comemorado. Das primeiras reuniões ainda tímidas, o movimento de mulheres cresce e este ano no Rio, em São Paulo, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, organiza debates, painéis e congressos, de forma unitária, como propunha a mesma Clara Zetkin em 1920: "Organizemos um congresso internacional das mulheres sem distinção de partidos."

Ao que lhe teria respondido, um sisudo senhor Wladimir, mais conhecido como Lenin:

"Um congresso não é um salão onde as mulheres cintilam com a sua graça, como nos romances. É a arena onde aprendem a agir como revolucionárias."



Por que as mulheres se organizam?

Depoimento do Grupo Feminista Ação Mulher de Porto Alegre

O movimento de mulheres no Brasil é uma realidade cada dia mais efervescente. As mulheres se organizam nos grupos feministas, nos sindicatos, nos partidos.

Ocupar um novo espaço da política, denunciar as discriminações que sofre a mulher, em casa, na rua, no trabalho, organizar campanhas por seus direitos, é uma preocupação de todas as mulheres que descem às ruas para lutar.

O grupo Ação-Mulher de Porto Alegre é mais um dos que vem colocar os conteúdos do feminismo «revisitado» dos anos 80: anti-autoritário, anti-hierárquico, unitário e autônomo na luta pela libertação da mulher. Com ele, a palavra.

O movimento feminista é a luta organizada das mulheres contra a opressão e discriminação de que são objeto, situações estas que são determinadas pela posição que seu sexo ocupa na sociedade, transcendendo sua situação de classe.

No entanto a "mulher genérica" não existe, mas sim mulheres inseridas na estrutura social, pertencentes a diferentes classes e segmentos sociais. Assim, embora a discriminação seja comum a todas as mulheres, assume formas e intensidades variáveis segundo o lugar que as mulheres ocupam na estrutura social. As mulheres das classes trabalhadoras, além de oprimidas por serem mulheres, são exploradas enquanto classe; já as

mulheres de classes dominantes, embora oprimidas enquanto sexo, são opressoras enquanto classe.

Considerando a dimensão específica da situação feminina na sociedade, nós, enquanto grupo feminista, propomos concentrar nossas forças na luta específica contra a opressão e discriminação das mulheres, em todos os níveis (econômico, ideológico, etc). Esta é a nossa forma particular de contribuir, junto com outros movimentos sociais, para a construção de uma sociedade realmente livre de todo tipo de opressão e exploração, o que só se dará com a libertação de todos os oprimidos e com a superação da divisão sexual dos papéis sociais.

Não apenas no seu conteúdo e especificidade reside o caráter revolucionário do movimento feminista, mas também em suas formas de estruturação e funcionamento pretende ser ele inovador. Essa inovação se manifesta nas tentativas de organizar-se através de formas anti-autoritárias, anti-hierárquicas e anti-burocráticas. Para que seu objetivo seja atingido, o movimento das mulheres deve assegurar o seu caráter autônomo, o que significa não o seu alheamento à realidade sócio-política, mas a sua capacidade de definir o campo e a natureza da luta feminista independentemente dos partidos e demais organizações.

A defesa desta autonomia também significa constituir um espaço privilegiado de aprendizagem, crescimento e atuação das mulheres onde sua participação acarretará uma tomada de posição e seu progressivo crescimento e mobilização. Neste sentido entendemos que o movimento feminista deve oferecer uma grande diversificação ao nível de sua prática. Seu programa deve ser o suficientemente amplo para motivar e abrigar a participação de mulheres de níveis de consciência diferentes."

Nosso programa

Em nossa atuação definimos uma série de pontos a serem atendidos, entre os quais:

— pela equiparação salarial entre homens e mulheres: salário igual para trabalho igual

— pelo direito a todas as mulheres de qualificação profissional

— por melhores condições de trabalho que possibilitem às mulheres liberarem-se dos encargos domésticos: creche e escolas gratuitas em tempo integral, restaurante e lavanderias coletivas.

— pela justa divisão entre o casal das tarefas domésticas e da criação dos filhos.

— por uma legislação trabalhista e civil igualitária

— contra a discriminação profissional sofrida pelas mulheres casadas e gestantes

— pela extensão de todos os direitos trabalhistas às empregadas domésticas

— contra o planejamento familiar forçado

— por uma adequada assistência pré e pós-natal gratuita por parte do estado.

— contra a educação sexual mistificadora, veiculada pela família, pela escola, pelos meios de comunicação, pela igreja e pelo estado

— contra a utilização do corpo da mulher para fins de propaganda e consumo

— contra a violência cotidiana física e sexual sofrida pelas mulheres — espancamento, estupro, etc.

— contra a manutenção do fenômeno prostituição, produto da miséria e dos interesses na manutenção da família burguesa.

— contra a discriminação imposta às mães solteiras

— contra a segregação racial e a super discriminação a que são sujeitas as mulheres negras.

— pela sindicalização e organização das mulheres nos locais de trabalho

No Dia Internacional da Mulher, o congresso das paulistas

Por Olga Nascimento e Maria Tereza Verardo

Em São Paulo, 1980 se inicia marcado pela temática feminina: legalização do aborto, luta pela criação do "Núcleo de Defesa à Mulher Paulista" - que atenderá basicamente as prostitutas - e o mais importante: realização do II Congresso da Mulher Paulista, nos dias 8 e 9 de março na PUC.

O Congresso se propõe a:

1. Incentivar a organização das mulheres em torno de suas reivindicações específicas e incentivar a participação da mulher, levando, de forma organizada suas bandeiras específicas também junto às lutas gerais;
2. Unificar as entidades feministas, femininas e mistas, interessadas em organizar mulheres em torno de suas reivindicações específicas com a perspectiva de criar um amplo movimento pela libertação da mulher;
3. Aprofundar, através da discussão do temário a consciência de seus problemas específicos enquanto mulher;
4. Levantar bandeiras de lutas especifi-

cas e unitárias; ampliar e aprofundar as já existentes.

Além disso, o Congresso pretende ser o mais representativo possível das mulheres que sofrem uma dupla opressão: enquanto sexo e enquanto integrantes das classes exporadas.

Para atingir esses objetivos o Congresso se propõe discutir a discriminação da mulher em todos os seus níveis:

* *Enquanto mulher*: educação diferenciada, relação homem-mulher, educação sexual, sexualidade, violência sexual, a mulher nos meios de comunicação e os direitos da mulher.

* *Enquanto mãe*: maternidade, concepção e planejamento familiar, a mãe solteira e creche.

* *Enquanto trabalhadora*: trabalho doméstico, profissionalização e subemprego.

* *Enquanto assalariada*: reivindicações dos congressos das trabalhadoras, reivindicações do 1º Congresso e direitos femininos.

* *Participação Política da Mulher e Organização das Mulheres.*

Nos bastidores, a briga pelo poder

Quando a Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista convocou uma entrevista coletiva à imprensa, para o último dia 28, na certa não contava com a possibilidade desta vir a se transformar num campo de batalha.

Das cinquenta entidades participantes da Coordenação, pelo menos 20 participaram da querela. O tumulto começou quando a TV Cultura convidou duas mulheres para falar dos objetivos e dificuldades do II Congresso. Todas as entidades queriam falar e aparecer no vídeo.

Os jornalistas presentes se perguntavam se a preocupação dos grupos era com o que viesse a ser divulgado pela imprensa, ou com o estrelado que lhes acenaria a aparição num noticiário de TV.

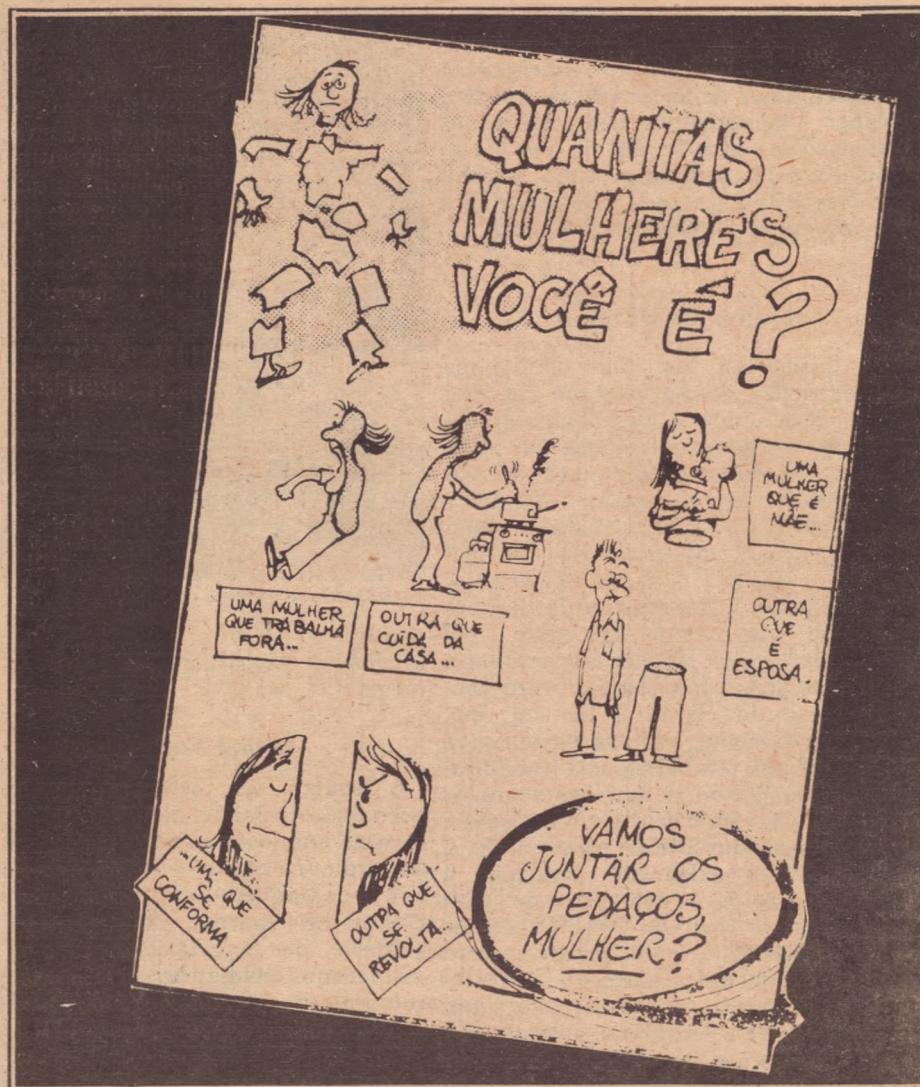
De todo modo ficou claro que as divergências entre os diversos grupos eram muitas e se baseavam principalmente na definição: O Congresso será feminista ou feminino?

Se feminista, a preocupação maior é a discussão dos problemas específicos

da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação. Neste caso, as lutas gerais são importantes e devem ser incentivadas enquanto possibilidade de organização das mulheres, mas sem que sua militância nessas lutas as faça esquecer de sua condição de mulher, conseqüentemente oprimidas duas vezes: enquanto mulheres e enquanto classe.

Se feminino, a preocupação central é discutir a importância das lutas gerais (água, esgoto, luz, creche, etc) e a participação da mulher nessas lutas. A especificidade da luta feminista não é importante diante da luta de toda a sociedade.

Se a escolha do cartaz que divulgará o Congresso foi representativa da maioria das entidades, então o Congresso terá um cunho nitidamente feminino, em detrimento do feminista. Nele vê-se uma operária grávida, de olhar resignado em frente a um tear. O único signo feminista é o símbolo da mulher discretamente colocado no canto esquerdo.



Pedágio Pitoresco

Com a intenção de conseguir fundos para a realização do Congresso, organizou-se um pedágio na esquina da Rua Augusta com Avenida Paulista, com o objetivo de vender adesivos "Pela libertação da Mulher" às pessoas que passavam na região entre 18 e 20 horas do dia 26/02/80. Foram vendidos cerca de cinquenta adesivos com muita aceitação da maioria das mulheres consultadas. Muitas se interessaram pelo Congresso, fizeram perguntas e até se inscreveram. Contudo não faltaram reações pitorescas como as seguintes:

- Não quero. Já sou livre!
- Não quero. Sou contra libertação da Mulher.
- Gostaria muito de participar. Sou totalmente a favor. Ah! São trinta cruzeiros? Que pena! Gastei até o último centavo no cabelereiro.
- Meu carro é conversível. Onde eu iria por o adesivo?
- Imagine só! Se eu puser isso no meu carro lá no Rio todos vão me chamar de Geni.

Campanha pela legalização do aborto recebe apoio internacional

Acusadas de praticarem aborto clandestino em S. Cristóvão, e a campanha lançada pelas feministas do Rio e São Paulo por uma ampla informação e discussão sobre o aborto e pela sua legalização, está recebendo apoio internacional.

Da Inglaterra, o Subcomitê Internacional da Campanha Nacional pelo Aborto (International Subcommittee, National Abortion Campaign) em carta dirigida ao Juiz Mota Moraes e ao promotor Rodolfo Ceglia que devem instruir o processo contra o médico e as mulheres acusadas afirma: "em solidariedade com nossas irmãs brasileiras, pedimos que o aborto seja legalizado e realizado em condições seguras, e desejamos afirmar que as mulheres através do mundo estão determinadas a lutar e ganhar o direito fundamental de controlar seu próprio corpo."

Da França, foram enviadas ao EM TEMPO cópias

de cartas e manifestos de apoio, em especial da equipe de pesquisadores do CNRS (Centro Nacional da Pesquisa Científica), que se encarrega pelo estudo da sociologia dos papéis sexuais, da família e do desenvolvimento. Entre as assinaturas figuram a de André Michel, historiadora e socióloga, Nicole Claude Mathieu, Florence Lévi, Collette Guillaumin, Danda Prado, Angela Neves e Marisa Figueiredo (que recentemente organizaram o caderno de Debate nº 6 da ed. Brasiliense sobre A Estrutura Familiar na Opressão Feminina).

Também de Paris, os pesquisadores e funcionários do Institut D'Etudes du Développement Economique et Social (IEDES) "apoiam a luta das Brasileiras em favor da liberdade de procriação pelo direito a contracepção e ao aborto, pelo controle de seu próprio corpo." Assinam o manifesto, entre outros, Roberto Las Casas, N.L. Labadie, M. Alain, Louise Villareal. (B.L.)



SP: Saúde, uma questão de vida ou morte

Os baixos salários, a má alimentação, as péssimas condições de higiene assolam a periferia de São Paulo, que começa a exigir do governo, seu direito à saúde.

Por Sílvia Caccia Bava

Por duas vezes no espaço de uma semana os trabalhadores da Zona Leste de São Paulo obrigaram representantes da Secretaria de Saúde a assinar documentos nos quais as autoridades concordavam em atender às reivindicações populares. Uma terceira manifestação é ignorada pelo INAMPS e transforma-se num ato de denúncia.

Jardim das Oliveiras

A primeira vez foi em uma concentração popular no Itaim Paulista, dia 24 de fevereiro, à qual compareceu o próprio Secretário da Saúde, Sr. Adib Jatene. Pressionado por cerca de 500 moradores que obrigaram a assinar o documento no qual constavam suas reivindicações, aos gritos de "Assina! Assina! Assina!". Adib Jatene se comprometeu a construir no Jardim das Oliveiras um centro de saúde com capacidade para atender no mínimo a 40.000 pessoas. Mas, como o prazo para construção do centro é de um ano, aproximadamente, isto não bastou para satisfazer aos trabalhadores mobilizados, que exigiram o funcionamento de um centro de saúde provisório, em casa a ser alugada, no prazo máximo de 2 meses. Estas exigências mostram a determinação e o desespero de uma população de mais de 200.000 pessoas que não possui hospital, pronto-socorro ou sequer um único posto do INAMPS para atendê-los. A situação do Itaim Paulista, onde a verminose, a meningite, a tuberculose, a paralisia infantil, são doenças comuns ao conjunto da população subnutrida, debilitada pela fome é calamitosa. E para atender a esta situação o Estado tem aí apenas dois



Pressionado, o governo cede às reivindicações de Postos de saúde.

pequenos postos de saúde que funcionam precariamente por falta de recursos.

Jardim Nordeste

A segunda vez, ocorreu na sede da Secretaria de Saúde, dia 28 de fevereiro, quando uma comissão de 80 moradores do Jardim Nordeste — região do extenso bairro de Itaquera — obrigou o Sr. Paulo Galvão de Andrade Coelho, chefe de gabinete do Secretário da Saúde, a assinar suas reivindicações, concordando com a ampliação do posto de saúde local de CS-5 para CS-4 e com a contratação de um médico sanitário e um escriturário. O que pode ser considerado uma grande conquista, pois Itaquera, uma região em que moram 340.000 pessoas, não tem um leito hospitalar, um

pronto-socorro, uma ambulância. Nela existem apenas 8 pequenos postos de saúde mal instalados e com poucos recursos. Frente a esse quadro só restou aos moradores da região se organizarem para reivindicar melhores condições de vida, melhores condições de saúde. A comissão de saúde foi organizada no Jardim Nordeste em 1976. Desde então, graças à participação intensa da população, ela vem acumulando sucessivas vitórias. Conseguiu reabrir o posto de saúde do bairro, fechado há tempos por razões desconhecidas; promoveu a eleição de um Conselho de Moradores, eleito com 8.146 votos, que tem por função fiscalizar os serviços prestados à população pelo posto de saúde e colaborar na organização da população local para novos movimentos reivindicatórios na área de saúde; exigiu e

conquistou o direito do povo colocar uma placa no posto de saúde que diz: "ESTE POSTO DE SAUDE FOI UMA CONQUISTA DO POVO ATRAVÉS DE SUA COMISSÃO DE SAUDE". Ele agora conseguiu a ampliação do posto. Estas vitórias tem fortalecido o movimento, que não pretende parar por aí.

Dona Zuleide, membro da Comissão de Saúde, já anunciou uma audiência marcada com o Secretário da Saúde, dia 13 de abril às 16:00 hs., no Jardim Nordeste, quando será reivindicado um Centro de Saúde CS-1 para o bairro, em uma Assembléia Popular. Neste meio tempo, a proposta estará sendo discutida por todos os moradores em reuniões de rua onde se preparam os novos passos do MOVIMENTO POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIRROS, do qual a Comissão de Saúde faz parte.

Penha

Mas se as duas mobilizações já referidas foram vitoriosas, o mesmo não se pode dizer da concentração popular ocorrida na Penha, sábado, dia 1º de março, na qual a principal reivindicação era dirigida ao INAMPS e consistia num pedido de hospital para a Zona Leste. Cerca de 400 pessoas, moradores de periferia, aguardaram inutilmente a presença de um representante do INAMPS e, face à sua ausência, a concentração assumiu um caráter de denúncia da política do INAMPS que, ao invés de atender às necessidades populares, submete-se aos interesses de empresas que transformam o atendimento médico da população em um negócio altamente lucrativo, em mais uma forma de explorar o trabalhador.

Hospitais, privilégio de ricos

Não existem palavras para descrever as condições de saúde em que vivem os trabalhadores e suas famílias na periferia de São Paulo. Esgotos a céu aberto, água de poço contaminada, fossas infectas, montes de lixo que acumulam-se por toda parte.

Evidentemente, hospitais ou centros de saúde não resolvem o

problema da contaminação, que vem da fraca alimentação e das condições de vida nos bairros, mas tem o importante papel de remendar uma situação insustentável. Para se ter uma idéia de como saúde do trabalhador não é uma preocupação do governo, vejamos alguns dados. No município de São Paulo existem 27.000 leitos hospita-

lares. Na área central da cidade, onde moram 1.100.000 habitantes, existem 13.400 leitos. Mais de 12 leitos por mil habitantes. Na área intermediária moram 1.800.000 habitantes e existem 7.900 leitos. O que dá uma média de 4,4 leitos por mil habitantes. Na periferia, para uma população de 5.700.000 habitantes, existem apenas 5.700 leitos,

ou sejam, um leito apenas por cada mil habitantes! Os hospitais, enquanto empresas que visam lucro, concentraram-se onde há gente com dinheiro para pagar seus serviços. O INAMPS não constrói hospitais próprios e, ao contratar hospitais particulares para atender à população, submete estes serviços à lógica do lucro. Com isso, os

trabalhadores que moram na periferia, porque seus salários não permitem que morem num lugar mais central, ficam dependendo apenas de suas próprias forças para arrancar do Estado um serviço que deveria ser um direito de todos, mas na prática é um privilégio de poucos, dos que vivem do trabalho dos outros.

A luta pelo pão nosso, de cada dia.

Mais de 1.000 moradores do Grajaú, bairro da Zona Sul de São Paulo, mobilizaram-se contra o aumento do pão.

Por Eder Sader

No Grajaú, bairro da periferia sul de São Paulo, uma comissão de moradores está começando a fiscalizar os preços dos produtos de primeira necessidade.

Tudo começou com o aumento do preço do pão. Nos dias do carnaval, alguns moradores - indignados com a súbita elevação do pão - telefonaram para a SUNAB mas não conseguiram ninguém. Depois chegaram a ir à delegacia denunciar o fato. Até que, numa reunião mais ampla surgia a idéia de um abaixo-assinado que seria dirigido à SUNAB, servindo também para mobilizar a população local. E não demorou muito para que redigissem, tirassem cópias e obtivessem mais de 1000 assinaturas. O povo começou a se reunir, a discutir a situação e se perguntar o que poderiam fazer. Tiveram mesmo que enfrentar a fúria de um dono de padaria que ameaçou chamar a polícia "contra os subversivos" ou resolver tudo lá mesmo, puxando um revólver. Mas, evidentemente, a briga do pessoal não era contra os padeiros. Eles tinham a maior compreensão para os motivos possíveis de padeiros, mas não queriam pagar pelo pato. Alguém anda comendo às custas do povo.

Diante da disposição dos moradores, a SUNAB mandou vários fiscais, que atuaram padarias que

vendiam pão acima da tabela. Durou pouco no entanto a alegria. Já na quarta-feira passada a mesma SUNAB baixava portaria liberando o preço do "pão enriquecido". Acontece que o "enriquecido", para espanto da população, era o familiar pão de cada dia, que não enriquecia ninguém. E, ao mesmo tempo, surge um novo pão: menor, sem gosto e murcho. E esse primo pobre vai se tornar então o "pão comum", com o preço de Cr\$ 1,00.

Mas os moradores do Grajaú não pararam aí. Procurando enfrentar mais globalmente o problema e animados pela experiência da mobilização coletiva, eles estão constituindo uma Comissão de Moradores contra a Carestia. Essa experiência, que se espalha pelo país certamente terá outras fórmulas para enfrentar os aumentos de preços.

O fim dos subsídios ao trigo

O preço do pão está subindo e poderá subir ainda mais, porque o governo está cortando os subsídios ao trigo. O corte definitivo deverá vir em abril, depois dos principais dissídios coletivos do 1º semestre. Assim os índices de preços subirão depois dos reajustes salariais.

O governo subsidia o trigo para que o preço de seus derivados não suba demasiado. Mas, constata que esse subsídio não tem o efeito desejado porque os grandes moinhos cometem todo tipo de trapaceira: produzem ração animal que lhes dá mais lucro, produzem cola, fazem contrabando. E além disso vendem o trigo no mercado negro a preços bem mais caros. Todo padeiro sabe disso, mas a maioria tem medo de denunciar qualquer coisa porque aí a "mafia" lhes corta o fornecimento.

Em vez de cortar os subsídios agora ou de autuar padeiros, o governo deveria ir atrás dos grandes moinhos, uma mafia multinacional que se enriquece com a fome do povo.

E o pão é o que restava

O grupo "Nutrição" do CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde), está promovendo uma pesquisa e amplos debates sobre o consumo do pão pela população e sobre as raízes do problema. O primeiro ponto que foi levantado foi o expressivo aumento do consumo dos derivados do trigo a partir dos aumentos brutais de preço dos outros artigos alimentícios. Em alguns Estados do país o

aumento do consumo de pão, macarrão, bolachas foi de mais de 160%, substituindo arroz e feijão. O pão constituiu em São Paulo no ano de 1977 o 2º produto fornecedor de proteínas (logo depois do arroz) consumido pela população.

Acontece que exatamente como a produção agrícola para o consumo interno não é subsidiada - ao inverso do que acontece com os produtos para exportação, ela tende a ser abandonada. A produção de feijão por exemplo vem caindo a uma média de três por cento desde 1970. O povo não tem mais remédio do que ir diminuindo o feijão e aumentando o pão.

Contra a carestia

Nossos ministros agora deram pra fazer demagogia barata e chegam até a falar em boicote contra a carne. Mas o povo não pode boicotar o pão e tudo o que subir de preço porque então vai passar jejum. Ele tem que se organizar para fiscalizar os preços: começar a investigar onde está a causa dos aumentos e intervir aí. Chamar os padeiros, os trabalhadores em panificadora, os sanitários e, conjuntamente, enfrentar o problema.

BH: a periferia quer participar. Sem intermediários.

Os moradores da periferia da Grande Belo Horizonte querem praticar diretamente a democracia, exigindo a realização de audiências públicas com o governador do Estado e prefeitos da região, para encaminhar os seus problemas. Enquanto isso, cresce o movimento pela formação da Federação de Associações e Grupos Comunitários

“E NA SUA OPINIÃO?”. Este era a frase-título que a partir do segundo semestre de 1979 os mineiros passaram a ouvir com frequência nas rádios e televisões e mesmo ver em “out-doors” espalhados por toda a cidade. Tratava-se de um convite do Governo Francellino Pereira aos habitantes do Estado para que estes enviassem reivindicações e sugestões às autoridades, visando à elaboração do III Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social.

Tanta exortação ao diálogo, partindo de quem sempre falou de cima, dava mesmo para desconfiar. Uma primeira coincidência: o convite se dava justamente no momento de articulação do PDS, quando mais que nunca era importante dar ares de democrático e recompor a desgastada imagem do Governo, principalmente junto aos setores populares. Uma segunda coincidência: o convite ocorria também no momento em que se davam sinais evidentes de que o sistema tradicional de política de clientela estava ruindo exatamente nas zonas onde mais se concentra a população trabalhadora do Estado (como a cidade industrial) devido ao crescimento da força e representatividade das associações de bairro. Reagindo inclusive um vereador de Contagem (por sinal, do extinto MDB) fizera aprovar na Câmara uma resolução propondo dar fim aos encontros diretos entre o prefeito e as

A resistência em Imbiruçu

A mão pesada da polícia se abateu sobre a favela de Imbiruçu, na região de Betim, onde moram atualmente cerca de cinco mil pessoas. A polícia chegou aqui na favela às 9:00 horas da manhã. Eram seis policiais num carro do DOPS, placa DE-0851. Estavam armados de metralhadoras e fuzis e de cara foram apelando para a ignorância. Tinha um companheiro, pai de sete filhos, que estava carregando cascalho para a construção de seu barraco. Os “homens” mandaram ele parar e deixaram ele detido até voltarem do serviço. E o serviço deles foi uma verdadeira operação de guerra. São as palavras de um morador Imbiruçu, que não exagera o relato: até mesmo um senhor de 76 anos de idade foi covardemente espancado.

No dia seguinte, os policiais voltaram, destruindo mais barracos, fazendo intimidações e dando um prazo de 30 dias para os moradores de Imbiruçu sair de lá.

O bairro cuja propriedade legal é reclamada pela empresa Comiteco, começou a ser povoada a partir de janeiro de 1979 pelos flagelados das enchentes. E a partir daí sua população cresceu enormemente.

A reação popular

Já no dia seguinte à primeira agressão, cerca de 60 moradores dirigiram-se ao fórum de Betim, obtendo apenas a informação do juiz de que não havia ainda nenhuma ordem de despejo. Alguns dias depois, já eram duzentas pessoas que vieram bater às portas do prefeito de Betim, Osvaldo Franco, não obtendo também resposta positiva.

Daí para a frente, o movimento foi crescendo sempre, contando com o apoio decidido do movimento pró-federações de bairros. Algumas assembleias chegaram a contar com mais de mil pessoas do bairro. No domingo dia 2, novos passos foram dados: constituiu-se uma comissão visando a formação da Associação dos Moradores de Imbiruçu e marcou-se para o dia 6 de março uma grande concentração nas portas da prefeitura de Betim. A exigência é uma só: declarar o terreno de Imbiruçu de utilidade pública e assegurar o direito para quem já mora lá.



populações sem passar pela sua intermediação.

Pela culatra

Mas o tiro saiu pela culatra. No dia cinco de dezembro, as autoridades receberam um massudo documento contendo as reivindicações de melhoramentos urbanos, firmado por 31 entidades de bairro, que superavam a atomização até então existente em suas lutas. Daí, surgiu, inclusive o movimento pró-criação de uma Federação de Bairros.

Essa foi a resposta às investidas do governo, que pouco capitalizou com a ação de organismos como o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade (PRODECOM), Programa de Alimentação Comunitária (PACOM) e Ação Cívico Social (ACISO). A força dessa proposta, inclusive, foi manifestada sobejamente na reunião realizada no dia 24 de fevereiro, entre autoridades do governo Estadual e das prefeituras e

representantes de 30 bairros da Grande BH (antes dessa, os representantes de bairros haviam decidido, no dia 20 de janeiro, exigir a realização de reuniões periódicas com os prefeitos, bem como nomear representantes nas comissões encarregadas de distribuir as verbas destinadas aos melhoramentos urbanos).

Escaldados no trato com o governo, os mais de 500 moradores não tiveram papas na língua nem economisaram, em vários momentos, manifestações de sua impaciência e disposição de não aceitar mais protelações e enganos. Isso ficou claro, quando se discutiu, por exemplo, o bárbaro espancamento sofrido pelos habitantes da favela de Imbiruçu, praticado pela polícia (ver box) ou quando, literalmente, os moradores da periferia exigiram que as “cartas” fossem postas na mesa, pelo governo.

Um novo poder

Belo Horizonte tem mais de 400 mil favelados, uma população superior à da

segunda maior cidade do Estado, Juiz de Fora, além disso menos de 50 por cento da população total dispõe de água encanada; menos de 60 por cento conta com serviços de esgotos ou coleta de lixo. (Para se ter uma idéia mais precisa, veja-se quadro contendo as reivindicações da população).

A inoperância das autoridades em solucionar os problemas, a consciência da população de que é preciso intervir, praticar a democracia na base, o atrelamento e falta de serventia para as entidades até agora existentes, dão força à organização da pré-federação. Desde a reunião do dia 20 de janeiro, a idéia ganhou força, com a formação de um conselho de representantes, composto por dois membros de cada bairro.

Subdividido em três comissões de trabalho (imprensa, mobilização e finanças) esse conselho é encarregado de ligar o movimento com as associações e grupos comunitários. Sua missão é, também, preparar, até o dia 27 de abril próximo, o Congresso de Fundação da Federação das Associações e Grupos Comunitários, oportunidade em que também serão discutidos os programas, os estatutos e eleita a primeira diretoria da entidade.

Enquanto isso, os moradores de periferia da capital experimentarão os resultados de sua primeira vitória. No dia seis de março, quinta, participam da primeira audiência coletiva com o prefeito de Belo Horizonte, conquista que procurarão estender aos demais municípios da Grande BH.

As reivindicações da periferia

ESTE QUADRO FOI ELABORADO COM BASE NO DOCUMENTO DE REIVINDICAÇÕES ENTREGUE ÀS AUTORIDADES

BAIRRO	TERRA	EDUCAÇÃO	LAZER	SAÚDE	SEGURANÇA	ÁGUA ENCANADA	LUZ	ESGOTO	TRANSP.
CEMIG	posse crédito melhoramentos	7º grau	Creche, campo futebol	Posto Médico	Posto Policial	FALTA	—	FALTA	Ônibus
INDUSTRIAL	demarcação limite de município	—	—	Coleta lixo	—	—	—	FALTA	+ ônibus
EMBAUBAS	—	2º grau Mobral	Centro Social coleta lixo	Posto M. coleta lixo	—	FALTA	FALTA	FALTA	+ ônibus
JARDIM AMÉRICA, ET	—	1º grau até 4ª série	Centro Social Creche	Posto M. coleta lixo	—	FALTA	FALTA	FALTA	—
LINDÓIA	—	1º grau verbas	Praças e Parques creche	Melhoria coleta coleta lixo	—	FALTA	FALTA	FALTA	+ ônibus
UNIVERSITÁRIO	—	—	—	—	—	—	—	FALTA	+ ônibus
BOM SUCESSO	—	Mobral 2º	—	Posto M.	Posto Policial	FALTA	FALTA	—	+ ônibus
1º DE MAIO	—	—	—	—	—	FALTA	—	FALTA	—
JARDIM BARREIRO	—	2º grau Mobral	Centro Social	Posto M. coleta de lixo	—	FALTA	—	FALTA	+ ônibus
TIROL	—	2º grau Pré-escolar Mobral	Apoio creche	Melhoria posto M.	—	FALTA	FALTA	FALTA	+ ônibus
—	—	1º e 2º graus Mobral	Centro Social	Posto M. coleta lixo	—	FALTA	FALTA	FALTA	FALTA
MARAJÓ	Aprovação do Bairro	Sede própria p/ escola	área de lazer arborização	—	Posto Policial	FALTA	FALTA	FALTA	FALTA
Vila dos Milionários	Posse	—	—	Coleta Lixo	—	FALTA	FALTA	—	—
JK	—	Mobral	Centro Social fim poluição	Melhoria posto M.	—	—	FALTA	—	—



COLINA: Uma alternativa

Um dos componentes fundamentais no processo de formação da VAR-Palmares, em meados de 1969, é o Comando de Libertação Nacional, COLINA, denominação que se deram os dissidentes da POLOP, após o 4º Congresso desta organização em 1967. A junção da COLINA com outros grupos do Rio e do Rio Grande do Sul, somados à Vanguarda Popular Revolucionária, com base em São Paulo, permitiram a constituição de uma das mais vigorosas organizações revolucionárias dos anos 60, responsável, inclusive, pela sensacional "ação grande", como foi conhecida a expropriação do cofre em cujo interior se encontravam dois milhões e meio de dólares pertencentes à "caixinha" do ex-governador Adhemar de Barros (ver EM TEMPO n.º 100).

Nossos companheiros da sucursal mineira, com exclusividade, ouviram, 5 ex-militantes da COLINA, recolhendo seus depoimentos, para esta Contribuição à História da Esquerda Brasileira.

Em um registro histórico vulgar, a COLINA — Comando de Libertação Nacional, organização de vida efêmera que provem da POLOP e que acabará por se fundir à VPR-Vanguarda Popular Revolucionária — seria catalogada como mais um dos grupos que foram tragados pelo turbilhão das idéias militaristas no final dos anos sessenta. Neste caso, embora o registro seja verdadeiro, ele omite o mais importante: a trajetória particular de um agrupamento de jovens revolucionários cujo ponto de partida é a insatisfação com a prática política oferecida pela POLOP como alternativa ao reformismo. Insatisfação que envolve desde o questionamento do programa, da relação vivida com a política e com as massas até uma desesperada preocupação de repensar a doutrina marxista-leninista para a realidade social brasileira.

O foquismo, com o enorme poder de atração e convencimento que desfrutava no continente por então, foi abraçado como resposta a estas inquietações. E isso decerto pode ocorrer por causa da parcialidade, da insuficiência e do círculo ainda confuso em que gravitavam as críticas ao doutrinarismo da POLOP.

É talvez aí, mais nas inquietações de que propriamente nas respostas políticas que acabaram se impondo, que está a linha maior de continuidade entre esta experiência e a gestação de uma política revolucionária hoje em curso no Brasil. Por expressar essa busca é que a história da COLINA merece ser recontada, não apenas como memória mas como contribuição para a atualidade.

Da crítica da POLOP à cisão

Ao contrário da maioria das organizações militaristas do período que tiveram origem nos partidos reformistas e cuja adesão às armas significou o gesto de recusa à política de conciliação de classes praticada por elas, a COLINA remonta as suas origens à uma organização que pretendia ser justamente uma alternativa socialista ao reformismo, a POLITICA OPERÁRIA. O perfil desta organização e os seus impasses vão contribuir para que a trajetória da COLINA até o foquismo se dê por um caminho original, particular e mais ainda, que sua prática combine traços do foquismo com a aspiração de se ligar aos movimentos de massas.

Vai ser justamente nos silêncios da POLOP — a ausência, por exemplo, de uma tática de intervenção na luta política do país — que se vinculavam à dificuldade em desenvolver uma linha de massas é que vai crescer a dissidência que acabaria dando origem à COLINA. Dissidência de peso dentro da POLOP já que oporia a direção nacional a

esmagadora maioria dos membros da seção mais forte da organização, a seção mineira que contava com cerca de cem militantes organizados.

Desde 1965, começam a ganhar corpo as críticas a linha geral POLOP e os atritos com a direção nacional. Em um primeiro momento, o grupo de Minas centra a sua crítica no fato da POLOP ser um amontoado de atividades específicas, reivindicatórias, sem apontar uma perspectiva globalizadora para a questão do poder. Criticava ainda o fato de POLOP pretender preencher esta lacuna se utilizando de palavras-de-ordem educativas para as massas, de longo prazo, doutrinárias. Como alternativa, o secretariado de Minas, com o apoio da maioria dos militantes do Estado, propunham a palavra de ordem da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Popular e Soberana como forma de engajamento na luta democrática de resistência à ditadura militar que se operava no período.

A pressão das armas

Em um segundo momento, começam a predominar as questões relativas ao encaminhamento da luta armada. O programa da POLOP já continha a colocação da proposta do foco armado mas como a perspectiva da organização se colocava no sentido insurrecionalista clássico, o papel deste era redimensionado: o foco serviria como elemento de pressão da classe operária até o momento da insurreição, como caixa de ressonância de suas lutas. Este item programático tinha, no entanto, um sentido mais formal do que prático e servia como elemento justificador perante as pressões vindas das bases no sentido do encaminhamento da luta armada. A POLOP mantinha um "setor militar" absolutamente sigiloso e inoperante (mais tarde tornou-se do conhecimento dos militantes que este setor era composto de apenas dois militantes). A aspiração pelo encaminhamento imediato da luta armada acabou por prevalecer nos quadros mineiros respondendo a uma aspiração de dar à organização um sentido mais de combate em uma conjuntura que se acreditava de ofensiva do movimento de massas.

Esta questão se ligava à uma outra, a crítica da estrutura partidária de moldes leninistas e a busca de novos métodos de trabalho e relacionamento com os movimentos de massa. O referencial da POLOP, no esforço de retomar o marxismo revolucionário, era a defesa do leninismo clássico. O "debraysmo" com a sua visão da inadequação do partido como instrumento revolucionário acabou por galvanizar as insatisfações dos

militantes mineiros insatisfeitos com a experiência que praticavam.

É interessante constatar que a polémica que se travou entre a direção nacional e o setor mineiro incidia ou resvalava sobre pontos que se colocavam à frente de uma esquerda nova, sequiosa de encontrar o veio de uma política revolucionária: a combinação do objetivo socialista com a intervenção democrática, a insatisfação aguda com os métodos tradicionais de fazer política identificados naturalmente com a prática dos partidos tradicionais de esquerda. Não estavam dadas ainda as condições ótimas para a superação dos impasses. O círculo ainda confuso do debate, a ausência de um movimento operário-popular em ascensão, tudo conspirava para que o foquismo absorvesse as dúvidas e as inquietações. Do front doutrinário passou-se ao front das armas: a concepção de vanguarda e o relacionamento com as classes populares permaneceu, autoritário e substitutivo da ação e iniciativa dos movimentos de massa.

Nasce a COLINA

Todo este processo de divergências culminou no IV Congresso da POLOP realizado em setembro de 1967 em São Paulo quando se verificou a cisão. A direção nacional, majoritária por uma pequena margem de votos e em um processo confuso de votação, não conseguiu restaurar a sua hegemonia: além da quase totalidade da seção mineira saem da POLOP parcelas da organização em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O nome Comando de Libertação Nacional emprestado à nova organização dá bem uma indicação do rumo político que seria trilhado. Já antes do Congresso da cisão era notável a fermentação das idéias foquistas, exacerbadas com a divulgação do livro "Revolução na Revolução" de Régis Debray e pelas teses aprovadas na I Conferência da OLAS (Organização Latino Americana de Solidariedade — uma espécie de intercontinental latino-americana organizada por Cuba, e que teve uma vida muito curta).

A cisão seguiu-se um processo intenso de debates visando encaminhar uma conferência para estabelecer um comando, definir um programa, clarear a linha

política e preparar os documentos básicos de formação e propaganda. Já a partir de janeiro e fevereiro de 1968 se editou a revista da organização: América Latina.

Na Conferência realizada em maio de 68, uma posição minoritária tentou apontar um caminho alternativo ao foquismo mas foi prejudicada pela elaboração insuficiente de suas propostas: argumentava que o momento não era ainda o da deflagração da luta armada e defendia a necessidade do trabalho político com base em propostas de luta democrática. No entanto, o documento "Concepção de luta armada" aprovado na Conferência já refletia a visão tradicional do "foco", com a incorporação dos camponeses à luta armada, formando colunas até a composição de uma corporação mais regular ("O Exército Popular"). Uma inovação: a definição de áreas auxiliares onde seriam levadas a efeito "guerrilhas irregulares" para dispersar as forças do inimigo e fornecer o máximo de apoio à luta do foco tido como estratégico.

Luta armada e luta de massas

Ainda que a COLINA desse prioridade ao setor propriamente militar, a sua estrutura e alocação de quadros se diferenciava nitidamente de outras organizações militaristas do período, como a ALN que praticamente retirou todos os seus quadros e principais lideranças dos movimentos de massa. A COLINA manteve uma coordenação operária e uma coordenação estudantil que disputava com a Ação Popular a hegemonia no movimento estudantil mineiro.

Quanto ao setor militar, ele se estruturava assim: o setor de expropriação visando arrecadar fundos para montagem do foco; setor rural encarregado de levantar e preparar áreas; setor de inteligência e sabotagem encarregado inicialmente de formar uma estrutura clandestina, elaborar um serviço rudimentar de informações e pesquisar questões técnicas ligadas a armamentos.

A preocupação em não se deslocar o trabalho militar do movimento de massas, além da manutenção das frentes de massa, aparece na própria escolha das ações armadas. As mais importantes vão



15.000 fusileiros se preparam para enfrentar a guerrilha



socialista ao reformismo?



Dois revistas da OLAS

ser justamente aquelas que procuram se inserir no contexto de movimentos de massa, como os atentados contra o interventor no sindicato e contra o delegado regional do Trabalho (ver box ao lado).

No segundo semestre de 1968, militantes dos Comandos de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, ainda sem vínculos orgânicos, se reúnem e decidem estreitar os laços. Já nesta ocasião, Minas e Rio de Janeiro se vinculam organizadamente,

formando a OPM — Organização Política Militar.

No início de 69 tem lugar uma série de quedas com o desmantelamento quase completo do setor militar em Minas e também com o assassinato de alguns militantes (ver box ao lado). Os quadros ligados à ação armada que sobreviveram tiveram que se deslocar para outros Estados, dinamizando finalmente os preparativos para a frustrada fusão com a VPR no segundo semestre de 69, que daria origem à VAR-Palmares.

Dois mártires

Sem contar com uma estrutura clandestina mais complexa, a COLINA foi alvo fácil da repressão, sofrendo uma série de quedas sucessivas.

Dois dos militantes da organização vieram a falecer nos cárceres, vítimas de torturas. Ambos eram de origem militar e pertenciam a chamada «comissão militar» da POLOP. O militante João Lucas Alves, ex-sargento da Aeronáutica, foi assassinado na Delegacia de

Furtos e Roubos da Lagoinha, em Belo Horizonte, o que foi comprovado, com fotos, inclusive pela família e pelo seu advogado. Era delegado responsável na época um indivíduo chamado Lara Resende. O outro militante, Severino Viana, ex-sargento da PM foi assassinado no Rio de Janeiro depois de ter sido preso em uma área de camponeses, na qual se planejava fazer «guerrilha irregular», uma das formas previstas de apoio ao foco estratégico.

A propaganda armada

As três horas da madrugada de um dia de outubro de 1968, o interventor no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte acordava com uma forte explosão nos bordos do muro da casa que residia. Assustado, ele imediatamente procurou auxílio por telefone junto ao delegado regional do Trabalho, Onésimo Viana. Mas recebeu como resposta apenas um lacônico “eu também”. Nos panfletos espalhados nos arredores das duas casas, uma organização reivindicava as ações tidas como de solidariedade aos operários metalúrgicos de Contagem e aos bancários duramente reprimidos em suas greves: a COLINA.

Foi a primeira ação militar assumida publicamente pela COLINA. Isto porque ela tinha objetivos políticos em si mesma. Indicar ao movimento operário outras formas de resistência em um estímulo moral a um movimento que se acreditava entrar em um refluxo e demonstrar, por outro lado, a vulnerabilidade de quem simbolizava localmente a repressão as greves. Ação excepcional para uma organização cujas ações armadas visavam geralmente o financiamento da implantação do “foco”. Os atentados haviam sido decididos e assumidos pelo setor de expropriação sem que a direção da organização soubesse. Não houve tempo para a consulta a direção, pois para causar os efeitos políticos desejados era necessário que os atentados se dessem num prazo curto. E também os preparativos não demandaram a armação de um esquema complexo: os artefatos, de constituição simples (invólucro de ferro fundido, pólvora e dispositivo de detonação e retardo, baseado na reação de ácido sulfúrico e cloreto de potássio) foram deixados por dois carros, ocupados cada um por um militante para a colocação do explosivo, por um outro armado, para a cobertura da ação e um terceiro, como chofer.

No mesmo plano e com os mesmos

objetivos programou-se a expropriação de uma agência bancária do Banco do Brasil, na Cidade Industrial. A ação de expropriação, também assumida publicamente, foi feita com a utilização de um carro e de alguns militantes com armas de defesa pessoal e apenas um com arma automática. Contrastando com o pesado policiamento ostensivo existente na região, a agência não estava guardada. O assalto ocorreu sem maiores problemas: o carro estacionou em frente ao local, o grupo armado desceu e enquanto alguns militantes instruíam os funcionários para se manterem calmos e distanciados, outros recolhiam os fundos da agência e espalhavam panfletos no local. Transcorridos apenas três minutos, o grupo já empreendia a fuga por uma rota pré-estabelecida, abandonando-se o carro e refugiando-se em uma casa especialmente preparada para este fim.

Frases soltas de solidariedade

A grande imprensa praticamente “abafou” as ações, limitando-se a anunciar o fato, mencionando uma ou outra frase de panfletos distribuídos nos principais jornais, mas, sobretudo, condenando as ações. No meio operário, alguns militantes da organização perceberam alguma manifestação individual de simpatia. Pequenas frases captadas em conversas informais.

Se por um lado, estas ações revelavam uma preocupação da COLINA com a ligação ao movimento de massas, por outro lado, seu aspecto excepcional e sua falta de continuidade revelavam também que a organização mantinha uma dinâmica própria predominante a pré-determinada — a montagem de um foco ou coluna guerrilheira no campo. A própria atuação posterior do setor de expropriações vêm confirmar isto: voltando à continuidade de suas tarefas, passa a planejar ações de maior complexidade operacional, como a expropriação simultânea de duas agências bancárias na cidade de Sabará.

Esquerda hoje PT arrasta mais uma

A OSI — organização da esquerda brasileira que se bate entusiasticamente pelos sindicatos livres — ensaia os primeiros passos na sua rendição à proposta do Partido dos Trabalhadores.

Por João Machado

Ainda no número anterior da revista “A Luta de Classe”, de setembro de 1979, o PT era apontado como “força no interior da situação política”, ao lado do PTB e do PCB, e que apoiava a ditadura no combate às greves.

No texto de janeiro de 1980, à guisa de autocrítica (autocrítica apenas implícita: a OSI em nenhum momento reconhece que errara e que está mudando de oposição), diz-se o seguinte:

“Todas estas razões (isto é, a dinâmica que vem assumindo o PT) mostram como é incorreto enveredar pela política de ataque aos articuladores do PT. Para a maioria dos trabalhadores, não é evidente que todos os articuladores do PT estejam sustentando a ditadura” (é o caso de perguntar: será que isto é evidente para a OSI?). “Além do mais, é errado supor que, caso os trabalhadores entrassem maciçamente no PT, a ditadura teria mais um pilar a sustentá-la” (o que até agora era afirmado pela OSI). “Dizer que nesse processo está sendo construído um novo pilar da ditadura seria fazer política de auto-isolamento”.

Nesta última afirmação fica claro que a OSI não mudou tanto assim: sua preocupação maior não é com as possibilidades que o movimento pelo PT encerra, mas é antes de fugir ao próprio isolamento.

Aliás, também no antigo estilo é feita a explicação das razões que teriam levado ao nascimento do

PT. “O PT nasceu justamente como resultado da impossibilidade, para os pelegos, de aplicar a política do PCB, sem chocar-se com o movimento operário”. “Os dirigentes sindicais que deram origem ao PT são os que não quiseram ou não puderam submeter-se à política do PCB na Intersindical, com o objetivo de defender suas próprias carreiras”. “O PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido da sua organização independente. É uma resposta que atende aos interesses de autopreservação da pelejada “autêntica”, bem entendido.”

Entre a fidelidade às próprias tradições e o medo do isolamento, a OSI não define claramente se participa ou não do PT. Limita-se a dizer que “somos a favor de todo passo no caminho da construção de um PT independente do governo, do Estado, rompendo com a burguesia, situando-se no terreno da independência de classes do proletariado”, e a propor aos articuladores do PT uma luta unitária por bandeiras contra a ditadura e pela liberdade sindical, a partir da “Comissão Nacional de Entidades Livres”.

Ainda teremos de esperar algum tempo para saber se efetivamente a OSI completará seu processo de autocrítica, deixando de se acreditar a única força que luta de fato contra a ditadura no Brasil e deixando de ver no PT basicamente uma manobra de pelegos que querem salvar suas carreiras.



Um texto para amaciar a virada política.

O terceiro número da revista “A Luta de Classe”, órgão da OSI (Organização Socialista Internacionalista), organização que se caracteriza por lutar pelos “sindicatos livres”, pela Central Sindical Independente, de maneira bastante enfática e otimista, traz um documento chamado: “A evolução da situação nacional: O PT e a Intersindical”, de 26 de janeiro, que merece um comentário.

A análise da conjuntura feita por esta organização tem traços muito curiosos.

Em primeiro lugar, a importância desmesurada dada ao stalinismo, identificado com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). É curioso que ao analisar o stalinismo brasileiro não seja mencionado o PCdo B (Partido Comunista do Brasil, outrora maoísta e hoje identificado com a Albânia) e só seja mencionado de passagem o MR-8, (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), organizações que assumem muito mais abertamente e com muito mais gosto a herança de Stalin.

Mas o mais significativo do documento da OSI é a mudança de sua posição com relação ao PT.

cultura

18



Livros de Bolso Literatura por atacado

As bancas de jornal vendem pilhas de estórias de amor, faroeste, ficção científica. O que esses livros dizem e para quem?

Por Viola McNews

Há um certo tipo de ficção publicada em livros de bolsó muito baratos (dez ou quinze cruzeiros), vendidos aos montes em bancas de jornal. Estórias de detetive, mocinho e bandido, ficção científica, "sexo" e até "amor" numa quantidade impressionante. Quem compra e quem lê esses livros é impossível saber com certeza, mas imaginar não é difícil.

Este público, certamente, é muito grande. A coleção "ZZ-7" tem uma lista de 305 títulos, e avisa que todos, até o número 250, estão esgotados. Outras coleções têm números mais modestos, mas bem respeitáveis. Dos 93 títulos do "Oeste Vermelho", 49 estão esgotados; dos 71 da "Chaparral" há 46 esgotados.

E óbvio que quem os compra não pode ser analfabeto, mas também não tem muito dinheiro para gastar com livros. Não deve ser um público intelectualizado. O hábito de ler uma ficção mais complexa torna difícil digerir estórias tão mal construídas numa linguagem tão empolada (o que não quer dizer que intelectuais não leiam ou não devam ler estes livros). Tentar adivinhar mais a respeito desse público já é arriscado. Os livros devem dizer coisas cheias de sentido para quem os compra. Uma leitura cuidadosa pode revelar muito a respeito das preocupações, dos valores e dos preconceitos desse público.

Mentiras descaradas

Algumas estórias são escandalosamente mentirosas. Uma delas se passa num país da África chamado "Southland". Todos, menos os vilões repelentes, passam a maior parte do tempo falando de seu horror ao racismo. Quem quiser que acredite nessas declarações: o livro se chama **Morte aos Negros**. Seu primeiro capítulo mostra com vários detalhes a trepada de um preto com uma branca. Quando terminam, ele lhe dá quatro tiros e foge.

O mau acabamento

O primeiro capítulo desses livros é importante. Aí sempre acontece alguma coisa espetacular ou intrigante, que estimula o leitor a continuar. Pode ser a trepada ou a tampa de um caixão que se abre para dele sair um homem atirando, que fuzila quatro outros. Ou ainda, três,

quatro pessoas interrompem o que estavam fazendo quando soa um zumbido; às vezes, um estrangeiro chega numa cidade em que não há dinheiro.

Esse padrão se repete. A estória é contada através de uma série de cenas muito vivas. Alguns livros são admiravelmente bem escritos: as cenas são impressionantes e se sucedem de maneira vertiginosa. Noutros, tudo se arrasta e por mais adjetivos que use o autor não consegue emocionar. Mas em nenhum caso tem muita importância o fio que leva de uma cena à outra. Em **Diagnóstico: sexo** nunca se sabe direito como a libidinagem anterior levou à atual. É muito difícil reconstituir de memória o artifício que a agente da CIA usa para forçar o presidente de "Southland" a assinar a lei ant-racismo. Aqui, fica bem claro o significado desse descaso com a forma: se o enredo não fosse tão vago, seria difícil acabar com o racismo na África do Sul rapidamente. Um pouco mais de verossimilhança nas relações entre o presidente de "Southland" e a agente de seu maior aliado faria a estória toda ir por água abaixo.

As personagens também não interessam muito. É comum a gente reparar de repente num tal de Adamson que não se sabe muito bem de onde saiu. Qualquer preocupação em tornar verossímil o pula-pula de cama em cama do Dr. Clint impediria tanta exuberância. E de novo o mau acabamento dos livros é fundamental pra eles darem seu recado. Não se deve alimentar a esperança de usar a linguagem, a estrutura, a "forma" desses livros para transmitir idéias mais simpáticas. Eles têm regras de composição rígidas. Quanto "melhor" um livro assim for escrito, mais criará imagens fragmentadas, invertidas e ilusórias. Exatamente o que pretendem.

A maior proeza do livro é resolver o problema do racismo em "Southland". Terrível é a maneira como tudo se arruma: uma agente da CIA cinematograficamente branca desce do avião e dá um jeito no país. Força o presidente a assinar uma lei e tudo se acerta. Samba do crioulo doido não é nada. Quem acredita no que lê, quando terminou esse livro aprendeu que a solução para o racismo é uma lei bem feita, e que a CIA é uma pomba da paz pode fechar o livro, apagar a luz e passar a noite sonhando com os olhos azuis da

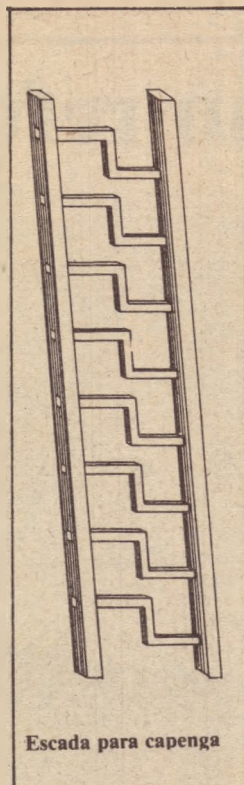
heroína. Fim tranquilizador demais, imagens descaradamente invertidas.

Já um livro como **Apaiadamente enamorados** fala do amor "romântico". Pegar na mão da mocinha é uma ousadia incrível do mocinho. Ele só lhe dá um beijo quando tem a intenção firme de se casar. Os livros de Violet Winspear para a revista **Sabrina** repetem essa água com açúcar, mas lhe acrescentam uma atmosfera maravilhosa. Tudo se passa no Mar de Java ou na Sardenha, entre castelos e penhascos, pavões e lótus — muito exótico e muito rico. Entre tantos símbolos de status até a linguagem fica especialmente pomposa, mais empolada do que nunca. Outra vez é contada a velha estória de que felicidade só com muito dinheiro no bolsó.

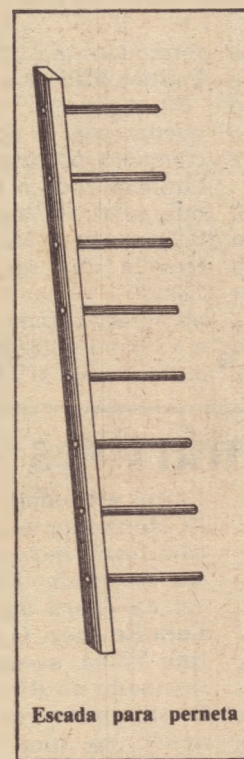
Amor e sexo

Há uma separação nítida entre os livros "românticos" e os que falam de "sexo": são dois assuntos distintos. Outra velha estória: minha mulher eu amo, mas só me divirto com as outras. **Diagnóstico: sexo** nos fala do Dr. Clint, o clássico médico solteiro e boa-pinta. Dorme com todas as pacientes, e o livro, claro, conta tudo. Tudo é modo de dizer. As descrições são invariavelmente iguais. Não há o que impeça as mulheres de enterrarem os dedos nas costas dos homens, as carícias sempre são atordoantes e homens e mulheres se satisfazem, quando não chegam aos limites do prazer. Nesses relatos estereotipados o prazer aparece como alguns gestos mecânicos — e perde todo vestígio de vida.

Neste livro, para nos lembrar de que "amor" e "sexo" não são a mesma coisa, um rapaz chega do interior e descobre seu amor verdadeiro — depois de conseguir um bom emprego, uma casa para morar e um caso passageiro, tudo no mesmo dia. Quando vai para a cama com seu amor encontramos a mesma descrição que já lemos pelo menos três vezes antes. Repetem até a exaustão que "amor" e "sexo" são coisas bem diferentes, mas pintam figuras muito parecidas — e muito sem graça.



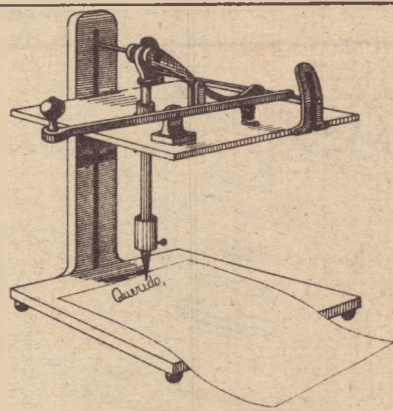
Escada para capenga



Escada para pernetta

Aparelho para colocar pingos nos ii.

O que existe de mais descuidado que um carta sem pontuação ou pingos nos ii? Este problema, indispensável em todos os escritórios modernos!



Uma nota sobre TV

Por Francisco Ignácio Araujo

Na TV Record está de volta Jacinto Ferreira Fº, talvez o único gênio da TV brasileira desde Pagano Sobrinho. O horário é ingrato — sábado às 11 da noite — mas vale a pena.

Jacinto é um grande repórter: capaz também de entrevistar um bandido como Berimbau (condenado a 175 anos de cadeia) com toda liberdade, conversando de banditismo, da vida na prisão, do homossexualismo, exortando-o cinicamente a converter à Bíblia; capaz de promover uma ceia para mendigos debaixo da ponte, trazer um trombadinha para a frente do vídeo, reconciliar casais separados. Enfim, Jacinto é um repórter com senso de notícia e sem senso de oportunidade: vai mexer ali onde o bom tom e o "alto padrão de qualidade" menos aconselham. E o faz com hu-

mor e agudeza. Sem sentimentalismo, sem tiradas ideológicas, nada. Apenas o mínimo: um pudor, de malandro, um pudor que é puro jogo de cintura, e que valeu — além da sobrevivência artística — no mínimo um diálogo.

Diante de um trombadinha, Jacinto argumentava que o rapaz devia deixar aquela vida. E o garoto explicava com desenvoltura que não tinha motivo para isso: "Trabalhando, dizia, eu tiro 3 mil por mês. Dando trombada, eu tiro 20 mil". Jacinto insiste: "E a sociedade rapaz? Você não pensa na sociedade?" E o garoto: "Que sociedade?" Jacinto: "A nossa, em que nós vivemos". O garoto: "Que sociedade, não tem sociedade?". Em resumo, só acusa Jacinto de fazer "mundo cão" quem não lê Oswald e não escuta Lupicínio: a canalha em massa de que fala Sganzerla.

Objetos inviáveis: um catálogo

Por Rachel de Andrade

Jacques Carelman nasceu em Marselha e teve um insólito trabalho gráfico que acabou exposto no Musée des Arts Decoratives. Seu trabalho: Imaginar objetos totalmente inviáveis, inúteis.

A Editora Nova Fronteira lançou no Brasil essa obra de Carelman: o livro «Catálogo de Objetos Inviáveis».

A primeira exclamação diante do fino humor desse livro, graficamente de excelente nível, é: "... mas esse Carelman é um gozador!" Imaginar objetos impossíveis, evidentemente, não é um ócio (como pode parecer), mas um angustiante negócio.

O humor, já diziam os surrealistas, é a máscara do desespero. No mundo laborioso em que vivemos, onde o ócio é pecado mortal e a produtividade a todo vapor e a qualquer preço é o supremo bem, a criação de Carelman se apresenta como marginal, poética, exterior aos automatismos, revolucionária porque «irracional», anticonvencional.

Sem dúvida, ele consegue fazer uma crítica profunda da modernidade utilitária através do humor. O riso, afinal, é uma filosofia demolidora.

Leste Europeu: Rir é preciso

Por incrível que pareça, o povo da Europa Oriental também sabe levar numa boa as durezas de seu cotidiano

Os países do leste europeu talvez possuam a duvidosa glória de serem governados pelos dirigentes masi «sérios» do mundo. Difícil imaginar Brejnev ou Tito fazendo piadinhas durante uma sessão do Comitê Central. No entanto, figuras tão sisudas também são alvo de chacotas e chistes. Sérgio Vilar, jornalista espanhol, reuniu em livro uma série de piadas sobre as figuras e o cotidiano no leste europeu. Ainda que renitentes burocratas torçam o nariz, a verdade é que tais chistes refletem uma realidade de injustiças e opressão.

O livro chama-se «Reir en el Leste» e foi publicado em Barcelona, pela Editora Madrágora.

...

Certa manhã, quando o povo e o governo soviético acordaram, descobriram que Lenin havia desaparecido de seu mausoléu. Em seu lugar estava um bilhete que dizia: "Fui para Zurique, começar tudo de novo".

...

Qual é a diferença entre o capitalismo e o socialismo? O capitalismo é a exploração do homem pelo homem. O socialismo é o contrário.

...

Qual é o país do mundo com a política mais neutra? A Checoslováquia, que não interfere nem em seus próprios assuntos internos.

Quais são as duas etapas do comunismo? A primeira, de crise de crescimento. A segunda, de crescimento da crise.

...

Um operário de um país socialista pergunta para outro: — Quantos trabalhadores tem em sua empresa? — A metade.

...

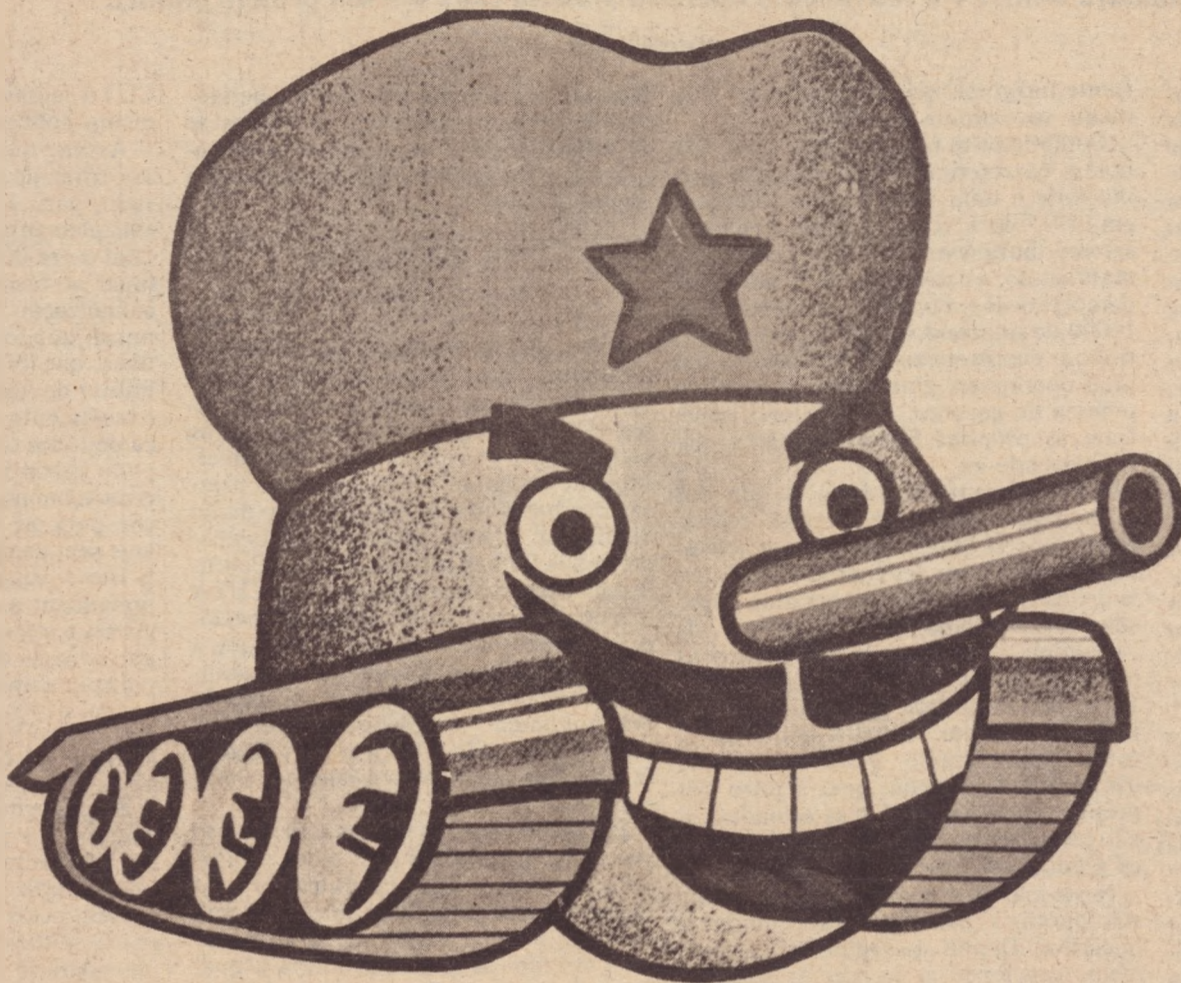
— Que diferença existe entre um pintor realista, um pintor impressionista, e um pintor realista-socialista? O pintor realista pinta o que vê. O pintor impressionista pinta o que sente. O pintor realista-socialista pinta o que ouve.

...

Por que Tito subvenciona mais as prisões do que as escolas? Porque, na sua idade, já não corre perigo de ir à escola.

...

— Qual é a piada mais curta na Iugoslávia? — O socialismo.



— E a mais longa?
— O caminho para o socialismo.

...

— Por que os russos foram para a Checoslováquia?
— Porque alguém os chamou.

— E até quando eles vão ficar?
— Até que encontrem quem os chamou.

...

Para um país socialista, que diferença existe entre a URSS e qualquer outro país do Pacto de Varsóvia?
A URSS é um país irmão, os outros são países amigos e como é sabido, os amigos se escolhem mas a família...

...

Em 1969, ocorreram vários enfrentamentos armados entre soviéticos e chineses ao longo da fronteira do rio Amur. Em meio a um dos combates mais violentos, o céu escureceu, estalou um raio, trovejou e entre as nuvens apareceu Karl Marx que gritou:
— Proletários de todos os países, separai-os!

...

O ministro soviético de Obras Públicas convida seu homólogo rumeno para ir a sua casa. O rumeno se maravilha diante da beleza do apartamento do soviético.

— Como é possível?
— Venha até a janela...voce vê aquela ponte ali embaixo? Deveria pesar 10.000 toneladas e pesa 8.000. Eis aqui a explicação.

Alguns meses mais tarde o rumeno convida seu colega soviético para ir a sua casa. Este é introduzido num apartamento que é o dobro do luxo do seu:

— Como é possível?
— Venha até a janela...você vê uma ponte ali embaixo?
— Não.
— Justamente.

...

Os novos estatutos do PC checo são os seguintes:
1º Todo militante que trazer um novo militante para o partido não terá que pagar sua cota.

2º Todo militante que trazer dois novos militantes para o partido poderá abandonar o partido.

3º Todo militante que trazer três novos militantes para o partido receberá um certificado de que nunca pertenceu ao partido.

...

Em Praga, a proprietária mostra um apartamento a um novo inquilino. Depois de ter aberto as janelas, vai saindo e diz: — Por favor, se precisar de algo, não tenha dúvidas. Venha ver-me e eu te direi como prescindir dele.

Um russo e um polaco passeiam pelo campo e encontram uma maleta cheia de dinheiro.

— Vamos repartí-la como irmãos, diz o russo.

— Ah não! exclama o polaco. Desta vez dividiremos meio a meio.

...

Depois da morte de Stalin, o Comitê Central do PC da URSS se reúne às pressas e Molotov, pálido, dá a notícia a seus camaradas. Passado o primeiro instante de surpresa, a sala permanece mergulhada num profundo silêncio, interrompido por um instante pelo murmúrio de uma voz anônima: "Quem vai atrever-se a dar-lhe a notícia?"

...

Convesando, depois de uma recepção dada por um secretário regional do PC iugoslavo, um convidado diz: "Graças a Deus..." Seu anfitrião então o corrige antes que termine a frase:

— Não se diz "graças a Deus", se diz "graças ao Tito".

— Mas o que diremos quando Tito tiver morrido? pergunta o convidado.

— Então poderás dizer "graças a Deus", responde uma voz anônima.

...

"Em meu país — diz um americano para um soviético —

a liberdade é total; a prova é que posso ir cada dia diante da Casa Branca e gritar "Abaixo Nixon! quantas vezes quiser."

— "E eu diz o russo — não fazem nem oito dias que gritei junto aos muros do Kremlin "Abaixo Nixon!" até que fiquei atônico.

...

Brejnev prepara-se para ir aos EUA e, antes de partir, quer fazer um gesto em favor dos judeus da URSS. Decide, então, construir uma nova sinagoga em Moscou. Acabado o edifício, em tempo record, chama seu secretário e encarrega-o de buscar um rabino. Quinze dias depois, seu secretário lhe diz que não encontrou ninguém.

— Como? diz Breznev, não há ninguém nesse país capaz de encarregar-se de uma sinagoga?

— Camarada, não é que não tenha ninguém; é que os candidatos que se apresentaram...eram todos judeus...

...

Em junho de 1977, durante sua visita oficial à França, Leonid Illich Brejnev não se encontrou com Georges Marchais. Esta foi ao menos a versão oficial, pois, na realidade, Brejnev chegou clandestinamente, 24 horas antes de sua recepção oficial, e foi diretamente para a casa de Marchais. Este não estava avisado e levou o maior susto ao abrir a porta. Ficou estupefato e preocupado, pois seu filho tinha um papagaio que repetia sem cessar: "Abaixo Brejnev!".

Acomodando Leonid em sua sala, Marchais pediu a sua mulher que prendesse o papagaio dentro da geladeira. Feito isso, puderam tranquilamente passar a discutir o problema do eurocomunismo e outro temas do estilo. Por volta da meia-noite, Brejnev e Marchais estavam a ponto de separar-se como amigos, quando Leonid Ilich disse que tinha sede e dirigiu-se diretamente para a cozinha. Marchais empalideceu e pediu a Brejnev que não se incomodasse, que ele mesmo providenciaria sua água. Em vão, Brejnev percebeu que Marchais queria ocultar-lhe alguma coisa e pediu-lhe que falasse francamente. Marchais, vacilante, confessa o problema do papagaio. Brejnev, então, põe-se às gargalhadas, dizendo que ele também tinha filhos e netos e que era preciso deixá-los divertirem-se. Em seguida, abriu a porta da geladeira e viu o papagaio gelado e meio morto, murmurando: "Viva Brejnev!".

Então Leonid Ilich voltou-se para Marchais e falou:
— Viu, Marchais, o que faz uma temporada na Sibéria?...

Argentina

A caminho do enfrentamento

A ditadura militar e o movimento operário azeitam cada um seu projeto político

Por Marcelo Zugadi

Publicamos uma análise da situação política na Argentina feita por um argentino que se encontra hoje exilado na Suécia. Os elementos de semelhança da situação desse país com o nosso são espantosos: lá como aqui uma ditadura militar tenta um processo de «abertura» (o de lá está obviamente muito mais atrasado) que lhe permita manter o controle da situação. Lá como aqui uma grave crise econômica complica o quadro. E finalmente, lá como aqui o principal obstáculo a esse projeto das classes dominantes é a emergência de um movimento operário independente, combativo e organizado pela base, combatividade que as medidas repressivas que complementam a «abertura» e a colaboração dos pelegos com o regime não conseguem quebrar. O desafio que o movimento operário enfrenta é dar expressão política a essa combatividade.

Na Argentina se vivem os momentos preliminares de uma severa confrontação de classes. O ritmo, as formas e os alcances imediatos de tal confrontação são hoje indiscerníveis; dependem da combinação e desenvolvimento de fatores que, até agora, não alcançaram perfis suficientemente definidos, mas que são os indicadores de uma situação limite em que as forças fundamentais da sociedade se preparam para um enfrentamento.

A paralisia política da ditadura militar

Depois de quase quatro anos de ofensiva terrorista contra o movimento operário, as camadas médias e suas organizações sindicais e políticas, as forças armadas se encontram diante da evidência de que o proletariado não apenas suportou o embate como elevou a sua resistência a ponto de hoje disputar, com o governo militar, a iniciativa política.

Uma onda crescente de greves que durante os últimos meses alcançou notáveis vitórias rompendo de fato a "legalidade" imposta pelo regime e lançando por terra os planos econômicos da ditadura, busca agora um leito de expressão unitária da classe como tal e que, por sua vez, transcenda os limites sindicais.

Um primeiro e decisivo passo nesta direção foi dado pelo movimento operário ao fazer fracassar as manobras divisionistas que a burocracia sindical colaboracionista e o governo vinham realizando desde o golpe militar. Com suas mobilizações, o movimento operário impôs que a burocracia sindical reverterse uma divisão que já se havia consumado na cúpula dirigente dos sindicatos, e formasse um organismo unitário, a CUTA (Conducción Única de los Trabajadores Argentinos). Este organismo não muda o caráter colaboracionista e traidor dos burocratas que o compõem; mas estabelece sem dúvida uma base fundamental para o desenvolvimento futuro da luta.

A unidade do movimento sindical pela base

Paralelamente, a angustiante crise econômica e o uso que fazem dela os monopólios dependentes do capital financeiro internacional pulverizaram a

frente burguesa que num primeiro momento sustentou a ditadura.

Combinam-se fatores como: uma economia caracterizada pela recessão permanente e uma inflação que alcançou, em 1979, 140%; o protesto decorrente dos setores burgueses afetados, cada vez mais agudo; a carência total de garantias democráticas e a pressão insuportável de 15000 desaparecidos e 1000 presos políticos; o desenvolvimento ameaçador das lutas operárias e, finalmente, a paralisia política do governo. Esses fatores penetram as próprias fileiras militares, enfraquecendo-as.

O levantamento frustrado de um dos mais importantes comandantes militares, o general Menendez, que em setembro último tentou destituir o comandante do exército e terminar com uma situação caracterizada por ele como de "abandono dos objetivos pelos quais as forças armadas tomaram o poder em 1976" deu uma clara mostra dos problemas que dividem os meios militares. O estrondoso fracasso desta sublevação ultradireitista indicou, que, a juízo dos próprios quadros das forças armadas, já não há espaço para a aplicação da política seguida até hoje.

Neste marco, o governo trata de vencer sua paralisia política para retomar a iniciativa. Depois de vacilar três anos e meio, sancionou a lei de Associações Profissionais que proíbe a existência da CGT e se propõe a debilitar e dividir ao máximo a estrutura sindical. A mesma lei proíbe aos sindicatos o controle dos fundos das obras sociais. Estes são requisitos indispensáveis para poder dar o outro passo, encenado e abandonado até o cansaço desde 1976: a "abertura política".

O projeto de «abertura política»

A "abertura", obviamente, consiste em fechar todas as portas para o movimento operário e tentar a reconstituição dos partidos políticos burgueses - enfraquecidos e desprestigiados ao máximo - sob a mão de ferro dos militares como agentes do capital financeiro internacional.

Uma tática já empregada pela ditadura em uma ocasião análoga, fins de 1977, foi usada como complemento. Naquela oportunidade, como agora, a recessão econômica deixou lugar a um breve período de reanimação (que não quebra a linha geral do descenso) que trouxe consigo de imediato e automaticamente uma subida em flecha das greves operárias.

Diante da repetição deste fenômeno, e o conseqüente salto para a frente do movimento operário, o governo volta a utilizar medidas repressivas com o objetivo de amedrontar os trabalhadores e impor seus objetivos (por sua vez, isto permitiu quebrar artificial e transitoriamente a espiral inflacionária, que passou do 11,7% em agosto à metade nos meses seguintes). Uma primeira e dramática manifestação desta política foi a demissão de uns 4000 operários de empresas frigoríficas e metalúrgicas.

Mas a analogia com 1977 termina aí. Tanto a frente interna das forças armadas quanto os partidos burgueses e sobretudo o movimento operário estão em uma situação muito diferente da daquele momento, quando as grandes greves ferroviárias não puderam desembocar em uma greve geral. Precisamente porque a

situação é muito mais delicada e perigosa não seria estranho que os efeitos se retardassem. Mas neste caso só se conseguirá que sua explosão seja mais violenta e contundente.

Os impasses da burocracia sindical

A burocracia sindical, em defesa de elementos-chave da sua existência como casta parasitária - a centralização nacional e o controle dos fundos das obras sociais - deve enfrentar o governo precisamente em um momento em que a pressão das bases não lhe assegura de modo algum que tal enfrentamento se circunscreva aos limites que ela deseja. Contudo, não resta outro caminho e a CUTA lançou sua estruturação em escala nacional - em aberta contradição com o que a nova lei dispõe - e convoca a uma mobilização nacional e propõe a realização do que se chama "um plebiscito operário" para que em cada fábrica os trabalhadores se pronunciem sobre a nova lei sindical.

Paralelamente, a CUTA iniciou um processo de conversas com todos os partidos políticos, a Igreja e outras organizações sociais para obter apoio em sua oposição à lei e se propõe a convocar uma assembléia multi-partidária a qual proporia referendar um documento no qual além de repudiar a lei se "exija uma mudança da política econômica e se fixe um rumo para restabelecer a democracia no país". Os partidos peronista e radical já deram seu apoio a este objetivo da

CUTA, agravando sensivelmente o isolamento político da ditadura.

Assim, tudo indica que a situação se aproxima de seu ponto de ebulição. Contudo, para aqueles que tiraram conclusões elementares do período anterior no qual outra ditadura militar em crise deu lugar ao chamado "processo de institucionalização" (a ditadura do general Lanusse, que foi seguida pelo regime peronista, que foi seguido pela nova ditadura militar de Videla), está claro que apenas o movimento operário no poder e à cabeça de todos os setores oprimidos do povo pode garantir a solução da espantosa crise econômica e os direitos democráticos para as grandes massas açoitadas hoje sem piedade pelo terror capitalista. E isto é exatamente o contrário do que pretendem a CUTA e os partidos burgueses e reformistas que tratam de agrupar-se atrás de um programa frente-populista, como o fizeram com o peronismo.

Objetivos do movimento operário

A independência política dos trabalhadores é a chave que permitirá enfrentar à ditadura e evitar que sua força seja capitalizada e traída pelos partidos burgueses, pelos reformistas e pelos burocratas sindicais. A formação de um partido operário independente, baseado nos corpos de delegados (delegados sindicais eleitos na base, que a ditadura não conseguiu destruir), nas comissões internas (comissões de fábrica) e nos sindicatos recuperados, é a única política que pode garantir estes objetivos.

Mais um lançamento da Editora VEGA S/A

À venda nas livrarias ou pelo reembolso postal



Editora Vega S/A
Rua Guajajaras, 178
Caixa Postal 2663 —
Fone: 224-8318
Belo Horizonte —
Minas Gerais

Nicarágua Um poder ainda dividido

Enquanto as massas não estiverem solidamente organizadas, os sandinistas evitarão qualquer confronto mais decisivo com a burguesia

Por Érica Strada



Manifestação de trabalhadores nicaraguenses.

A América Central é, hoje em dia, uma das regiões mais convulsionadas do globo. Apesar de todas as «precauções» tomadas pelo imperialismo para «controlar» a área, o movimento de massas ameaça varrer quase de um só golpe todos os resquícios da oligarquia que administram os interesses imperialistas (e, principalmente, norte-americanos) em seus respectivos países.

A grande força que impulsiona este novo ascenso dos trabalhadores americanos é, sem dúvida, a revolução sandinista. Por isso para o capitalismo tão importante quanto reprimir as manifestações dos salvadorenhos e guatemaltecos, tem sido isolar a Nicarágua do resto do continente.

Ainda não logrou obter sucesso nesse intento. Entre outros motivos, porque precisa enfrentar a sua própria crise: de maneira geral, a conjuntura internacional não lhe é favorável a curto ou médio prazo. E soluções imediatistas podem, quando muito, adiar o confronto.

Mas, o sucesso ou fracasso dessa tentativa de isolamento dependem, em grande medida, dos caminhos que a revolução sandinista trilhar.

Por enquanto, a Nicarágua vive uma clássica situação de duplo poder: de um lado as organizações operárias e camponesas e o Exército Popular Sandinista. De outro, as camadas da «burguesia progressista» que, se não detém o poder das armas (totalmente nas mãos dos sandinistas), ainda controlam os setores mais importantes da economia nacional. Embora a balança esteja ligeiramente favorável aos sandinistas, tudo pode acontecer na Nicarágua.

Os sandinistas herdaram um país devastado: 40 mil mortos e cerca de 30 mil feridos durante a guerra civil; toda a infraestrutura social (escolas, hospitais) destruída. O desemprego e o subemprego atingem taxas altíssimas, que aumentaram ainda mais no fim de janeiro, com o término das colheitas. Há o grave risco da fome, pois o ciclo de produção agrícola sofreu sérios transtornos com a guerra civil e acentuou a escassez de alimentos. A dívida externa atinge cerca de 1,5 milhão de dólares e Nicarágua não tem como pagá-la, já que os soviéticos esvaziaram os cofres públicos antes da partida.

As primeiras medidas adotadas pela Junta de Governo de Reconstrução Nacional três primeiros meses de sua existência indicam que a insurreição popular vitoriosa ativou o curso do processo revolucionário: a totalidade dos bens de Somoza e seus acólitos foi desapropriada em 20 de julho. Os bancos e instituições de seguro foram nacionalizados e as operações bancárias estritamente controladas pelo governo. Os recursos naturais do país também estão sob controle governamental, assim como a maior parte do transporte marítimo, terrestre e aéreo. Iniciou-se um processo de reforma agrária, com o confisco dos latifúndios da família Somoza, das terras deixadas por Somoza a seus aliados e daquelas abandonadas por seus donos. Essas áreas foram colocadas sob controle do Instituto Nicaraguense de Reforma Agrária (INRA), que formou granjas ou cooperativas estatais, encarregadas de explorar a terra, mas não

dividi-la. A distribuição de parcelas só é efetuada quando assim exigem os camponeses. Foram criadas também, empresas estatais para a comercialização, nos mercados interno e externo, dos produtos agrícolas e cereais básicos.

Reformulou-se todo o sistema educacional, garantindo-se escola gratuita para todas as crianças e encetando-se uma enorme campanha de alfabetização que beneficiará 700 mil pessoas, sobretudo nas zonas rurais.

Os Comitês de Defesa Sandinista (CDS) têm poder para, entre outras coisas, implementar o controle de preços dos gêneros alimentícios e a reconstrução de casas nos bairros populares mais devastados pela guerra civil.

No plano da política exterior, o governo da Nicarágua adotou uma série de posições antiimperialistas sobre diversas questões (Oriente Médio), África do Sul, etc) e manifestou decidida oposição às manobras militares contra Cuba e a América Central.

O poder da Burguesia

A nacionalização dos bancos permitiu que o Governo adquirisse participação em numerosas empresas. Mas a produção industrial sob controle estatal não ultrapassa os 25%, levando-se em conta também o setor misto. A produção agrícola continua, na

maior parte, nas mãos do setor privado. Portanto, o poder econômico das classes dominantes continua sendo muito grande, fato que lhes assegura recursos suficientes para tentar recuperar suas posições no plano político. Mas, ao que tudo indica, o confronto direto e decisivo não interessa, por enquanto, a nenhuma das partes.

A insurreição popular estimulou um alto grau de organização nas massas e a correlação de forças sociais mostra-se muito favorável aos trabalhadores e camponeses. Os sandinistas, atualmente, fomentam a criação dos CDS em todos os lugares e lhes conferem um papel de primordial importância para levar a cabo uma série de mudanças. Estimulam, também, a criação de uma Central Sandinista de Trabalhadores e de uma Associação dos Trabalhadores do Campo, além de se dedicar à organização de amplas camadas da juventude e das mulheres. Mas, mais importante, a Frente Sandinista está se preparando decididamente para o enfrentamento com o imperialismo, construindo o Exército Popular Sandinista.

A burguesia, entretanto, não está parada. O seu «setor progressista» desfruta de certa legitimidade ante os olhos de uma parcela da população, já que participou na luta contra Somoza. Este também é o caso de parte do clero, por exemplo, o arcebispo de

Manágua Miguel Obando y Bravo. Assim, a burguesia tem utilizado esta legitimidade e seu poder econômico para «participar do processo».

«Aliança temporária»

Os sandinistas tem permitido tal participação por três motivos principais: 1) adiar um confronto decisivo, pois reconhecem que as massas não estão suficientemente organizadas para tanto e o país encontra-se à beira do caos; 2) tentar renegociar a dívida externa, apresentando a aliança temporária com a burguesia como prova de que «a democracia e a propriedade privada serão respeitadas na Nicarágua»; 3) atrair a ajuda externa, sob forma de investimentos, para colocar o país em ritmo «normal».

E legítimo que a direção sandinista busque ganhar tempo, desde que o aproveite para consolidar os instrumentos de defesa política e militar da revolução. Fazer com que as massas estejam conscientes das batalhas inevitáveis e não forçar de maneira aventureira o ritmo da luta de classes é uma das tarefas mais difíceis e importantes de toda direção revolucionária. Entretanto, é preciso ter muito claro até onde ir com esta «aliança temporária» com a burguesia. O imperialismo possui um instrumento de intervenção poderoso, através da dívida externa, e não procura precipitar os acontecimentos. Seu objetivo é fazer com que, por um lado o Governo de Reconstrução Nacional reconheça uma série de obrigações para com instituições financeiras internacionais e, por outro, o FMI interferir direta ou indiretamente na economia da Nicarágua. Se tais medidas derem resultados, o imperialismo terá em suas mãos um freio para novas conquistas revolucionárias.

A melhor garantia para impedir uma saída contrarrevolucionária para a crise — não importa quais sejam as etapas intermediárias — consiste em reforçar os vínculos entre a FSLN e as massas mobilizadas. Assim, as principais tarefas organizativas que os sandinistas tem pela frente são: O desenvolvimento da CST e da TC como centrais únicas dos trabalhadores e camponeses, o armamento das massas e a construção de um partido revolucionário o que não impede a existência de outros partidos de trabalhadores).

El Salvador

O Manifesto das Oposições Unificadas

Coordenação Nacional Revolucionária, de El Salvador, criada no último dia 11 de janeiro e que conta com mais de 200 mil militantes e a participação das 4 organizações revolucionárias mais importantes do país, divulgou seu programa popular num ato público que teve a participação de 5 mil pessoas.

O Bloco Popular Revolucionário (BPR), a Frente de Ação Popular Unificada (FAPU), as Ligas Populares 28 de Fevereiro (LP 28) e a União Democrática Nacionalista (UDN, respaldo legal para o PC) são as organizações maioritárias nessa Coordenação.

A plataforma de 6 páginas, lida

em público, inclui a estatização dos bancos e do comércio exterior, a reforma agrária, a criação de um Exército Popular e de programas de habitação, saúde e educação, além da eliminação de todos os grupos repressivos.

De acordo com esse programa, o «governo popular» seria composto pelos setores populares e revolucionários, pelos profissionais liberais honestos, sacerdotes progressistas e partidos democráticos, assinalando que a alternativa revolucionária é a única solução para a crise do país. «A aguda crise que padecemos neste país, tanto na estrutura econômica como política, não pode ser resolvida nem por reações reaci-

cionistas, nem pelos projetos demagógicos e reformistas, como aquele que impulsiona o governo atual, encabeçado pela Democracia Cristã, sob controle do imperialismo».

O documento ainda afirma que «tanto os setores oligárquicos como a bota invasora do imperialismo norte-americano e alguns setores reformistas pretendem negar a capacidade do povo para solucionar a crise atual... Mas... a alternativa revolucionária esboçou-se não apenas como resposta histórica a essa crise como também uma possibilidade real neste momento, sobretudo ante a facção dos inimigos

oportunistas e reformistas, incluindo o atual projeto da Democracia Cristã...»

Baseando-se na experiência da Frente Sandinista, os revolucionários salvadorenhos empenham-se a fundo para obter a unidade das esquerdas, condição básica para o triunfo da revolução.

A Coordenação Nacional Revolucionária, que, além das 4 organizações maioritárias, recebeu o apoio de quase todos os partidos e entidades de classe salvadorenhos, tem tudo para desempenhar seu papel, derrubando a ditadura militar e as velhas oligarquias e instalando um governo que realmente vá de encontro aos interesses do povo.

Guatemala

Os antecedentes do massacre na embaixada espanhola

Os camponeses queriam defender suas terras. Foram assassinados

Frente Democrática contra a Repressão, organismo que congrega algumas das principais entidades democráticas da Guatemala, divulgou um comunicado sobre o massacre de indígenas, ocorrido no último dia 30 de janeiro na embaixada da Espanha.

Segundo esse comunicado, as populações indígenas do Departamento de Quiché vinham sofrendo severa repressão do exército como invasão de suas terras, assassinato de familiares e prisão e tortura de muitos camponeses. Em 16 de janeiro, lançam um manifesto, denunciando esse estado de coisas à opinião pública. As comunidades afirmam que tais atos são obras de soldados do Exército Nacional "porque nós os reconhecemos quando eles andavam em carros oficiais ou nos pelotões".

Mas, devido à feroz censura imposta aos meios de comunicação da Guatemala, as arbitrariedades cometidas não puderam ganhar divulgação. Além da censura, o governo de Lucas Garcia estava financiando, discretamente, editoriais e artigos em diversos jornais que exigiam maior rigor da polícia contra a "subversão". Das antes do massacre e no pró-

prio 31 de janeiro, o governo acusou os camponeses de "incitarem a desordem", afirmando que não toleraria "mais nenhuma denúncia".

Finalmente, em 31 de janeiro, um grupo de 33 camponeses ingressou pacificamente na embaixada espanhola — entre elês, dirigentes do Comitê de Unidade Camponesa — dirigindo-se ao embaixador para explicar-lhe a situação. Os camponeses acreditavam que apenas uma atitude dessa natureza — que chamasse a atenção da opinião pública — poderia fazer com que o governo guatemalteco atendesse suas reivindicações. Concretamente, pediam que o embaixador intercedesse junto a Lucas Garcia, visando obter a retirada das tropas do exército das aldeias ocupadas. O embaixador aceitou servir de mediador e, depois de se comunicar com seu governo, exigiu que os dirigentes guatemaltecos respeitassem o território da embaixada. Entretanto, em poucas horas o local foi totalmente cercado por 600 soldados fortemente armados, enquanto franco-atiradores davam cobertura a especialistas das Forças Armadas que escalavam as paredes do edifício. Apesar dos pro-

testos, as forças governamentais invadiram a embaixada, atirando bombas e disparando indiscriminadamente contra as pessoas dentro do edifício. a Operação durou cerca de 12 minutos e fez um saldo de 39 mortos e 2 feridos.

O único camponês sobrevivente — Gregório Yojá Soma — foi sequestrado do hospital dias depois, e encontrado morto numa estrada que leva ao interior do país.

MASSACRE PREMEDITADO

O comunicado da Frente Democrática contra a Repressão ressalta ainda que esse massacre foi premeditado por diversos motivos:

- 1) preparação da opinião pública através do rádio, imprensa e televisão;
- 2) acusações reiteradas contra os camponeses de "incitarem a subversão";
- 3) ameaças públicas aos indígenas, se estes não parassem de exigir a retirada das tropas das aldeias;
- 4) a execução técnica da embaixada e o massacre sistemático e indiscriminado de todos os que se encontravam dentro do edifício.

Assassinatos de camponeses e traba-

lhadores comprometidos com a luta por melhores condições de vida já fazem parte do cotidiano da Guatemala há, pelo menos, 26 anos. Mas, atualmente, a violência está muito maior. Em 15 meses de governo, Lucas Garcia já tem um lastro de 4.000 mortos e "desaparecidos", cifra bastante alta até para uma região tão pródiga em governantes sanguinários como a América Central. Na Conferência Internacional de Trabalhadores em Hotéis e Restaurantes, celebrada em Genebra, em dezembro último, Shirley Fuentes Mohr, viúva do líder do Partido Socialista Democrático da Guatemala, afirmou que pelo menos 8 pessoas são assassinadas diariamente em seu país, e a identificação dos corpos é impossível, devido às muitas mutilações. Em virtude da situação de extrema arbitrariedade existente no país, a Conferência decidiu, por unanimidade, decretar o boicote ao turismo da Guatemala. Uma decisão que, se cumprida à risca, poderá trazer mais transtornos econômicos a Lucas Garcia. O turismo representa a segunda maior fonte de divisas do país, logo depois do café; a maior parte dos turistas procede da Europa e Estados Unidos.

(FS)

aparte

O socialismo não pode ser só vermelho:

Tem de ser multicolor.

Li no ET nº 99, o artigo de Jorge Nahas "Cuba, participação ou burocratização" e comento agora alguns pontos que refletem uma certa visão existente na esquerda que é necessário ser criticada e discutida.

No artigo fica implícita a idéia de que o socialismo seria «o fim da propriedade privada e a satisfação das necessidades básicas da sociedade (saúde, educação, moradia) dentro de um sistema democrático de participação popular». Esta visão, fruto de um certo pragmatismo maniqueísta da esquerda latino-americana, mostra o capitalismo como algo mal e o socialismo como algo bom. Como se o ideal socialista fosse o «bem estar material de um povo». Mas o socialismo não se restringe a estes objetivos ainda que fundamentais. (...)

O autor afirma que «vinte anos de propaganda, vinte anos de coerção social não eliminaram nem a iniciativa, nem o mercado, nem os agentes desse mercado. Só uma coisa os eliminaria: o desenvolvimento das forças produtivas até a abundância». Ora, força produtiva não é em si um conceito neutro independente das classes sociais que regem a sociedade. Elas se relacionam com o capital, com o capitalista, com as necessidades «criadas pela propaganda, etc. e nos países «socialistas», com o problema do estado-poder e da centralização dessas forças produtivas. (...)

Já os novos teóricos dissidentes de esquerda dos países «socialistas» colocam o problema da herança deixada pelo sistema capitalista. Rudolf Bahro, em seu livro «A Alternativa» destaca o fato de as forças produtivas nesses países terem sido desenvolvidas até um nível já destrutivo (nuclear-polição) e centralizador (reforçando o estado) e de como a esquerda deverá enfrentar este problema. Estaremos fadados a repetir o «erro» dos países socialistas atuais ou já integraremos isto também na nossa discussão e preocupação? (...)

É necessário ainda desmitificar a idéia de que existe na luta revolucionária uma primordialidade da luta operária, de desenvolver ao máximo a consciência de classe. Historicamente podemos ver que a toda forma de opressão corresponde sua forma de resistência (e organização) específica. A consciência de classe não é algo biologicamente existente. É o nome dado por Marx à luta política dos operários (à luta radical, à revolução). É necessário precisar que, se bem este polo — a luta operária — deflagra o momento revolucionário, dá o «break» fundamental, isto não significa que o pós-momento tenha de ser liberador, já que as demais situações não mudaram (as demais lutas não se deram, não foram impulsadas ou foram desprezadas). Nesta situação será o status-quo anterior (interiorizado) que prevalecerá «históricamente» e recomporá na «nova economia» uma outra necessariamente centralizadora e portanto, não-democrática. Como tal será sinônimo de Estado necessário, de opressão e de individualismo negativo (o contrário do comunismo). E esta direção significará por um longo momento histórico um «atraso» que obrigará as gerações futuras a encontrar um novo conceito que substitua o de «consciência de classe». (...)

Não queremos fazer um «inventário do pensamento de Marx. Este só nos serve se com ele apoiarmos o desenvolvimento das lutas reais. E aqui estão elas — de uma maneira multifacética-multicolor — para que as vejamos: a luta dos trabalhadores — o vermelho do PT; o negro forte da luta dos negros; o verde dos ecológicos; a opressão cinzenta das mulheres; o sombrio-escuro dos sem partido, marginais, pobres, sem trabalho; o colorido libidinoso dos homossexuais.

Podemos escolher uma cor ou procurar outra. Mas não «priorizar» uma. Senão, o que será do nosso arco-íris?

Saudações fraternais.

Lucio Teles, RJ

Comissão Pró-Índio denuncia:

Presidente da Funai não reconhece reserva Kaiowá e fazendeiros contrata jagunços para expulsar os índios.

A Comissão Pró-Índio de São Paulo vem a público denunciar que o Presidente da Funai está indiretamente encobrindo as violentas tentativas de expulsão de uma comunidade de índios Kaiowá-Guarani, pelos jagunços do proprietário da Fazenda Paraguaçu, no município de Amambai, Mato Grosso do Sul. Com sua recente decisão de não reconhecer como de ocupação indígena a área habitada por esta comunidade Kaiowá, e para a qual uma Comissão Especial de Demonstração da própria FUNAI encaminhou no mês de novembro de 79 proposta para a criação de reserva, o coronel Nobre da Veiga vem publicamente dar aval oficial às pressões dos fazendeiros locais contra esses índios. Os líderes indígenas Pancho Romero, Rafael Duarte e Marcelo estão ameaçados da morte. Quem sabe se com seu pronunciamento, o Coronel Nobre da Veiga encorajará os mandantes destes jagunços e acrescentará, ao currículo de sua gestão mais assassinatos impunes de líderes indígenas em defesa de suas terras?

Os Kaiowá-guarani habitam a região do atual MS há séculos. Historicamente suas terras têm sido expropriadas e transformadas em fazendas, para as quais os índios passam a trabalhar como mão de obra barata. A comunidade liderada por Pancho Romero habitava a área entre o córrego Mirim, o Laranjeira, e o rio Iguatemi há pelo menos três gerações, conforme atestam vários documentos, entre eles mapas elaborados pela Comissão Rondon. Ai os índios têm sua aldeia, as roças, o erval natural, seus campos de caça, pesca e o cemitério. Este território foi cortado por fazendas de jeito que a aldeia ficou na fazenda Laranjal, de propriedade de Geraldo Coimbra; o cemitério, campos de caça, pesca e erval ficaram na fazenda Paraguaçu.

Em junho de 1976 o proprietário da fazenda Laranjal começa a utilizar toda a sorte de violências para expulsar os índios ca-

li: queima de casas e roças, soltura de gado nas roças, e ameaças aos líderes indígenas com jagunços armados. No dia 25 do mesmo mês, as 26 famílias da aldeia foram obrigadas a abandonar a área, mudando-se para as proximidades. O local desta nova aldeia pertencia agora ao paulista José Maria de Liberador e tinha o nome de Fazenda Paraguaçu. Enfim, o antigo processo em que os índios transformam-se em intrusos dentro de sua própria casa. Passaram a ser coagidos pelo proprietário da fazenda: impedidos de plantar roça (quando o faziam vinha o gado invadi-la), obrigados a trabalhar para o fazendeiro a baixos salários.

Em fevereiro de 1979 líderes Kaiowá estiveram em Brasília e conseguiram do então Presidente da Funai a promessa de que seria criado um grupo de trabalho para tratar do assunto. Nada foi feito e no segundo semestre do ano passado a fazenda foi vendida para um tal Sr. Argemiro. No contrato de venda o Sr. Liberador prometeu entregar a fazenda «limpa», condições para o pagamento integral da transação.

Em novembro deste mesmo ano chegou à área uma Comissão Especial de Demarcação da FUNAI, chefiada pelo antropólogo Claudio Romero. A proposta de reserva foi então oficialmente encaminhada, e em janeiro deste ano, 1980, os líderes Rafael Duarte e Marcelo foram novamente chamados a Brasília, e na presença do superintendente da FUNAI assinaram documentos que foram incorporados ao processo, restando apenas o aval do Presidente para a efetivação da reserva.

Desde então a comunidade está sofrendo toda a sorte de pressões, bem como a equipe de antropólogos e missionários do CIMI que trabalham na região.

São Paulo, fevereiro de 1980

- ANTONIO GRANSCI**
Concepção dialética da História 190,00
- ANTONIO CARLOS FON**
Tortura 80,00
- AUGUSTO BOAL**
Teatro do Oprimido 160,00
- CARLOS MARIGHELLA**
Escritos 120,00
- EDUARDO GALEANO**
Veias abertas da América Latina ... 270,00
- ELÉNA G. BELÓTTI**
Educar para a submissão ... 150,00
- ERNESTO GUEVARA**
Diário 200,00
- ERNESTO CARDENAL**
Vida no amor 160,00
- ERNEST MANDEL**
Formação do pensamento econômico de Marx 210,00
- FERNANDO GABEIRA**
O que é isso, companheiro? ... 200,00
- FERNANDO POTELA**
Guerra de guerrilhas no Brasil 250,00
- FIDEL CASTRO**
A história me absolverá 135,00
- FLORESTAN FERNANDES**
Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana 250,00
- G. PLEKHANOV**
Os princípios fundamentais do Marxismo 180,00
- JAIME SAUTCHUK**
Projeto Jari — a invasão americana 120,00
- J. STALIN**
Questões Políticas 160,00
- JOHN REED**
10 dias que abalaram o mundo 160,00
- JORGE SEMPRÚN**
Autobiografia de Frederico Sánchez 295,00
- JULIO JOSÉ CHIAVENATTO**
Genocídio americano: a guerra do Paraguai 195,00
- L. TROTSKY**
A revolução desfigurada ... 130,00
Programa de transição 140,00
- MAO TSE-TUNG**
Sobre a contradição 165,00
- MARX-ENGELS**
Manifesto do Partido Comunista 160,00
Sobre a mulher 160,00
- PABLO NERUDA**
Para nascer nasci 250,00
- PAULO FREIRE**
Pedagogia do oprimido 220,00
- RÉGIS DEBRAY**
Revolução na revolução 120,00
- RICARDÓ MARANHÃO**
Sindicatos e democratização 110,00
- THIAGO DE MELLO**
Canção do amor armado ... 90,00
- V. I. LÊNIN**
Que fazer? 250,00
As três fontes 80,00
A falência da II internacional 110,00

Nosso endereço em São Paulo:
Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285
Tel.: 222-2861 — CEP: 01221
Rua Dr. Homem de Melo, 446
Tel.: 864-0077 — CEP: 05007

Faça hoje mesmo seu pedido pelo Reembolso Postal citando o EM TEMPO

Tanga do Gabeira ainda dá pano prá manga



Caro companheiro Newton Santos,

As observações gerais que voce fez sobre a entrevista do Fernando Gabeira, publicada pelo "Em Tempo" nº 97, foram uma boa contribuição a todos, concordantes ou discordantes dos pontos nevrálgicos abordados. Quanto ao possível equívoco que c; entrevistadores

teriam feito na apresentação da entrevista, tenho a informar o seguinte:

1) a apresentação foi feita por mim, por ocasião do fechamento daquele número, e por erro gráfico não saiu assinada;

2) crei ter deixado claro que o recado do Fernando não deve ser recebido com preconceitos construídos a partir de uma tanga de crochê, o que pressuporia, nossa atitude dogmática, o não recebimento, puro e simples, de nenhum recado, pois os "ouvidos" estariam viciados, a priori, para não dizer surdos;

3) eu não chegaria a falar que o Gabeira pretende unificar seu discurso a uma certa imagem visual que ele, elaboradamente, quer fazer passar. Teríamos uma postura, que voce chamou "irreverente", acompanhando um pensamento "irreverente", ou vice-versa. Não tenho certeza se esses dois planos se relacionam necessariamente. Só o Fernando pode responder. Pela afirmativa, estaríamos diante de uma boa estratégia de "marketing".

(Rachel de Andrade)

A imprensa nanica e o PT

Em função do debate abedrito no Em Tempo nº 98 sobre os rumos e dificuldades do jornal e da imprensa alternativa em geral, temos recebido de leitores e assinantes não apenas apoio material (doações e novas assinaturas) como também sugestões e críticas. Publicamos aqui, parcialmente, a carta de um leitor do Rio de Janeiro contendo uma proposta que amplia o debate.

Por um único jornal do setor mais combativo da imprensa nanica!

«Identifico esse setor com aquelas correntes da esquerda brasileira que hoje apoiam a construção do Partido dos Trabalhadores, ainda que entendendo a diversidade que representam. Num momento em que a proposta do PT sofre um evidente boicote pela «grande imprensa» e um tratamento cada dia mais agressivo por parte dos setores reformistas, as propostas comuns da esquerda revolucionária se tornam mais evidentes, bem como seus problemas comuns «Versus deixou de circular; a qualidade do «Companheiro» cai vertiginosamente (mesmo dentro dos níveis de sua proposta) e os problemas do «Em Tempo» já foram bem explicitados. Nada indica que os fatores que conduziram a tal situação se alterem a curto ou a médio prazo.

O que me parece mais viável, é a união de recursos e esforços das diversas editoras da esquerda revolucionária em uma única publicação semanal. Afirma que se essas correntes forem incapazes de, guardando suas diferenças, lutar unidas por sua proposta comum, estarão fadadas a uma atuação marginal.

(José Fonseca)

Com nossas desculpas aos leitores

Em nossa última edição, durante o carnaval, cometemos alguns erros lamentáveis de revisão. O mais grave foi a troca do título na página Processo contra médico-torturado era na verdade, Processo contra médico-torturador. Na página de cultura, as notas sobre TV saíram sem o crédito Francisco Inácio Araújo e, originalmente era 4. A 4ª nota sai publicada nesta edição com nossas desculpas também ao autor. Além disso, o artigo A Boca invade o Masp saiu incompleto e o seu autor explica a seguir o que ele pretendia.

O artigo "A Boca" invade o Masp" pretendia um rápido aprofundamento analítico de alguns filmes apresentados na recente mostra de cinema brasileiro em S. Paulo. Corria-se inclusive o risco de erros e generalizações apressadas, devido à impossibilidade de uma segunda visão dos filmes. Mesmo considerando estas limitações norteava a matéria um princípio que creio correto para a imprensa alternativa, ou seja, o de procurar a despeito das dificuldades um enfoque dos fatos que acrescente algo ao que já foi dissecado pelos grandes jornais. Por motivos gráficos, e da crônica falta de espaço, do texto foram

amputados trechos que marcavam o caráter opinativo pretendido, bem como ficou enrustida e incompleta uma certa crítica à imprensa.

A idéia de iniciar o artigo com as surradas colocações sobre "Bye bye Brasil" visava unicamente fazer aflorar os fundamentos teóricos onde Cacá foi beber e, ao invés de utilizá-los para referendar a sua obra, buscar uma extrapolação para a análise de alguns filmes. O objetivo era sublinhar a contraditoriedade de obras díspares como "A Força dos Sentidos" e o ipanemenho "Muito Prazer", identificar traços novos interagindo com velhas concepções cinematográficas nos dois filmes. Fugia-se da postura de fulminar simplesmente a produção da Boca por se tratar de um setor dito retrógrado dentro do cinema brasileiro. Com os cortes a divagação teórica inicial flutuou, sem nem mesmo roçar a análise concreta. Além disso, a abertura com "Bye bye Brasil" era apenas um gancho para apontar a parcialidade da grande imprensa que deu uma publicidade esfuziante ao filme, que sem dúvida a merece, mas omitiu por exemplo a volta de Ozualdo Candeiras à direção com o filme "Aopção" (escrito junto mesmo), ele que simboliza os talentos amordaça-

Por outro lado só interessava ressaltar a "invasão" da Boca diante de indícios da possibilidade de mudanças de setores da produção. Assim, o artigo se encerrava — e foi publicado um original artigo sem fecho — com a esperança de um maior empenho cultural das produções tão marcadas pela paranóia comercialista que assola a Rua do Triunfo.

Na verdade eu pensava no novo filme de Jean Garret (diretor de "A Força"), em fase de montagem, que parece apontar justamente nesta direção, já que o realizador se preocupava em filmar um roteiro do escritor e cineasta João Silvério Trevisan, o diretor do marginal "Orgia, O homem que deu Cria", interdito pela censura em 1970.

O artigo sofreu assim as intempéries que atingiram a seção de cultura, mas restou um consolo para a derrota do texto, e talvez o prenúncio de uma novidade. Dedicou-se um quarto de página à foto deslumbrante de Aldine Muller, criando um visual saudável, afastando quem sabe definitivamente a tristeza que às vezes ronda, espregueada, e se vacilamos invade sorratamente as páginas do jornal. (José Mario Ortiz Ramos)



RUA HEITOR PENTEADO, 59

EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marcos Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Allí, Tom Duarte, — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio,

José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robinson Ayres.

ARTE: Paulo Roberto M. Borges, Papi.

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE — Av. Cristóvão Colombo, 550 — Tel: 224-0127 — PORTO ALEGRE — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • RIO DE

JANEIRO — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • SALVADOR — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • FORTALEZA — Rua Castro, e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristóvão Colombo, 550, Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalista AFA Ltda — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010

Rua Matheus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo — CEP: 05415
Telefones: 280-4759 e 853-6680

CPI PARA BANDALHEIRA NAS ENCHENTES

No passado, muito antes do governo Kubstchek criar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a indústria mais forte da região mais pobre do país era sem dúvida, a famosa "indústria da seca". Sem chaminés, sem produzir mercadorias, nem oferecer empregos, fez as delícias da oligarquia local, que engordou e construiu fortunas consideráveis à sombra (sic) do desvio de verbas destinadas ao atendimento dos flagelados pela inclemência do sol, que secava os rios, esturricava as pastagens e plantações e matava o gado, espantando não só o povo, que fugiu para o sul, mas até mesmo o "Asa Branca", na celebrada canção de Luis Gonzaga.

Décadas depois, a industrialização do Nordeste ainda é uma piada, a SUDENE fracassou. Mas nova indústria floresce. Aproveitando de fenômeno oposto, os aproveitadores de sempre continuam enriquecendo-se: surge a "indústria da cheia", na esteira das grandes enchentes que cada vez mais frequentemente passaram a assolar a mesma região (chegando mesmo ao Norte do Brasil) e que tem levado a miséria a centenas de milhares de pessoas, em sua maioria pequenos agricultores e moradores das regiões ribeirinhas dos Estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco.

A denúncia contra os industriais da cheia é feita vigorosamente pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), por Federações de Trabalhadores dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas, sindicatos de Trabalhadores rurais dos municípios do Vale do São Francisco, pela Comissão Pastoral da Terra, das Regionais Nordeste II e III da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e pela Diocese de Juazeiro, da Bahia, bem como pela Fundação do Desenvolvimento Integrado do Vale do São Francisco, reunidas em Carpina, Pernambuco, nos dias 13 e 14 de fevereiro. Apesar da gravidade das denúncias, quase nenhuma repercussão obteve na grande imprensa, preocupada em suavizar as críticas à omissão do governo federal na solução do problema e silenciando quase que totalmente sobre os desvios de verbas.

Quem fica com o dinheiro?

Segundo declarações do próprio ministro do Interior, Mário Andreazza, o governo Federal gastou Cr\$ 1,5 bilhão de cruzeiros com a enchente do Rio São Francisco, em 1979, referentes ao fornecimento de alimentos, lonas, barracas e vacinas para a população de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe - este ano já foram destinados 720 milhões até agora. Entretanto, de acordo com o documento da CONTAG, raramente esses recursos chegam às mãos dos verdadeiros necessitados (perto de 200 mil pessoas em 1979, cerca de 250 mil somente este ano!). Segundo o documento "o mais sério é que a exemplo do que ocorria em anos passados com a seca, está se criando na região uma verdadeira indústria da cheia. Prefeitos e outros políticos encarregados de repassar os recursos destinados aos desabrigados, não deixam que aqueles recursos cheguem aos seus destinatários, preferindo distribuí-los entre grandes proprietários e apaniguados políticos seus ou aplicando-os em melhorias nas cidades onde tem interesses eleitorais.

Cerca de 250 mil pessoas foram atingidas pelas enchentes, este ano. Não se trata de um "flagelo de Deus", é o que acreditam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e mais uma dezena de entidades, que exigem do Congresso Nacional a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar as responsabilidades do governo e punir os beneficiários da "indústria da cheia".



Mas as denúncias não param aí. Afirma o documento que os trabalhadores têm recebido (quando recebem), apenas alguns mantimentos, "embora reivindicue crédito; mas este tem sido dado aos que menos necessitam. O prefeito de Petrolina, em Pernambuco, em declaração ao *Jornal do Brasil* (4/2/80) explica o fato, dizendo que "os trabalhadores sem terra só teriam direito a crédito se estivessemos num sistema socialista".

Burocracia, ainda por cima

A essas denúncias, o governo federal fez ouvidos de mercador. O próprio Andreazza, enquanto se preparava para um de seus passeios de helicóptero sobre áreas inundadas, entrevistado pela rede Globo, disse que não acreditava que alguém "pudesse ter coragem de desviar donativos aos flagelados". Mais preocupado em brilhar, aparecendo como um ministro sumamente preocupado com a sorte dos desviados, fez questão absoluta de não dar maior valor ao pronunciamento das entidades. Preferiu correr atrás de honrarias, tais como o Colar da Ordem do Mérito da Bahia, outorgado por seu amigo, o governador Antonio e Magalhães.

Enquanto isso, a CONTAG e demais entidades mostravam que não há nada para ser louvado na ação do governo: "faltam alimentos e abrigos. Em algumas áreas de Minas Gerais há surto de tifo. A população revoltada, tanto de Minas quanto do médio São Francisco, recusa-se a ser vacinada, dizendo que precisa é de comida.

Da mesma forma elas apontavam o excesso de burocracia no atendimento aos flagelados: "a distribuição de ali-

mentos, sementes etc, aos desabrigados caracteriza-se pela burocracia extrema. Por exemplo, em Minas Gerais, para um desabrigado receber a sua barraca, os seus dois quilos de feijão, três de arroz, um pacote de macarrão, um pouco de sal e uma lata de óleo, ele tem que ser cadastrado em duas vias e receber uma ficha de identificação, com nome, número, número de dependente etc."

Se não bastassem as exigências, há ainda a demora: pelo menos 10 dias de espera são necessários para o recebimento das mercadorias. O documento relata, ainda, um exemplo típico do excesso de zelo burocrático exercido contra os trabalhadores. A coordenadoria de Defesa Civil (CODEC) de Minas Gerais, enviou para o município de São Francisco alimentos para duas mil pessoas. Acontece que apareceu o dobro de necessitados.

O coordenador local não teve dúvidas: dividiu o que seria para dois mil entre quatro mil, alegando que "não poderia explicar aos seus superiores o crescimento da população desabrigada."

São Pedro não tem culpa

Para os signatários, não basta culpar os céus, atribuir a um descuido de São Pedro a responsabilidade sobre as cheias frequentes. Conforme eles mesmos lembram as grandes cheias ocorriam apenas de 30 em 30 anos. O Rio São Francisco, por exemplo, subia apenas uma vez por ano. Assim, em determinadas áreas, os agricultores plantavam na vazante (período em que o rio está com menos água) até mesmo culturas de ciclo relativamente longo.

"Atualmente, diz o documento, o rio sobe e desce várias vezes ao longo do ano, chegando mesmo a ter mais de uma enchente anual".

Outras transformações também ocorreram com as cheias. Antigamente, dificilmente elas duravam mais de uma semana. As últimas cheias duraram de 30 a 90 dias. A força das águas é maior, as águas são claras, ao invés de barrentas, como no passado. Quando desce o nível das águas, o trabalhador rural não encontra mais uma fértil camada de lama, onde plantava sua lavoura." Hoje, além das cheias destruírem árvores frutíferas e construções - o que não acontecia no passado - deixam no seu rastro, ao invés de humus, uma camada de areia que torna inviável qualquer tipo de agricultura", relata o documento.

Os responsáveis

Para os signatários, a grande responsabilidade pode ser atribuída à construção de barragens para as usinas hidrelétricas que como "Sobradinho, em particular, provocaram completa subversão do calendário agrícola e a crescente inviabilidade da agricultura de vazante no Rio São Francisco". As grandes empresas estatais de energia elétrica, como a CEMIG e CHESF estariam preocupadas apenas em ampliar a potencialidade de geração de energia elétrica, aumentando a carga das barragens, não preocupando-se com as populações, como reconhece o próprio Andreazza ao anunciar a elaboração de um Plano Diretor para o Rio São Francisco, que estabelecerá as normas para a operação das barragens de Três Marias e Sobradinho.

A despreocupação com o que pode ocorrer à população menos favorecida, chega a ser acintosa: Conforme o documento, "no fim do primeiro semestre de 1978, a região do médio São Francisco sofreu violenta cheia, em consequência da abertura das comportas de Três Marias, em Minas Gerais. Cheia artificial e extemporânea, fora da estação chuvosa e, portanto, não esperada, mas que acarretou desabrigo e fome aos habitantes das margens do São Francisco, que perderam suas habitações e plantações".

Comissão parlamentar de inquérito

Segundo Andreazza, o Vale do São Francisco receberá, no período 1980-1985, Cr\$ 23 bilhões para as obras de prevenção e controle das enchentes. Mas, com justa razão, a CONTAG, as Federações, Sindicatos rurais e demais entidades, mostram-se céticas quanto aos resultados. Eles não esquecem que nenhuma das 10 mil casas que o Banco Nacional de Habitação (BNH) prometeu construir em Sergipe, após a cheia do ano passado, foi erguida. Até agora, apesar dos gastos de Cr\$ 1,5 bilhão já mencionados, os flagelados não receberam praticamente nenhuma indenização pelos prejuízos sofridos.

Mas elas temem que a indústria das cheias continue a prosperar, pois há muitos interesses envolvidos, desejosos que as enchentes não acabem. Talvez os Cr\$ 23 bilhões sejam efetivamente gastos, mas sem que se saiba onde. Por isso, só há uma saída para acabar com a bandalheira e o descaso, acreditam: a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para apurar todas as irregularidades e responsabilidades.